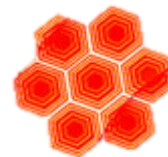




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



POLIANA SANTOS FERRAZ DE OLIVEIRA

A EXPANSÃO URBANA NA ZONA NORTE DA CIDADE DE TERESINA

TERESINA – PIAUÍ

2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

O48e Oliveira, Poliana Santos Ferraz de.
A expansão urbana na zona norte da cidade de Teresina /
Poliana Santos Ferraz de Oliveira. – 2019.
102 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade
Federal do Piauí, Teresina, 2019.
“Orientador: Prof. Dr. Antonio Cardoso Façanha”.

1. Expansão Urbana. 2. Agentes Produtores. 3. Zona Norte.
I. Título.

CDD 918.122

POLIANA SANTOS FERRAZ DE OLIVEIRA

“A EXPANSÃO URBANA DA ZONA NORTE DA CIDADE DE TERESINA”

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cardoso Façanha

Aprovado em 26 / 02 / 2019.

BANCA EXAMINADORA

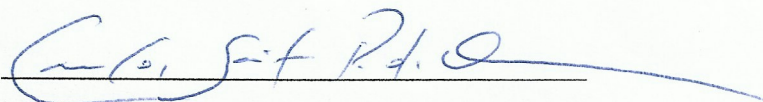
Prof. Dr.



[Orientador - Presidente]

ANTONIO CARDOSO FAÇANHA

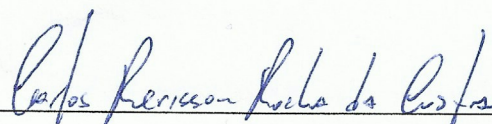
Prof. Dr.



[Examinador Interno ao Programa – PPGGEO – UFPI]

CARLOS SAIT PEREIRA DE ANDRADE

Prof. Dr.



[Examinador Externo à Instituição – UESP]

CARLOS RERISSON ROCHA DA COSTA

“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.”

Milton Santos

AGRADECIMENTOS

Até aqui o senhor nos ajudou! Nada seria possível se não tivesse fé, nessa jornada de dois anos pude vivenciar momentos que fizeram de mim uma pessoa melhor, o tempo... ah o tempo! ele foi o que mais me ensinou nessa jornada, ele não precisava ser nem tão rápido e nem tão lento, somente na medida como tão ensinado pelo orientador.

E nessa caminhada não poderia ser diferente. Pude contar com um número expressivo de pessoas que contribuíram para que eu chegasse até aqui e percebesse que sozinha não conseguiria, um verdadeiro trabalho de formiguinha. Um trabalho coletivo. Caberia citar um a um, expressando suas significativas importâncias para esse processo. Caso não consiga, estarão em meu coração como gratidão e reconhecimento nesse momento.

Aos meus pais, Maria Santos Queiroz Ferraz e Edmilson de Assis Ferraz por tamanha gratidão ao carinho dado dedico esse trabalho a vocês que me ensinaram o real sentido da vida, ou melhor, me deram a vida em que sempre me deixaram despertar para as descobertas que o mundo propõem a nós. O meu muito obrigada! Amo eternamente.

Dedico também esse momento à minha irmã Nathaly Santos Ferraz ou simplesmente Xathaly. Obrigada a você por diversas ajuda cedida, apoio nas horas difíceis e por muitas vezes ter que te atormentar só para me divertir. Irmã essa conquista é sua e, mais uma vez, obrigada.

Como um presente, para me apoiar, incentivar e tantas vezes ser meu porto seguro para que eu me mantivesse de pé, esteve e está ao meu lado, aguentou meus choros e agonias e por muitas vezes meus desespero, Deus enviou meu esposo Carlos Wellington para cuidar de mim com esse jeitinho dele silencioso, mas muito sábio muito Obrigada meu amor! Essa vitória não teria o mesmo gosto se não tivesse você por perto Meu Benzinho!

Hoje com uma alegria bem maior, com o amor que nunca pensei sentir agradeço ao meu filho João Felipe meu pequeno príncipe que deixou a mamãe terminar essa etapa da vida, filho desde que soube da sua existência sabia que viria para preencher ainda mais minha vida de alegria obrigada por ter deixado mamãe terminar esse trabalho. Ele também tem um pouquinho da sua inocência te amo!!!

A Antonio Cardoso Façanha agradeço de modo especial pela orientação e amizade cedida. me ensinou além da geografia, agradeço as agradáveis reuniões de orientações que eram mais um bate papo de amigos, obrigada por ceder a sua sala rs e por todo acolhimento.

Serei eternamente grata pela formação que me deste e a colaboração para a construção deste trabalho.

Ao meu amigo e eterno (DES)orientador Carlos Rerisson. Sempre haverá um obrigada por toda sua paciência e disponibilidade mesmo quase não havendo, por sua ajuda em fazer com que esse processo saísse menos sombrio e por muito, mas muito incentivo que me destes desde a graduação. Devo parte dessa caminhada a você que acreditou, incentivou, muitas vezes brigou e empurrou rs e no fim tudo deu certo como sempre dizia. E saiba que você foi fundamental para essa realização.

Agradeço aos anjos que o Senhor me enviou para que me dessem a mão sempre que o cansaço viesse me abater, me ajudando cada um à sua maneira, seja com uma palavra de incentivo, de força, por vezes ajuda em trabalhos, e na minha vida para que eu conseguisse chegar à tão desejada titulação de Mestre. Eles vem cheios de loucura para alegrar e dar um sabor diferente. O obrigado eternos: a minha amiga Edilayne pela sua serenidade, paciência e ate esquecimentos que me faz feliz: à minha amiga Samila obrigada pelas caronas e conversas nas idas à UFPI; a meus amigos Thais, Assunção e Bianquinha obrigada por sempre estarem por perto, por participarem de todos os momentos da minha vida e de sempre acreditarem que tudo ia dar certo, aos meus chegados irmãos Taciana, Renato R., Dayane, James e Rodrigo, que me proporcionam todos os dias cada qual do seu jeito o verdadeiro sentimento de amizade. Manos e manas o meu MUITO OBRIGADA!

Não poderia deixar de agradecer com muito carinho, aos demais familiares e amigos que me apoiaram, incentivaram e contribuíram para que eu alcançasse esta realização. Meus amigos de fé dos Grupos ECC na pessoa de Mira, Raniere, Gracimilda, Pereira Helena e Antonio que me fortaleceram a cada dia com carinho e tantos ensinamentos, com alegria na missão em meio essa trajetória. Muito obrigada a todos!

Agradeço pela eterna amizade de Dinamara e Layonara e pela torcida para a conclusão dessa etapa. Sempre serão as raxas da UESPI para vida. Não poderia deixar de agradecer também às amizades construídas nessa caminhada “Sofremos juntos, Choramos juntos, mas chegamos aqui”. Obrigada pelos dias divertidos na UFPI João Victor, Janaira, Larissa, Amanda, Marcos, Matheus!

Em especial, agradeço a alguém que não está mais entre nós, mas que continuará para sempre em meu coração, pelo exemplo de força e amor, que tanto me incentivou e fortaleceu: minha querida Madrinha Luiza e primos Bruno e Junior (*in memoria*). Sei que estão festejando essa vitória ai do céu.

À Universidade Federal do Piauí pela colaboração para construção desse saber junto aos docentes do Programa PPGGEO que me enriqueceram com a transmissão do conhecimento. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI pelo apoio financeiro à pesquisa por meio da concessão de bolsa de estudo.

A tantos ainda que não foram citados aqui mas contribuíram e torcem pelo meu sucesso sempre, de já o meu muito obrigada!!!

RESUMO

O espaço urbano, produzido na atuação de diversos agentes sociais a partir de processos específicos que modificam a dinâmica socioespacial da cidade, se reconfigura no decorrer da urbanização. As redistribuições espaciais promovidas por tais agentes produtores do espaço urbano imprimem um ritmo de crescimento às cidades alimentado por um contínuo processo de expansão urbana, que abre as periferias das cidades à urbanização e redefine os usos desses espaços, alterando suas formas e dinâmicas. Tais áreas passam a criar e reproduzir formas atrativas à fixação e a circulação de capitais, transformando-os em espaços úteis à aceleração de atividades que atuam intensivamente na produção do espaço, tornando-se tais espaços elementos centrais para compreender o crescimento urbano nas cidades contemporâneas. Diante disso, a presente dissertação tem como objetivo geral analisar a expansão urbana da Zona Norte de Teresina à luz dos agentes produtores, considerando suas formas espaciais relacionadas à sua gênese, dinâmicas e às recentes tendências espaciais. A partir disso foram estabelecidos três objetivos específicos: a) reconhecer a urbanização brasileira e a construção do processo de Expansão Urbana através da ação dos agentes produtores; b) revelar as dinâmicas do processo de expansão urbana de Teresina e Zona Norte, relacionando com os principais processos e formas espaciais nas últimas décadas; c) Discutir os agentes, processos e as formas espaciais recentes da Zona Norte de Teresina, contemplando uma interpretação sobre as tendências espaciais. A proposta partiu de uma preocupação com a expansão urbana, pensada a partir da dinâmica de expansão das atividades comerciais para áreas periféricas e da produção e ocupação de vazios urbanos na Zona Norte de Teresina. Diante das discussões propostas, a pesquisa, sustentada com o método de interpretação dialético, utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, que comportou a aplicação de entrevistas com lideranças comunitárias. A partir do recorte espacial estabelecido, dedicando-se à análise da Zona Norte de Teresina, optou-se por investigar três espaços da referida zona, a saber: Mocambinho, Parque Wall Ferraz e Residencial Jacinta Andrade. Quanto ao recorte temporal, considerou-se o período que contempla os anos de 1982, 1997 e 2010, marcos temporais da inauguração dos três bairros estudados, que permitem contextualizar e compreender a origem e evolução das formas socioespaciais em discussão. Os resultados demonstram que a expansão urbana da Zona Norte de Teresina se efetiva ao longo do tempo a partir da ação dos diversos agentes produtores do espaço urbano, que atuaram de modo distinto nos bairros estudados, incorporando esse espaço ao mercado imobiliário e às dinâmicas comerciais, tendo peso ainda o papel das redefinições políticas que planejam as intervenções públicas. Nesse processo, a Zona Norte apresenta uma tendência à consolidação da ocupação de seus espaços vazios, uma vez que as intervenções públicas quanto à política habitacional e à infraestrutura valorizaram (e seguem valorizando) a terra urbana nessa porção da cidade de Teresina.

Palavras-chave: Expansão Urbana. Agentes Produtores. Zona Norte.

ABSTRACT

The urban space, produced in the performance of several social agents from specific processes that modify the socio-spatial dynamics of the city, is reconfigured in the course of urbanization. The spatial redistributions promoted by such agents of urban space produce a rhythm of growth to the cities fed by a continuous process of urban expansion, which opens the peripheries of cities to urbanization and redefines the uses of these spaces, altering their forms and dynamics. These areas begin to create and reproduce attractive ways to fix and circulate capital, transforming them into useful spaces for the acceleration of activities that intensively act in the production of space, becoming such spaces central elements to understand urban growth in contemporary cities. In view of this, the present dissertation has as general objective to analyze the urban expansion of the Northern Zone of Teresina in the light of the producing agents, considering its spatial forms related to its genesis, dynamics and the recent spatial tendencies. From this, three specific objectives were established: a) to recognize Brazilian urbanization and the construction of the Urban Expansion process through the action of the producing agents; b) reveal the dynamics of the process of urban expansion of Teresina and Zona Norte, relating to the main processes and spatial forms in the last decades; c) To discuss the recent agents, processes and spatial forms of the Northern Zone of Teresina, contemplating an interpretation on the spatial tendencies. The proposal was based on a concern for the urban expansion, thought from the dynamics of expansion of the commercial activities to peripheral areas and the production and occupation of urban voids in the Northern Zone of Teresina. In the face of the proposed discussions, the research, supported by the method of dialectical interpretation, used as methodological procedures bibliographical, documentary and field research, which included the application of interviews with community leaders. Based on the established spatial cut, focusing on the analysis of the Northern Zone of Teresina, it was decided to investigate three areas of the area, namely: Mocambinho, Wall Ferraz Park and Residencial Jacinta Andrade. As for the temporal cut, the period that includes the years 1982, 1997 and 2010, was considered as the temporal milestones of the inauguration of the three districts studied, which allow us to contextualize and understand the origin and evolution of the socio-spatial forms under discussion. The results show that the urban expansion of the Northern Zone of Teresina is effective over time from the action of the various producers of urban space, who acted differently in the studied districts, incorporating this space into the real estate market and the commercial dynamics, the role of the political redefinitions that plan the public interventions. In this process, the Northern Zone tends to consolidate the occupation of its empty spaces, since public interventions regarding housing policy and infrastructure have value (and continue to value) urban land in this portion of the city of Teresina.

Keywords: Urban Expansion. Producing Agents. North Zone.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 – Organograma do sistema do BNH	51
Figura 2 – Conjuntos habitacionais da década de 1980, em imagem de Teresina de 1989.....	56
Figura 3 – Conjuntos habitacionais da década de 1990, em imagem de Teresina de 1999.....	58
Figura 4 – Conjuntos habitacionais produzidos com recursos do PMCMV, OGU, Pró-Moradia e FNHIS, no período de 2000 a 2016	60
Figura 5 – Mapa com a delimitação do recorte espacial da pesquisa	62
Figura 6 – SDU Centro-Norte de Teresina, com destaque para o bairro Mocambinho	64
Figura 7 – Perspectiva do Conjunto Mocambinho em Teresina-PI, 1979.....	65
Figura 8 – Ruas do Mocambinho nos primeiros anos	66
Figura 9 – Conjunto Mocambinho.....	66
Figura 10 – Enchentes no bairro Mocambinho, Teresina, Piauí.....	667
Figura 11 – Localização das Avenidas Freitas Neto e Josípio Lustosa, Mocambinho, Teresina.....	68
Figura 12 – Favela Francisco Alencar: ocupação em área de risco.....	70
Figura 13 – Localização do Parque Wall Ferraz no contexto do bairro Santa Maria da Codipi.....	71
Figura 14 – Parque Wall Ferraz, Teresina, Piauí.....	72
Figura 15 – Localização do Residencial Jacinta Andrade	75
Figura 16 – Jacinta Andrade antes e depois da instalação do projeto MCMV	76
Figura 17 – Áreas de ação do agente identificado como Grupos Excluídos	778
Figura 18 – Atividades comerciais na Av. Josípio Lustosa, Teresina, Piauí.....	79
Figura 19 – Equipamentos públicos no Mocambinho	80
Figura 20 – Projeto Lagoas do Norte, bairro Mocambinho	81
Figura 21 – Equipamentos públicos deteriorados.....	82
Figura 22 – Concentração de comércio na Av. Min. Sérgio Mota	83
Figura 23 – Concentração de empresas da região do Santa Maria	83
Figura 24 – Presença do agente Estado e do agente Grupos Excluídos no Jacinta Andrade.....	84
Figura 25 – Centro de Produção do bairro Mocambinho	86
Figura 26 – Área da horta comunitária do bairro Parque Wall Ferraz	86

Figura 27 – Projetos de revitalização no bairro Parque Wall Ferraz.....	87
Figura 28 – Bairro Jacinta Andrade, Teresina	88
Figura 29 – Condomínio Fechado na região do bairro Santa Maria.....	88
Figura 30 – Projeto Lagoa do Norte bairro Mocambinho	90

Quadros

Quadro 1 – Síntese Metodológica.....	Erro! Indicador não definido.
--------------------------------------	--------------------------------------

Tabelas

Tabela 1 – Vilas, Favelas, Parques e Residenciais em Teresina (1996 e 1999)	73
---	----

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ADH	Agência de Desenvolvimento Habitacional
BNH	Banco Nacional de Habitação
COHAB	Companhia de Habitação
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCA	Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento
PDLI	Plano Diretor Local Integrado
PET	Plano Estrutural de Teresina
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
SDU	Superintendência de Desenvolvimento Urbano
SEMPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SSP	Secretaria de Segurança Pública
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ESPAÇO URBANO E OS AGENTES PRODUTORES: REVENDO OS CONTEXTOS DA URBANIZAÇÃO E A EXPANSÃO URBANA BRASILEIRA	21
2.1	CONTEXTOS FORMADORES DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA	21
2.2	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEUS AGENTES PRODUTORES	30
2.3	OS PROCESSOS ESPACIAIS E A EXPANSÃO URBANA	38
3	OS CONTEXTOS ESPACIAIS DO PROCESSO DA EXPANSÃO URBANA DA ZONA NORTE DE TERESINA	46
3.1	O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO PIAUÍ E A EVOLUÇÃO URBANA DE TERESINA	46
3.2	O ESTADO E A EXPANSÃO URBANA EM TERESINA	50
3.3	O MOCAMBINHO E A ATUAÇÃO ESTATAL NA EXPANSÃO URBANA DA ZONA NORTE DE TERESINA	63
3.4	O PARQUE WALL FERRAZ NO CONTEXTO DO RECUO DA POLITICA HABITACIONAL	68
3.5	O JACINTA ANDRADE E O RETORNO DA POLITICA HABITACIONAL	73
4	AGENTES, PROCESSOS E FORMAS ESPACIAIS DA ZONA NORTE DE TERESINA E SUAS TRANSFORMAÇÕES ATUAIS	77
4.1	OS PRINCIPAIS AGENTES PRODUTORES E FORMAS DA ZONA NORTE DE TERESINA	77
4.2	REFLEXÃO SOBRE A DINÂMICA ESPACIAL DOS VAZIOS URBANOS DA ZONA NORTE DE TERESINA	84
4.3	A ZONA NORTE ATUAL: TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS	88
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	93
	APÊNDICES	98

1 INTRODUÇÃO

O espaço urbano contemporâneo se caracteriza por uma intensa concentração de atividades que possibilitam a dinamização e a organização espacial da cidade. A atuação dos proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e os grupos excluídos, em associação aos processos de centralização e a área central, descentralização e os núcleos secundários, coesão e as áreas especializadas, segregação e as áreas sociais, dinâmicas espacial da segregação, inércia e as áreas cristalizadas no espaço urbano são responsáveis para que haja a produção desse espaço, pois, ambos vão se inter-relacionando, produzindo de modo capitalista as cidades e construindo a urbanização.

O processo de urbanização, que no Brasil se intensifica a partir da última metade do século XX, continua em curso, compreendendo novas dinâmicas, associadas ao acúmulo histórico de relações sociais estabelecidas no espaço urbano e às novas dinâmicas que se instalam na cidade. A concentração de atividades em áreas centrais foi alterada nas últimas décadas pela necessidade de expansão, viabilizando seu deslocamento para os espaços periféricos. Essas novas áreas passam a criar e reproduzir formas atrativas à fixação e a circulação de capitais, transformando esses espaços em cenário da aceleração de atividades que atuam intensivamente na produção do espaço e tornam-se elementos centrais para compreender o crescimento urbano.

Dessa forma, a configuração desses espaços emerge como chave para a elucidação de processos que se acumulam no desenvolvimento das dinâmicas contemporâneas da urbanização brasileira que contribuem diretamente para a compreensão sobre a expansão urbana.

Diante disso, a justificativa para a realização da pesquisa compreende a relevância da análise da Expansão Urbana na Zona Norte de Teresina, como ação que permite a dinâmica dos processos que atuam na cidade e são identificados nesse espaço. Deste modo, são constituídos subsídios para as discussões que envolvem o tema e seus desdobramentos, com ênfase na atuação dos agentes e processos produtores através da circulação de capital. As discussões desenvolvidas possibilitam o reconhecimento das demandas, pela concretização dos resultados estabelecidos pelas transformações do espaço urbano em decorrência da aceleração de atividades.

Ademais, ao destacar o papel exercido pela área central no âmbito da cidade, mormente no que se refere à leitura de tempos diferenciados e sua contribuição para a Expansão Urbana da Zona Norte de Teresina, a pesquisa representa oportunidade para

reflexão sobre as demandas e possibilidades que se configuram, conforme a dinâmica espacial e temporal de atuação dos agentes produtores do espaço.

A presente pesquisa proporciona, ainda, o entendimento da ação dos agentes produtores, bem como suas formas, gênese, dinâmicas e tendências, as quais constituem etapas no cerne dos debates desenvolvidos ao longo da pesquisa. Desta forma, destaca-se o reconhecimento da produção de outros trabalhos (artigos científicos e dissertações) que versam sobre os bairros da Zona Norte de Teresina, os quais abarcam diversos tópicos, tais como: questões de planejamento, políticas públicas e questões ambientais.

Perante o exposto, as análises da pesquisa contemplam o processo de urbanização relacionado ao acúmulo de relações sociais que motivam a expansão urbana para os espaços periféricos, demonstrando as consequências desse processo a partir dos conflitos e realidades configuradas para a atuação dos agentes produtores do espaço urbano.

Contemplando as discussões acima, demarcou-se a seguinte situação-problema, a qual se sobressaiu como norteadora para a investigação em pauta: como se deu o processo de expansão urbana da Zona Norte de Teresina? O desvendamento desta questão dar-se-á à luz de elementos teóricos e empíricos.

A partir desse problema central, a pesquisa tem por objetivo geral: Analisar a Expansão Urbana da Zona Norte de Teresina à luz dos agentes produtores, considerando suas formas espaciais relacionadas à sua gênese, dinâmicas e às recentes tendências espaciais. Para tanto, propusemos como objetivos específicos: a) apresentar a urbanização brasileira e a construção do processo de Expansão Urbana através da ação dos agentes produtores; b) revelar as dinâmicas do processo de expansão urbana de Teresina e Zona Norte, relacionando com os principais processos e formas espaciais nas últimas décadas; c) Discutir os agentes, processos e as formas espaciais recentes da Zona Norte de Teresina, contemplando uma interpretação sobre as tendências espaciais.

Nesse cenário, a presente pesquisa busca contribuir com as análises acerca da urbanização da capital piauiense, identificando agentes e processos produtores, mercado imobiliário e atividades comerciais atinentes à contribuição dos citados agentes para o processo de valorização desta fração da Zona Norte de Teresina, situando-a no processo de valorização e expansão urbana.

Assim, destaca-se que o propósito da pesquisa em estudar o processo de expansão urbana da Zona Norte de Teresina partiu de uma reflexão acerca de sua dinâmica e crescimento, principalmente no setor terciário e ocupação de espaços vazios. Do ponto de

vista acadêmico, a pesquisa procura contribuir para os estudos da Geografia acerca das dinâmicas contemporâneas da urbanização teresinense. Para a esfera social e política, a pesquisa pode contribuir na elaboração de políticas que pensem/planejem o espaço urbano em questão, e ainda para a articulação de movimentos que atuem na luta por uma cidade com melhor qualidade de vida, espaço para o exercício da cidadania e de realização do direito à cidade.

O espaço urbano contemporâneo caracteriza-se essencialmente por uma relação social capitalista, embora a origem das cidades remeta a um tempo bem anterior à constituição deste modo de produção. Nesse intermédio a dinâmica da cidade é movida principalmente pela circulação de capital que é responsável por grande parte das transformações que ocorrem no espaço urbano. O entendimento dessa circulação é fundamental, pois a dinâmica nesse processo oportuniza esclarecer as questões inerentes ao processo de expansão urbana, através da atuação dos agentes produtores e formas espaciais.

Em decorrência disso, ao apropriar-se do potencial de consumo ligado às necessidades da população que habita nas zonas afastadas do centro tradicional, as atividades comerciais começaram a se expandir, fortalecendo os espaços periféricos. A partir da expansão urbana, percebe-se hoje o crescimento da cidade impulsionado pela intensificação de capital, através de suas dinâmicas e, por consequência, a expansão do tecido urbano.

O processo de expansão urbana é definido como redistribuições espaciais expressadas pelas novas formas de urbanização, que são desenvolvidas através da atuação expressiva desses agentes. Esse processo envolve tanto a dispersão espacial de grupos de baixa renda (exemplificados pela autoconstrução e por loteamentos irregulares e favelas), quanto de grupos de média e alta renda (exemplificados pelos condomínios fechados), que são formas de ocupação desses espaços periféricos.

A Zona Norte, especificamente, é vista como exemplo dessa expansão urbana em Teresina. Atualmente, a zona Norte passa por uma série de transformações por consequência dessas atividades, processos e formas espaciais, geradores de sérios problemas, refletindo o caráter da cidade capitalista.

O conhecimento científico leva o homem a percorrer diversos caminhos para o desenvolvimento da pesquisa. Isso se deve à construção do conhecimento, o qual possibilita a compreensão, delimitação, fragmentação do objeto da pesquisa escolhido. Demo (2009, p. 31) destaca que “a produção científica é o mundo que a ciência imagina, de certa maneira de ser seu mundo. Há interesse de apresentá-lo perfeito, atraente e acreditável”. Assim, é preciso

destacar a importância da sistematização do método de pesquisa, através de um processo científico com o aprofundamento dos procedimentos e métodos que serão trabalhados.

Para Moraes e Costa (1984), a opção de método aparece como o primeiro pressuposto para a construção da nova concepção de Geografia, em gestação na década de 1980. Os autores destacam que se trata do método de interpretação, compreendido enquanto “concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento, etc.” referindo-se assim às “posturas filosóficas”, “à ideologia e à posição política do cientista” (MORAES; COSTA, 1984, p. 26-27). A concepção de mundo, normatizada e orientada para a execução da pesquisa a partir de determinado sistema filosófico, do modo como expusemos anteriormente nossas bases teóricas, compõe, portanto, o método de interpretação.

Moraes e Costa (1984, p. 27) frisam que o método de pesquisa se refere “ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo”, relacionando-se a questões mais operacionais e aos procedimentos realizados das pesquisas, enquanto o método de interpretação “[...] diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, de ciência, do movimento etc.”.

Pode haver várias formas de definição do método e abordagem desse ponto de vista disciplinar para instigar a investigação. Sobre isso, Gil (2008, p. 27) destaca que “pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Para o método é relevante analisar suas discussões em duas perspectivas: a intelectual e a racional. Ambas possibilitam apreensão da realidade mantendo seu objetivo. Contudo, analisando o método como ponto de partida, Santos (1996) afirma que o método se trata da construção de um sistema intelectual que permita abordar uma realidade a partir de um ponto de vista. Nesse sentido, Sposito (2004, p. 23) destaca que:

Essa proposta parte do pressuposto de que o método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar, mas como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação.

Nesse contexto, a proposta de pesquisa guia-se por uma concepção de mundo em que a realidade encontra-se em movimento, processo contínuo de produção/reprodução, associada às relações sociais que se dão no seio de um modo de produção determinado histórica e

socialmente. Assim, há uma concepção dialética e materialista da realidade, adotando-se as relações sociais de produção e seus conflitos como móvel do fazer histórico.

O método dialético é uma possibilidade de caminho na construção do saber científico no campo das ciências humanas. Ele torna-se o caminho percorrido pelo sujeito (pesquisador) na busca de conhecer e perceber-se na construção desse conhecimento do objeto (fenômeno/fato investigado) que se constrói e (des)constrói nas interações entre o sujeito e o objeto.

Karl Marx contribuiu significativamente na elaboração do método dialético na ciência moderna. Como destaca Chauí (1995, p. 275):

[...] o marxismo permitiu compreender que os fatos humanos são instituições sociais e históricas produzidas não pelo espírito e pela vontade livre dos indivíduos, mas pelas condições objetivas nas quais a ação e o pensamento humanos devem realizar-se.

O método dialético-marxista consiste em analisar o todo feito de pedaços, cuja autonomia e individualidade condicionam uma contradição e um conflito, que, por sua vez, estão na base da dinâmica da vida material e da evolução da ciência e da História.

Adotando uma postura desigual das relações sociais de produção capitalista opta-se por conduzir a pesquisa com base no materialismo histórico-dialético, na perspectiva de compreender a Produção do Espaço da Zona Norte de Teresina, contemplando suas formas espaciais, relacionando-as, ainda, com suas principais transformações a partir de um caráter contraditório.

A leitura dialética é empregada em pesquisas qualitativas e considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social. Ele também dá origem a novas contradições que exigem soluções. Para Sposito (2004, p. 33), o método é exposto da seguinte forma: “[...] o método dialético é aquele que procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão”. Nessa perspectiva, segundo Gomide (2013, p. 2), “[...] o grande desafio do pensamento é trazer plano racional e dialético do real, buscando a essência do fenômeno, aquilo que está por detrás da aparência, ou seja, o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade”.

Essa concepção de pensar o real traz uma reflexão da contradição, conflito e transformações causadas pela aceitação do materialismo histórico. Neste sentido, é importante frisar que o materialismo histórico-dialético faz uma reflexão sobre a sociedade. Costa (2012, p. 78) concebe o método em destaque da seguinte maneira:

A dialética materialista não é apenas um método para se chegar à verdade (sempre relativa e provisória), ela é uma concepção de homem, sociedade e da relação homem mundo. Nesta concepção entendemos que, no estudo do desenvolvimento de um fenômeno deve-se partir do seu conteúdo interno, das suas relações com outros fenômenos considerando o desenvolvimento interno dos mesmos como sendo o seu movimento próprio, necessário, interno, encontrando-se cada fenômeno em ligação com seu movimento, em ligação e interação com outros fenômenos que o cercam.

A partir dessas reflexões iniciais sustentadas em uma abordagem dialética, a seguinte pesquisa propõe desafios de trabalhar os conceitos referentes a pensar a cidade a partir de sua história, processos, agentes sociais e suas formas espaciais inerentes a uma contradição, dinâmica e reprodução desse modo de produção.

Aliado ao método estabelecido pela pesquisa pode-se considerar o método como um conjunto de passos que devem ser dados para o desenvolvimento de uma pesquisa de forma ordenada e sistemática, ou seja, o método estabelece o que fazer. Já a técnica pode ser definida como um conjunto de procedimentos de uma ciência, nas diversas etapas do método, ou seja, técnica define o como fazer.

Através destas considerações, essa pesquisa iniciou com a realização de um levantamento bibliográfico de fontes primárias e secundárias disponíveis em órgãos públicos (federais, estaduais e municipais). A pesquisa bibliográfica se efetuou com levantamentos, fichamentos de bibliografia específicas e leitura sobre a temática trabalhada, além de dados estatísticos, documentos e material jornalístico colhido para a construção de referencial teórico e metodológico.

Inicialmente, efetuou-se uma abordagem sobre a temática da urbanização brasileira, no intuito de ampliar a discussão sobre o processo de expansão e produção do espaço urbano, tendo como referenciais balizadores: Corrêa (2000), Santos (1993; 2001), Carlos (1993; 2011), Pereira Júnior (2015), Santos e Silveira (2001), Scarlato (2003), Façanha (1998) e Shimbo (2010). Vale ressaltar que esses autores em questão trabalham a mesma temática com abordagens diferentes. Para melhor aprofundamento são utilizados outros materiais relevantes, como dissertações, teses e artigos de periódicos.

A respeito da temática dos agentes e processos do espaço urbano e produção do espaço são utilizados como base teórica os autores Santos (1979), Corrêa (2000; 2012), Sposito (2008), Souza (2005; 2009), Lefebvre (1999; 2008), Lencioni (2008), Carlos (1994), Gottdiener (2010) e Costa (2012). Apresentamos os principais agentes e processos que constituem o espaço urbano, relacionando com a produção do espaço.

Em relação ao tema urbanização do Piauí, destacam-se como referencial teórico as obras de Façanha (1998), Castro (2016), Santana (2001) e Rebelo (2000), além dos documentos colhidos em órgãos públicos. Apresenta-se a partir disso um histórico do Estado do Piauí, proporcionando uma perceptiva evolução em diversos aspectos socioeconômicos condicionados a uma reestruturação urbana em suas cidades de forma desordenada.

Um dos momentos cruciais da pesquisa relaciona-se com a história do Processo da Expansão Urbana da Zona Norte de Teresina, que revela as suas principais dinâmicas do processo de expansão urbana no decorrer dos anos, estabelecido pelo surgimento dos bairros que são objeto do presente estudo (Mocambinho – 1982; Parque Wall Ferraz – 1997 e Jacinta Andrade – 2010).

Por fim, sobre a temática dos Agentes, Processos e Formas Espaciais da Zona Norte de Teresina e suas transformações atuais, têm-se como obras norteadoras Corrêa (2000), Carlos e Souza (2016), Sposito (2016) e Villaça (2001). Com base nessas fontes pretende-se apresentar os processos e formas espaciais que estarão em curso na Zona Norte de Teresina, em especial nos bairros Mocambinho, Parque Wall Ferraz e Jacinta Andrade.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada coleta de documentos e entrevista. A entrevista foi semiestruturada, considerando que esta permite uma maior compreensão do pesquisador sobre o contexto e conteúdo da entrevista, possibilitando maior flexibilidade de apreensão da realidade, permitindo “[...] que as pessoas respondam mais nos seus próprios termos do que as entrevistas padronizadas” (MAY, 2004, p. 148). Trata-se de uma técnica que permitiu a interação entre pesquisador e entrevistado, no alcance de descrição detalhada sobre o tema da pesquisa, pois permitirá diálogo e aprofundamento do tema discutido. Tais entrevistas, a partir de roteiros semiestruturais e análises de documentos, pode configurar meios para a compreensão do papel do Estado na configuração da expansão urbana em questão em que foi realizada no total de 6 entrevistas em que 3 eram destinadas a presidente de associação de cada bairro e 3 líderes comunitário.

No sentido de discutir os agentes, processos e as formas espaciais recentes da Zona Norte de Teresina, associando uma interpretação sobre as tendências espaciais foi realizadas entrevistas com a presidente de associação dos moradores e líderes comunitários dos bairros Mocambinho, Parque Wall Ferraz e Jacinta Andrade (APÊNDICES). Para se compreenderem as novas tendências espaciais buscou analisar os meios de transporte e a acessibilidade à Zona Norte (Mocambinho, Assentamento Parque Wall Ferraz e Jacinta Andrade). Tendo em vista toda sua expansão, foi feita visita aos bairros para análise.

A atividade de campo foi realizada com registros fotográficos para melhor aprimoramento da observação empírica com intuito de analisar aspectos de infraestrutura, dinâmicas, dentre outros aspectos da área de estudo. Foram realizadas cinco visitas técnicas para realização dos registros nos meses de março, julho, agosto, setembro e outubro.

Para que as entrevistas pudessem ser utilizadas, os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para a participação no estudo, bem como para a autorização da publicação das informações. As informações coletadas foram tratadas com base na técnica de análise de conteúdo, que diz respeito a um conjunto de técnicas de pesquisa de comunicação que visam obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo dos dados obtidos (MINAYO, 1998).

Dada a natureza do objeto de estudo, essa pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e qualitativa, uma vez que fez uso de técnicas interpretativas das opiniões, dos sentidos e significados atribuídos à produção do espaço e expansão urbana. Trata-se da metodologia mais adequada, tendo em vista o objetivo da pesquisa de analisar a Expansão Urbana da Zona Norte de Teresina à luz dos agentes produtores, bem como suas formas espaciais relacionadas à sua gênese, às suas dinâmicas e às recentes tendências espaciais, guiada por uma análise dialética.

Contudo o entendimento da cidade vem a ser como produto de relações sociais de produção. O espaço que se reestrutura a partir de novas dinâmicas de circulação de capital, conseqüentemente, novas relações sociais vão permitir uma reflexão sobre a temática trabalhada.

Para isso, a pesquisa encontra-se estruturada em **Introdução** e outras três seções, por fim, apresentam-se as **Considerações Finais**. A primeira seção **Espaço Urbano e os Agentes Produtores: Revendo os contextos da urbanização e os danos da Expansão Urbana Brasileira** discute o processo de urbanização do Brasil e em seguida faz uma apresentação sobre os agentes produtores articulando na atuação do Estado enquanto agente produtor do espaço urbano, na elaboração de uma Política Habitacional pautada na construção de conjuntos habitacionais. Tal processo é apresentado em Teresina, indicando-se como elemento das dinâmicas contemporâneas da urbanização da capital piauiense. Apresenta-se a atuação dos agentes produtores e suas principais características, assim como a abordagem sobre a produção do espaço urbano, destacando as relações socioeconômicas nesses processos.

Na segunda seção, **Os Contextos Espaciais do Processo Da Expansão Urbana da Zona Norte de Teresina**, discute-se a urbanização da mesma, situando-a no processo de urbanização do Piauí e Teresina. Apresenta-se o processo de formação dos bairros Mocambinho, Parque Wall Ferraz e Jacinta Andrade, levando em consideração sua formação inicial, além de delimitar o espaço atual.

Na terceira seção, **Agentes, Processos e Formas Espaciais da Zona Norte de Teresina e suas transformações atuais**, apresentam-se os processos, agentes e formas recentes atuantes na zona Norte, especificamente em cada bairro (Mocambinho, Parque Wall Ferraz e Jacinta Andrade), e a atuação recente da produção do espaço urbano regional de Teresina.

2 ESPAÇO URBANO E OS AGENTES PRODUTORES: REVENDO OS CONTEXTOS DA URBANIZAÇÃO E A EXPANSÃO URBANA BRASILEIRA

2.1 CONTEXTOS FORMADORES DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

O processo de urbanização, concebido como produto da reprodução das relações sociais de produção, particulariza-se à medida que se configura como produto social, fruto da ação de agentes sociais concretos que agem na produção do espaço urbano (CORRÊA, 2000).

O caso brasileiro é emblemático para visualizar tal enunciado, uma vez que a atuação do Estado, combinada com agentes hegemônicos da economia capitalista que se desenvolveu no país, engendraram cidades compostas pela disposição desigual de serviços, infraestruturas e meios de consumo coletivo de um modo geral, reproduzindo-se o caráter contraditório (e conflituoso) da cidade capitalista.

Assim, discutir a cidade no Brasil constitui tarefa das mais complexas, partindo do contexto da urbanização como resultado de uma dinâmica marcadamente diferenciada e desigual que se desenrola na cidade. Essa desigualdade se dá em cidades diferentes ou mesmo dentro de uma mesma cidade, cuja busca de melhor qualidade de vida é incessante em diversos aspectos: educação, saúde, moradia, segurança, alimentação, emprego, entre outros.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil experimentou um novo avanço em seu processo de industrialização. Com a aceleração do processo de mecanização do território brasileiro intensifica-se a criação de novas áreas para o desenvolvimento capitalista no país. Santos (1993, p. 36) destaca que é a partir desse momento:

[...] que a integração do território se torna viável, quando as estradas de ferro, até então desconectadas na maior parte do país, são interligadas. Nesse intuito integrador, constroem-se estradas de rodagem, pondo em contato as diversas regiões.

O processo de urbanização no Brasil se deu de forma lenta, por isso foram necessários anos para se estabelecer uma evolução. Com isso, Santos (1993, p. 19) destaca que “durante séculos, o Brasil, como um todo, é um país agrário, um país ‘essencialmente agrícola’, para retomar a célebre expressão de conde Afonso Celso”.

A realidade socioeconômica do país, em meados dos anos de 1940, era basicamente rural-agrícola e, conseqüentemente, a maior parte da população nesse período residia no meio rural. Santos (1993, p. 31) procura destacar a evolução da população urbana do Brasil afirmando que:

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população urbana brasileira passa dos 77%, ficando quase igual à população total de 1980.

A respeito do crescimento da população urbana no Brasil, verifica-se que esse número passou de 32.004.817 de habitantes em 1960 para 160.925.792 de habitantes em 2010, dados que ilustram o domínio da população urbana no país. Scarlato (2003) observa que muitas dificuldades se configuraram quando parcela significativa de pessoas se deslocou para atuar, por exemplo, no setor secundário e as imposições associadas a condições precárias para a população que antes desenvolvia atividades diferenciadas no meio rural.

A realidade atual do mundo alerta os cidadãos para os problemas presentes e futuros causados pela intensa industrialização e urbanização das cidades. O homem deixou o meio rural para se estabelecer no meio urbano, e assim, as cidades se transformaram estrutural, econômica e politicamente para abrigar e condicionar a vida dos que nela vivem.

Nas cidades brasileiras, os processos de expansão e qualificação do território ocorreram de forma acelerada desde a década de 1950, fato que contribuiu para um dos movimentos socioterritoriais mais rápidos e intensos de que se tem notícia no mundo: de predominantemente rural, a população brasileira tornou-se majoritariamente urbana em 40 anos – 1940 a 1980 (ROLNIK, 2009). O advento da indústria nacional, com destaque para a automobilística, foi o atrativo para o estabelecimento de um grande contingente populacional nas cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida (GOMES; SOARES, 2004).

O processo de urbanização acontece de forma desordenada no Brasil, ao verificar-se que o crescimento das cidades brasileiras tem sido inversamente proporcional ao crescimento populacional. Nessa perspectiva, Santos (1993, p. 18) argumenta que:

Estimativas para 1990 permitem considerar uma taxa de urbanização de quase 75%. Haveria uma certa convergência entre os índices obtidos nas regiões Norte e Nordeste, pois o Norte apareceria com 56%, e o Nordeste, com 58%, enquanto o Sudeste teria um índice de 88%, e o Sul e o Centro-Oeste estariam próximos da taxa brasileira dos 75%.

Essa produção da cidade torna-se um meio atrativo para a população de um modo geral, embora a problemática da cidade interfira na migração das pessoas para o espaço urbano. Em vista a essas mudanças no modo de produção do campo, esse fato acarretou o processo de modernização do campo, pois o perfil da população muda em consonância do que

é vivido. Isso influenciará uma grande parcela populacional nas cidades, pois crescerá a interdependência. Hoje o campo encontra-se modernizado e suas atividades agrícolas, mesmo assim, tornam-se indispensáveis. Nesse prisma, Santos e Silveira (2001, p. 281) destacam que:

Tal produção da cidade próxima muitas respostas às suas exigências em ciências, técnicas e informação, incluindo uma demanda importante de bens e serviços técnicos e científicos. Dá-se também uma importante demanda de “racionalidade” a ser empregada no plantio, nos cuidados, na colheita, na armazenagem, estocagem, empacotamento, transporte e comercialização. Tal racionalidade inclui a atividade agrícola em sistemismos que se contagiam mutuamente e desse modo se difundem, produzindo tendências cumulativas à homogeneização e, outra vez, à racionalização, presididas pela cidade média próxima.

Verifica-se que os elementos modernos, cuja atuação foi fundamental para o acréscimo nos números, expressam as taxas da urbanização brasileira, pois estavam associados à concentração de atividades produtivas nas cidades, visto que esse fato está relacionado a fatores que trouxeram benefícios e fortaleceram o modo de vida urbano. Esses fatos atuaram no fluxo expressivo de pessoas, desprovidas dos recursos necessários para a vida no campo e que vislumbravam no urbano novas possibilidades.

Com o êxodo rural, houve também alguns problemas sociais viabilizados pela expansão da cidade. Citam-se, por exemplo, os grupos de pessoas que, desmotivadas pela falta de estrutura no campo e atraídas por empresas que disponibilizavam empregos nos setores secundários e terciários, viram-se atraídas pela vida na cidade.

Dessa forma, estabelecem-se espaços que possibilitam a circulação de capital em volumes cada vez maiores pelo território, tanto nas trocas fluidas do sistema financeiro, agora amparado pelos sistemas técnicos, quanto na forma de mercadorias, cuja logística de transportes subsidia o comércio nos mais variados pontos do país. Tal dinâmica se instala de modo concentrado nos espaços urbanos e promove a intensificação da urbanização brasileira na última metade do século XX.

O fato nos leva a considerar a urbanização como um processo de expansão territorial, que leva a materialização do modo de vida urbano partindo da influência do capital, e não apenas influência do crescimento populacional e de aspectos físicos das cidades. Com isso, Carlos (2011, p. 94) aponta que:

[...] o processo de urbanização, longe de significar o mero crescimento da cidade ou a extensão do tecido urbano, revela um conteúdo que se insere num processo mais amplo; aquele do desenvolvimento do modo de produção

capitalista como fundamento da constituição de uma “sociedade urbana” apresentando um processo profundo de transformação nas formas e conteúdos da produção da cidade, bem como da existência humana na cidade como existência prática real e concreta dos cidadãos.

No Brasil, a intensificação da urbanização está inteiramente relacionada com o processo de industrialização, que faz com que a reprodução de capital na cidade interfira no modo de vida urbano. Com o processo de intensificação da urbanização brasileira, ligada diretamente à expansão das tecnologias, essas atividades começam a se expandir, ganhando cada vez mais novos espaços nas diversas regiões.

Em meio a seu intenso processo de expansão e transformação do território brasileiro, destacam-se a modernização tecnológica, que antes se concentrava nas regiões Sudeste e Sul do país. Desse modo, com a dinamização dessa atividade, houve essa necessidade de expandir e renovar as demais regiões. Sobre este aspecto, Santos e Silveira (2001, p. 251) pontuam que:

O eixo Rio-São Paulo desponta como uma área de acumulação da produção industrial, permitindo uma diversificação da atividade fabril, que beneficia igualmente os Estados da região Sul. Esse eixo industrial, capaz de oferecer produtos mais variados e mais barato, afirma-se em detrimento dos núcleos industriais dispersos.

No Brasil, a partir do século XX, percebe-se que todo o território encontra-se apropriado, mesmo com distribuições populacionais desiguais e algumas áreas com concentração populacional, como é o caso do eixo dito acima Rio-São Paulo. Observa-se que a aglomeração urbana está atribuída ao acelerado processo de circulação de capital, meios de transportes mais modernos, aparelhos mais sofisticados que possibilitam que parte da população se beneficie de um encurtamento de distâncias e tempo (SANTOS, 2008).

Esses elementos industriais contribuem para promover o crescimento das cidades, a partir do processo de produção de capital, promovendo, assim, a ampliação produtiva de bens e serviços que possuem funcionamento de segmentos da economia que têm a cidade como locus de sua reprodução. Porém, com a ação do Estado e a falta de um planejamento urbano eficaz, emergem diversos problemas inerentes a esse processo. Avolumam-se, por exemplo, os problemas relativos ao setor de transportes, ao emprego, à moradia e ao acesso a serviços básicos, como saúde e educação.

Com isso, junto ao processo de urbanização, vieram problemas sociais significativos e houve uma acentuada expansão das favelas, vilas dentro das cidades e muitos espaços construídos em áreas de riscos, configurados pela falta de moradia adequada. Houve também

um crescimento da economia informal, aumento da poluição, intensificação de trânsito, entre outros aspectos decorrentes desse caótico processo de urbanização. Acerca disso, Santos (2008, p. 105) enfatiza que:

Com diferença de grau e intensidade, todas as cidades, brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. São elementos de diferenciação, mas em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e da saúde são genéricos e revelam enormes carências.

A cidade passa a concentrar atividades econômicas no setor da indústria, do comércio e dos serviços e o fluxo de população do campo se intensifica em direção aos espaços urbanos. Além da atração das cidades, o contexto de modernização do campo a partir da década de 1960 e todos os conflitos inerentes a tal processo contribuem com esse processo para a evolução. Os enfrentamentos de tais conflitos, sobretudo, aos atendimentos aos problemas que acentuam os conflitos de classe, como o acesso à educação, à saúde e à moradia, passaram a compor a agenda dos governos a partir de meados do século XX.

Nesse contexto, o processo de industrialização do Brasil tornou-se o ponto de partida para o processo de urbanização do país, o qual passou por diversos momentos juntamente com o intenso crescimento populacional urbano. Desse modo, outros fatores provocaram mudanças no espaço urbano, sobretudo o déficit habitacional.

Façanha (1998, p. 24) ressalta que à medida que as cidades brasileiras desenvolviam-se, o processo de urbanização se deu apresentando diferenças de graus de intensidade, nas diferentes regiões do país. De fato, verifica-se que há no Brasil processos de urbanização diferenciados: algumas cidades urbanizam-se mais rapidamente do que outras, devido, sobretudo, às atividades socioeconômicas predominantes em cada região.

Assim, Sposito (2005 apud VIEIRA, 2017) aponta que a industrialização dá a tônica na urbanização contemporânea, ou seja, embora este processo seja resultado de uma série de avanços necessários ao desenvolvimento à industrialização, de fato, marca predominantemente as relações entre a sociedade e a natureza.

O governo federal elabora sua política de atendimento ao déficit habitacional, Conforme Pontes et al. (2010, p.62)¹ já mencionado anteriormente, atribuindo a construção de conjuntos habitacionais como a “saída” para tal problemática. Merece atenção, contudo, o fato de que, dialeticamente, à medida que o Estado produzia uma cidade legal a partir de sua política dos conjuntos habitacionais, produzia também, a partir do conflito, uma cidade ilegal, gestada com a aceleração do processo de favelização (SCARLATO, 2003).

O processo de urbanização no Brasil, na década de 1990, apresentou um novo formato à sociedade, uma reversão no crescimento de grandes cidades e um novo “perfil” de cidades médias, que possuem um custo de vida melhor em meio a um custo de produção menor nesses espaços. Nesse contexto, a urbanização de Teresina, em que a atuação do Estado se dá com a dotação de infraestrutura para a expansão das cidades pós-década de 1950 e em cujas cidades se acentuam paralelamente os índices de ocupação de áreas impróprias para moradia e a ocupação de terras de propriedade particular ou pública, como alternativa ilegal para a falta de moradia.

A atuação estatal destaca-se na construção dos chamados conjuntos habitacionais, importantes para a compreensão da produção do espaço da maior parte das cidades do país. Esses conjuntos eram criados através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), que definiam políticas nacionais de desenvolvimento urbano com o propósito de enfrentar o déficit habitacional e o surgimento das favelas. De acordo com Façanha (1998, p. 135):

O governo Militar, no início dos anos 60, desenvolveu um Projeto de Desenvolvimento Urbano, que considerou a habitação como principal política pública desse período. O Governo Federal, através de uma ideologia baseada na necessidade de uma política habitacional, criou, em 1964, o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

Todavia, ao passo que produzia conjuntos muitas vezes distantes dos espaços dinâmicos das cidades, produzia em seu entorno a “nova periferia”. Essa intensificação da produção de favelas revela o déficit habitacional como um dos principais problemas da urbanização brasileira.

¹ [...] está diretamente ligado à carência do estoque de moradias, ou seja, corresponde ao total de unidades habitacionais que necessitam ser produzidas para atender as demandas acumuladas. O déficit está dividido em quantitativo, que representa a necessidade de construção de novas unidades habitacionais, e qualitativo, que representa aquelas habitações que precisam de melhorias de infraestrutura.

Procurando tratar um pouco desse contexto histórico sobre a Política Nacional de Habitação, pode-se destacar a importante influência da ação do Estado, além de ressaltar suas ações montadas pelo BNH sobre todo o estrago deixado após seu desmanche. Shimbo (2010, p.63) procura destacar que, após essa ação, é importante deixar claro que é “nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995 a 2002) quando se assume definitivamente a lógica privada na provisão e na produção de habitação”. Contudo, essa lógica irá se estender ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com a proposta de programas voltados para faixas de renda de até três salários mínimos para direito à habitação à população mais carente. Shimbo (2010, p.63) destaca ainda que:

Compreender a configuração da política no primeiro governo de Lula (2003 a 2006) e na quase totalidade do segundo, até o início de 2010, enfocando-se os seus desenhos institucionais, suas medidas regulatórias e jurídicas, e os destinos e os volumes de recursos canalizados para a produção de unidades habitacionais.

Há também as faixas de renda destinadas a outro perfil da população, as que possuem renda acima de seis salários mínimos. Para esse grupo, são liberados créditos bancários. Shimbo (2010, p.66) complementa que:

Para as faixas de renda inferiores a essa, a promoção era essencialmente pública, centralizada no BNH e nas Companhias Habitacionais (COHABs), financiada com recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Nessa parte, a produção das construções habitacionais ficava restritamente a cargo do setor privado, ou seja, centralizava tudo nas agências estatais. E a partir da desmontagem do BNH, os projetos ligados a Política Habitacional começaram a sofrer alguns danos. Mesmo na tentativa de reestruturação do BNH, Shimbo (2010, p.67) destaca:

A produção habitacional promovida diretamente pelo Estado se retraiu – atingindo, sobretudo, as COHABs – e se iniciou o processo de canalização direta dos recursos públicos para promotores e agentes financeiros privados – como esses últimos já ansiavam.

Para Arretche (2002 apud SHIMBO, 2010), somente no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), iniciado em 1995, após quase dez anos do fim do BNH, que se alterou o paradigma da política habitacional brasileira, quando se introduziram os princípios de mercado na provisão de habitação. Além de procurar ampliar a participação do setor

privado, o novo paradigma previa a descentralização da alocação dos recursos federais e a introdução de uma política de crédito para o mutuário final.

Desde os anos 1990, o Programa Carta de Crédito procura atender uma parcela da população de baixa renda, com propostas de financiamento para questão habitacional, proposta da política habitacional de FHC. Junto a essa proposta, no mesmo período, elaborou-se o Projeto de Moradia, sob a coordenação de Luiz Inácio Lula da Silva, sendo um projeto não governamental. O lançamento oficial do Projeto aconteceu em 2000. Shimbo (2010, p.75) destaca os objetivos gerais desse projeto:

Tinha como um de seus pressupostos a ampliação do mercado formal para os setores de renda média e média baixa, a serem atendidos com recursos do SBPE e do SFI, na perspectiva de se liberarem os recursos do FGTS para as classes de renda mais baixas, procurando inverter a situação gerada pelo governo FHC, como visto anteriormente.

Além das propostas apresentadas, houve outras demandas, tais como a facilidade de acesso ao crédito habitacional para as camadas mais carentes, com proposta de baratear a produção e viabilizar novas oportunidades de moradia aos mais pobres.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidência da República, em 2002, abriu novos horizontes para a institucionalização de uma política habitacional à população mais carente, sendo que suas propostas já vinham sendo debatidas e as mesmas se encontravam no Projeto de Moradia do Governo Federal. Segundo Cardoso, Jaenisch e Aragão (2017, p. 25):

O Ministério se organizou inicialmente em quatro Secretarias: Habitação, Transportes e Mobilidade, Saneamento e Programas Urbanos, esta última responsável pelas ações na área de planejamento do território e regularização fundiária. A equipe técnica convocada para compor os quadros tinha fortes vínculos com o Fórum Nacional da Reforma Urbana, já tendo participado de algumas experiências de administração local em governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Ao longo do ano de 2003, a Secretaria Nacional de Habitação desenvolveu as bases normativas e institucionais da nova política de habitação, propondo a estruturação do Sistema Nacional de Habitação, cuja primeira versão foi discutida e aprovada ainda no mesmo ano, durante a Primeira Conferência das Cidades.

Logo após essa fase de organização dos programas, a economia do Brasil apresentou um crescimento significativo na sua economia, embora ainda houvesse grandes déficits. Em meados de 2008, a economia brasileira passou por uma fragilidade por conta do cenário econômico mundial (Roman; Antunes; Quintero; Carbonari, 2015, p.7).

A falência de relevantes instituições financeiras internacionais acarretou uma expressiva redução do crédito, em especial o de longo prazo, afetando significativamente os investimentos das empresas privadas, notadamente do setor da construção civil. Diante do agravamento da crise financeira, o Governo Federal passou a adotar uma série de medidas com forma de mitigar seu impacto nos vários setores da economia nacional. Um conjunto dessas ações concentrou-se no setor da construção civil e infraestrutura. Essas medidas de estímulo justificam-se pelo relevante papel que o setor desempenha, em toda sua cadeia produtiva, na economia brasileira. A adoção de medidas de estímulo à indústria da construção justifica-se, ainda, pelo peso que o setor possui no Produto Interno Bruto brasileiro, e por sua enorme capacidade empregadora. Entre as medidas anticíclicas adotadas, a principal foi o Programa Minha Casa Minha Vida, lançado pelo Governo Brasileiro, em março de 2009.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) deu uma alavancada mesmo em meio à crise. Diante disso, Cardoso, Jaenisch e Aragão (2017, p. 29) destacam a importância do programa em epígrafe para o país, com seus investimentos em habitação. Nesse contexto, Antunes et al. (2015, p. 8) apontam que:

Ele foi anunciado em março de 2009 com o objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários-mínimos. Estabelecendo um patamar de subsídio direto proporcional à renda das famílias, o Programa buscava claramente aquecer o mercado imobiliário de unidades novas e, assim, impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção civil. Além dos subsídios, buscou-se também aumentar o volume de crédito para aquisição e produção de moradias e, ao mesmo tempo, reduzir os juros com a criação do Fundo Garantidor da Habitação, que aportava recursos para pagamento das prestações em caso de inadimplência por desemprego e outras eventualidades. Desta forma, intentava-se manter o desenvolvimento do setor imobiliário e reaquecer as atividades do ramo da construção civil, que experimentava uma fase de intenso crescimento desde 2006, mas que vinha sofrendo com os impactos da crise econômica. Curiosamente, retomasse, nesse momento, argumentos semelhantes aos que originaram a experiência do BNH, também criado com o objetivo de impulsionar a economia através de efeitos multiplicadores e de ampliar o emprego para a população com baixa qualificação profissional.

A partir do exposto, o PMCMV vem com uma proposta de dá acesso a famílias de baixa renda com financiamento de moradias, infraestrutura e prestações que permitam um bom suporte tendo em vista o objetivo maior do programa de criar ambientes econômicos favoráveis. Na região Nordeste, Cardoso, Jaenisch e Aragão (2017, p. 9) sublinham que:

Em o Programa Minha Casa Minha Vida no Nordeste: Região Metropolitana de Fortaleza, Renato Pequeno, Sara Vieira Rosa e Henrique Alves da Silva

fornece um quadro bastante interessante da produção do programa na região Nordeste e, particularmente, no Estado do Ceará, mostrando a dificuldade de se contratar empreendimentos em vários municípios do interior e, em seguida, centralizando a avaliação mais fina no impacto do programa no processo de periferização da região metropolitana de Fortaleza.

Em síntese, entende-se que o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi um dos investimentos mais relevantes implementados pelo Governo Federal, favorecendo uma melhor distribuição de renda e inclusão social.

2.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEUS AGENTES PRODUTORES

A produção do espaço urbano é um processo complexo e dinâmico. Essa produção sempre envolve a dinamização da cidade como uma aglomeração de diversas ações dos agentes que produzem e consomem esse espaço.

Através da reflexão anterior torna-se perceptível toda a dinamização atuante, embora também se compreenda a sistematização desses agentes sociais por se apresentarem dotados de estratégias e interesses para a produção do espaço. Dentre eles podem ser enfatizados os promotores imobiliários, os quais, como destaca Corrêa (2000, p.20), correspondem ao:

[...] conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações incorporações, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro.

Ao longo da história, a produção do espaço enquanto processo vem desenvolver na sociedade a reflexão sobre o desenvolvimento do capitalismo, para que a dinamização fosse percebida através de suas ações, atitudes ou reproduções de mercadoria. Compreender isso é dar lugar a uma valorização do espaço que aos poucos vai redefinindo a sociedade através de toda a transformação imposta pela produção e dinamização do espaço que não para.

A produção do espaço urbano, diante dos mútuos processos estabelecidos:

[...] firma-se como resultado da atuação dos agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2012, p. 43).

Desse modo, emergindo uma das características do espaço urbano, a fragmentação e caracterizada pela justaposição de diferentes paisagens, dinâmicas e usos da terra, originando assim, um abundante mosaico urbano.

Gottdiener (2010, p. 133) explica que o espaço “recria continuamente relações sociais ou ajuda a reproduzi-las”. Para o autor em epígrafe, o espaço “tem a propriedade de ser materializado por um processo social específico que reage a si mesmo e a esse processo”. Nessa compreensão, o espaço é visto, então, ao mesmo tempo, “objeto material ou produto, o meio de relações sociais, e o reproduzidor de objetos materiais e relações sociais”.

Desse modo, podemos estabelecer uma compreensão segundo Lefebvre (2008) que o espaço é um produto social resultado de uma produção, que é estabelecida por uma reprodução das relações sociais. A compreensão do espaço vai além do que se tem de concreto. Lefebvre (2008 apud COSTA, 2012) destaca a produção do espaço e não deste ou daquele objeto, desta ou daquela coisa no espaço. É deslocado, então, das coisas no espaço para a própria produção do espaço, vinculando-a à reprodução das relações sociais de produção.

O espaço aparece sendo produzido e isso se torna contínuo, sendo resultado das relações sociais estabelecidas durante esse processo. Essa produção do espaço se dá através das ações que mantêm dentro do mesmo, ou seja, a reprodução das relações de produção não se restringe apenas à questão econômica, refletindo que toda sociedade reproduz e produz seu próprio espaço.

Partindo dessa reflexão, entende-se que, com base em Lefebvre (2012), o espaço é pensado em três dimensões: o percebido, o concebido e o vivido. Acerca desta concepção, Carlos (2012, p. 150) destaca que:

O espaço percebido (*L'espace perçu*) é o espaço empírico, material, que remete à experiência direta, prático-sensível. O espaço concebido (*L'espace conçu*) refere-se às representações do espaço, ao espaço planejado (da tecnocracia, dos urbanistas, por exemplo). É o espaço preparado e que no seio do modo de produção capitalista serve, na maioria das vezes, à acumulação. Por sua vez, o espaço vivido (*L'espace vécu*) é o espaço da prática cotidiana, espaço das diferenças e das possibilidades.

A produção do espaço precisa ser pensada no econômico através das relações sociais e podendo levar como base as três dimensões propostas por Lefebvre (2012). O modo de produção se relaciona ao ponto de formar novas representações no espaço a partir da dinâmica do capital.

O entendimento sobre o processo de produção do espaço e seus agentes produtores permitirá o entendimento dos processos espaciais que ocorrem no espaço urbano ao longo do tempo. A partir dessa reflexão é necessário compreender essa valorização do espaço e sua expansão atual em toda a malha urbana, com intuito de repensar essa transformação a partir da análise dos agentes e processos que induzem essa dispersão na “zona” norte de Teresina.

A análise aqui proposta tem como pressuposto teórico que o espaço urbano, como fragmento do espaço geográfico, possui natureza social. Santos (1979) procura definir o espaço como reprodução total da sociedade, como matéria trabalhada. Para o autor em destaque:

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos (SANTOS, 1979, p.18).

Neste sentido, ao mesmo tempo em que o espaço figura como produto social, aparece também como produtor de relações sociais que variam no tempo para sua formação socioespacial capitalista. O espaço urbano, no âmbito da cidade capitalista, portanto, é produzido imbuído de uma série de desigualdades que estão atreladas à produção, à circulação e ao consumo, configurando-se como um produto social resultante de ações de agentes sociais concretos (CORRÊA, 2000).

A caracterização do espaço urbano pode ser analisada a partir de diversos aspectos, como o social, cultural e econômico. Para isso, é preciso uma compreensão de elementos que caracterizam esse espaço através de conceitos e características específicas ligadas à cidade, além de toda mobilização da produção econômica que move a circulação de capital, característica da cidade contemporânea.

Merecem destaque os intensos processos de organização social que se fazem presentes no espaço urbano que nos possibilita a certeza dessa produção a partir das relações sociais. Corrêa (2000, p. 9) apresenta esse espaço urbano como algo “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Para o referido autor, o espaço corresponde à “própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”.

O estudo sobre a cidade permite-nos construir um leque de abordagens sobre o espaço urbano, incluindo sua dinâmica de produção e reprodução social, processo complexo e atrativo como é colocado em destaque acima.

Embora o espaço urbano seja hoje marca peremptória das relações de produção capitalistas, a cidade tem sua origem anterior à existência desse modo de produção. Sposito (2008, p. 11) menciona que “a cidade de hoje é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos”.

Sua origem remete à sedentarização dos grupos humanos, processo desenvolvido paulatinamente a partir do período paleolítico. A partir de então, cria-se um vínculo cada vez maior com o lugar onde se habita, abandonando-se a condição de nômades. A domesticação de animais e plantas seriam passos fundamentais para a consolidação de agrupamentos humanos que se tornariam a germinação da semente da origem das cidades. Sposito (2008, p. 12) comenta que:

Se a semente fora lançada durante o paleolítico, é efetivamente no período seguinte, mesolítico, que se realiza a primeira condição necessária para o surgimento das cidades: a existência de um melhor suprimento de alimentos através da domesticação dos animais, e da prática de se reproduzirem os vegetais comestíveis por meio de mudas. Isto se deu há cerca de 15 mil anos e todo esse processo foi muito lento, porque somente três ou quatro mil anos mais tarde essas práticas se sistematizaram, através do plantio e da domesticação de outras plantas com sementes, e da criação de animais em rebanhos.

Por sua vez, Souza (2005, p. 42) chama atenção para o fato de como surgiram as primeiras cidades, dando ênfase aos aspectos comportamentais, no que irá (re)produzir uma prévia análise da dependência das pessoas em meio à movimentação de capital.

Uma das primeiras cidades, possivelmente o primeiro assentamento humano a merecer o nome de cidade, foi Jericó, as margens do rio Jordão, na Palestina. Jericó é muitíssimo conhecida por estar associada ao relato bíblico (Livro de Josué) da destruição de suas muralhas e de sua conquista pelos israelitas. O aparecimento de Jericó é situado, hoje em dia, há quase 8.000 anos antes de Cristo. Isso significa que, quando suas muralhas caíram (supostamente, ou de acordo com a crença judaica cristã, por ordem de Deus) e ela foi conquistada, sangrenta e impiedosamente (a narrativa bíblica fala, em Josué 6:21, em não poupar nem sequer mulheres, jovens e animais!) sob comando do profeta Josué, sucessor de Moisés, na liderança do povo de Israel, Jericó já existia há muito, muito tempo.

Assim, entende-se que o surgimento dos primeiros aglomerados humanos acarretou mudanças significativas no espaço como se percebe, além do mais, pode-se destacar que o excedente proporcionado pela agricultura propiciou a divisão do trabalho, ou seja, a dedicação de alguns em novas atividades em que o campo e cidade terão atividades opostas e isso proporcionará consequências que ajudará na construção da cidade e na sua organização social.

A cidade capitalista é um espaço que oferece diversos processos sociais, dentre eles, a acumulação e movimentação de capital capaz de modelar esse espaço citadino. Ação de agentes produtores. Através disso, viabiliza-se que esses processos sociais sejam responsáveis por dar origem a formas espaciais que são capazes de organizar o espaço da cidade mesmo vinculado a tantas desigualdades. Para Lefebvre (1999, p. 109):

[...] a cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo.

Dessa forma, entende-se, conforme o autor em epígrafe, o potencial de produção da cidade e uma característica inerente a ela: o poder de atração.

A cidade é uma construção humana, forma materializada a partir do conteúdo urbano produzido por relações sociais específicas. Noutras palavras, pode-se dizer, concordando com Lencioni (2008), que a cidade é objeto e o urbano, fenômeno. A cidade, dessa forma, “considerada como uma realização humana, [...] sempre está em processo de construção, isto é, sendo criada e recriada a todo o momento” (PEREIRA; PAULA, 2010, p. 3).

Este, contudo, é um dos entendimentos a respeito da cidade e do urbano. Souza (2009, p. 2) destaca que, nos trabalhos de análise sobre estes conceitos, “nota-se, na atualidade, a utilização de diversas orientações teóricas e metodológicas”, tendo forte influência as teorias vinculadas ao pensamento de Henri Lefebvre, sobretudo as suas obras mais dedicadas diretamente à cidade e ao urbano, quais sejam: “O Direito à Cidade” e “A Revolução Urbana” (LEFEBVRE, 1999; 2001).

Com base nos referenciais lefebvreanos, Carlos (1994, p. 50) apresenta a cidade como sendo, “antes de mais nada, trabalho objetivado, materializado, que aparece através da relação entre o construído (casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças) e o não construído (o natural)”. Dessa maneira, a cidade se apresenta como produto histórico de relações sociais específicas e se constitui um dos elementos instigantes das interações da sociedade e uma das mais destacadas realizações humanas.

Gottdiener (2010, p. 127), apresentando a perspectiva da produção do espaço de Lefebvre, concebe o espaço da seguinte forma:

[...] é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Isto é, num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nestes eventos (a função da ordem social).

Neste sentido, à medida que o espaço aparece em Lefebvre como algo que ultrapassa a condição de receptáculo, de palco onde as coisas acontecem, a compreensão do espaço urbano, a partir dessa orientação teórica, seguirá esta perspectiva, aparecendo não apenas como espaço de distribuição de materialidades específicas, mas como lócus das possibilidades do encontro, das relações sociais, da transformação.

É nesse sentido que Sorbazo (2010, p. 58), amparado nas ideias de Lefebvre, afirma que “o urbano corresponde à morfologia social, uma realidade social composta de relações presentes e relações a serem concebidas construídas ou reconstruídas pelo pensamento”. Conforme o citado autor, a urbanização não consiste simplesmente na edificação completa do mundo ou no desaparecimento do campo ou das atividades agrícolas, fazendo referência, na verdade, ao processo de construção da sociedade urbana. A esse respeito, Lefebvre (2008, p. 26) completa que:

O urbano (abreviação de ‘sociedade urbana’) define-se portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível [...].

Lefebvre (2008) evidencia, dessa maneira, não apenas a forma, mas o conteúdo das relações sociais, sendo este conteúdo o qualificador do urbano. Embora tal perspectiva tenha considerável repercussão no âmbito das abordagens sobre o urbano, ainda persistem perspectivas concentradas na forma (no espaço construído, nos objetos), apresentando a urbanização quase sempre restrita aos números de população e sua concentração no espaço das cidades em detrimento do campo.

A cidade, embora também pensada em grande medida no âmbito da Geografia como produto histórico – indissociável do processo de urbanização - aparece, em muitos casos, restrita a uma concepção limitada à materialidade, à presença de determinados objetos e vinculada às atividades de transformação industrial, ao comércio e aos serviços.

Na acepção de Corrêa (2000), os agentes sociais são capazes de fazer e refazer a cidade. Com isso o autor destaca os seguintes agentes produtores deste espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Os proprietários dos meios de produção caracterizam-se por serem os maiores detentores do espaço da cidade, pois agem com o apoio do Estado, buscando sempre localizações favoráveis aos requisitos locacionais dos seus empreendimentos. Estes ficam reservados aos espaços providos de maior infraestrutura na cidade tida para eles como um bem material submetido às suas políticas de controle deste espaço, transformado em mercadoria e, desta forma interferem diretamente nos padrões de uso e organização deste espaço da cidade. Nesse sentido, Carlos (2007, p. 27) destaca que:

A existência da propriedade privada significa a divisão e parcelarização da cidade, bem como a profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano, fato que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana inicialmente revelada no ato de morar, que coloca o habitante diante da existência real da propriedade privada do solo urbano.

Os proprietários fundiários atuam em busca da renda da terra e da alta valorização de seus espaços na busca do lucro por meio de estratégias de loteamento e em busca da especulação fundiária. Para Corrêa (2000), os proprietários fundiários sempre agem em busca de obter a maior renda possível de suas propriedades. Para eles é necessário que estas gerem um alto lucro e atentam ainda para o uso do solo urbano no aspecto residencial, preferencialmente o de status. Há ainda o interesse na conversão da terra rural em terra urbana uma vez que o espaço urbano é mais valorizado que o rural, o que demonstra que os proprietários fundiários têm seus interesses voltados para o valor de troca da terra e não para o valor de uso.

Os promotores imobiliários atuam seletivamente e contribuem diretamente para a segregação espacial na cidade por meio do controle do mercado imobiliário onde se dá a comercialização do loteamento do espaço através da produção de habitações e monitoramento da demanda habitacional (OS AGENTES..., 2005 ??) destaca:

Com relação à atuação dos promotores imobiliários - conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações: incorporação, financiamento, construção e comercialização do imóvel, o autor afirma que esta ocorre de modo desigual. Seus investimentos são voltados principalmente para a construção de imóveis para atender às classes mais favorecidas, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista.

O Estado se caracteriza principalmente por ser um agente regulador do uso do solo. Ele normatiza o uso deste espaço através de um zoneamento do espaço seguido de leis e planos que são responsáveis pelo direcionamento dos investimentos públicos neste espaço. Nessa perspectiva, Carlos (2007, p. 87) propõe que:

Também o poder político do Estado se exerce através do espaço enquanto dominação política e, neste sentido, ele se reproduz interferindo constantemente na reprodução do espaço. É assim que se normatiza o uso do espaço, bem como se produzem planos diretores e que se direciona e hierarquiza o investimento na cidade.

Mas, ao tempo em que regula, ele também produz este espaço, por vezes agindo de acordo com interesses dos proprietários do meio de produção e dos promotores imobiliários e, desta forma, acaba contribuindo para a hierarquização do mesmo, mantendo o caráter contraditório e fortalecendo as desigualdades socioespaciais da cidade, quando age em benefício dos grandes proprietários de terra através do favorecimento dos equipamentos urbanos, concentrado em determinadas áreas como a pavimentação de ruas, fornecimento de água e energia elétrica entre outros itens que valorizam este espaço. Assim sendo, Corrêa (2000, p. 35) enfatiza que:

Por ter a sua ação vinculada sobretudo às necessidades de acumulação do capital e à conseqüente reprodução social, o Estado age espacialmente de modo desigual, à semelhança da grande corporação. Beneficia certas frações do capital: faz-se presente através de empreiteiras, algumas delas transformadas em grandes empresas. A abertura de estradas, o seu asfaltamento, a cobrança e a transferência espacialmente desigual de impostos, as leis de uso do solo geradoras do zoneamento urbano são, entre outros exemplos, o modo de o Estado capitalista interferir.

Por fim, destacam-se os grupos sociais excluídos e os movimentos sociais compostos pela população de menor poder aquisitivo da sociedade, que ocupam, resistem e reivindicam o direito à cidade frente às desigualdades sociais, concentração de renda e a indiferença do

poder público, diante do jogo de interesses que se revela na produção do espaço da cidade. No entendimento de Corrêa (2000, p. 44):

Os movimentos sociais urbanos têm como origem as contradições específicas da problemática urbana, que são, de um lado, aquelas entre as necessidades coletivas de equipamentos como habitação, transporte, saúde e cultura, e, ainda pensando em espaço, as contradições aparecem não apenas no suporte da habitação, mas também na localização relativa face ao mercado de trabalho, e, de outro lado, a lógica capitalista, que torna pouco rentável a produção destes equipamentos pelo capital privado. A contradição entre o modo individual de apropriação das condições de vida e o coletivo de gestão é, por sua vez, dificultada pela natureza privada e pulverizada dos agentes econômicos, cujos interesses não se referem a todo o conjunto do espaço urbano.

Todos estes agentes atuam na organização espacial da cidade e estão envolvidos diretamente no processo de uso e ocupação do solo urbano. Sendo assim, estudar a cidade, enquanto espaço onde se expressam profundas contradições sociais, locus da sociabilização de maior parte da população do planeta e onde se evidencia a maioria dos problemas sociais e ambientais contemporâneos, se mostra cada vez mais necessário no sentido de formar sujeitos ativos na transformação do mundo e na construção de soluções futuras para tais problemáticas.

2.3 OS PROCESSOS ESPACIAIS E A EXPANSÃO URBANA

Através da ação do capitalismo surgem inúmeros interesses dentro do espaço urbano, sob a ação de agentes produtores que mantem diversas formas de uso de um determinado espaço urbano, como já visto anteriormente. Para Castells (1975, p. 73), a produção do espaço gera uma série de processos sociais que criam funções, formas espaciais e atividades dentro de uma organização espacial, que, contudo, nos permite refletir sobre a ação do capitalismo. Definimos como formas espaciais um conjunto de processos que se relacionam de forma concreta dentro do espaço urbano, embora alguns não consigam ser identificados de forma clara, mas a maioria se estabelece em meio aos indivíduos, trabalho e diversas atividades.

Os processos espaciais se definem como transformadores na ação social do espaço geográfico. Essas ações serão definidas a partir da evolução das formas e relações da cidade. Corrêa (2000) destaca que são as forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade.

Diante disso podemos destacar os seguintes processos definidos por Corrêa (2000), centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão-sucessão e inércia.

As áreas centrais das cidades passam por uma transformação constante por conta do crescimento de suas atividades, Isso contribui para que possam surgir novas centralidades em seu entorno focando suas questões territorial e espacial. De acordo com Santos e Serpa (2000, p. 50):

[...] o conceito de centralidade, que também está associado à aglomeração das atividades terciárias, incorpora os fatores que favorecem sua formação/consolidação. Portanto, quando fala-se em centralidade, fala-se também em áreas de fácil acesso e circulação. Destaca-se, entretanto, que uma área pode apresentar uma centralidade significativa, sem, necessariamente, apresentar uma forte concentração de atividades terciárias.

Essas regiões centrais começam a passar por um processo de crescimento em suas áreas de produção e com isso também, a necessidade do surgimento de subcentros. Isso mostra que as áreas centrais não estão tão concentradas como antes. Serpa (2011, p. 100) expõe uma visão hierarquizada sobre centro e suas expansões para áreas periféricas, para os quais:

Sob a ótica da produção espacial do comércio e dos serviços, surge, no espaço urbano-regional, uma hierarquia de centros e subcentros, algo banalizado pela aplicação da Teoria das Localidades Centrais em diferentes contextos espaciais, inclusive (e com muita ênfase) no Brasil.

A necessidade que se tem de deslocamento para fora do centro cresce a cada instante. Essas centralidades que ocorrem em subcentros fazem vir à tona o crescimento de atividades comerciais e a forma de ser abordada será diferenciada nas classes sociais, pois o oferecimento de serviços nessas regiões são bem distintos. Esse processo de centralização estabelece, em áreas centrais, segmentos de diversas atividades econômicas, entre elas, o processo de verticalidade e de ampliação horizontal. No que se refere à ampliação horizontal, podemos considerar aqui algumas características importantes. Uma delas é a movimentação capitalista, que tem uma maior concentração durante o dia, uma outra, é a presença de prédios mais baixos, além do seu baixo status social.

Por isso, a forma de produção da cidade se apresenta diferente e desigual em relação à apropriação e ao uso do espaço urbano. Isso ocorre devido à contradição que o poder capitalista impõe a todos por conta da necessidade de sua circulação, além de gerar conflitos e interesses entre classes sociais, isso por áreas centrais ligadas a grandes transformações e

constante necessidade de surgir novas áreas ao entorno. Lopes Junior e Santos (2010) expõem claramente esse pensamento ao indicar que as áreas centrais das cidades passam por uma transformação constante por conta do crescimento de suas atividades que são exercidas nessa região, contribuindo para que possa começar a surgir novas centralidades ao seu entorno. Trata-se de um processo de descentralização que se dá com a multiplicação e diversificação do centro, formando uma cidade polinucleada ou policentrada que são aquelas que possuem diversos centros, e cujas atividades não estão concentradas em um único bairro ou avenida.

Ao estabelecer novas áreas centrais, torna clara a necessidade não só de expansão, mas também a possibilidade dessas atividades criarem mais mercado de trabalho para a população dessas regiões periféricas.

A descentralização é um processo de expansão das atividades que são exercidas no centro das cidades, assim começam a se concentrar em áreas que sejam propícias a novos empreendimentos e que posteriormente possam desencadear a valorização do espaço da nova área de concentração. A valorização das áreas centrais tradicionais é um dos motivos da mudança para outras áreas da cidade, consideradas então não centrais e que podem constituir-se com esta dinâmica numa nova centralidade urbana. Conforme Corrêa (2000, p.40):

Localizam-se na Área Central aquelas [atividades] que são capazes de transformar custos locacionais elevados e ampla acessibilidade em lucros maximizados: são as atividades voltadas para um amplo mercado, nacional, regional ou abrangendo toda a cidade. As outras atividades, que não requeriam nem suportavam uma localização central, localizavam-se fora da Área Central. O seu aparecimento se deve assim às demandas espaciais do capitalismo em sua fase concorrencial, onde a localização central constituía-se em fator crucial na competição capitalista. A Área Central é assim, e em grande parte, um produto da ação dos proprietários dos meios de produção, ainda que o Estado fosse chamado a intervir.

Esse processo de centralização e descentralização determina como objeto principal, a atividade comercial, que busca a descentralização da centralidade dessa atividade para melhor dinamizar esse setor econômico, formando novas centralidades sob a forma de subcentros. Em alguns casos, tais subcentros apresentam relações de complementaridade em relação ao núcleo central, passando “muitas vezes a competir economicamente de forma mais acirrada com o centro tradicional, de modo a se tornarem ou almejarem se tornar os novos centros” (FURGOLI JUNIOR apud LOPES JUNIOR; SANTOS, 2010, p. 120).

Consequentemente, neste ponto, percebe-se que a descentralização aparece em razão de vários fatores, seja por interesse de empresas que queiram eliminar investimentos em áreas centrais, seja pela atração para áreas não centrais. Todo esse processo associa-se diretamente ao crescimento da cidade, em que a necessidade de novas áreas remete “obrigatoriamente” à circulação de capital, viabilizando o desenvolvimento dessas áreas periféricas agora tornadas verdadeiros subcentros, como uma construção política, histórica e social. Villaça (1998, p.293) destaca que “o subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar”. Deste modo, conclui-se que os subcentros são uma porção menor do centro, em que estão propícios à concentração de população e atividade econômica.

Tal dinâmica possibilita-se ainda pelo deslocamento territorial da parcela mais rica da população citadina (com acesso a meios de transporte mais eficientes, mesmo em cidades com péssimos serviços de transporte público), que migra do centro da cidade para outras áreas e exige também um deslocamento dos serviços e do próprio comércio. Cabe ressaltar que esse deslocamento acaba produzindo um processo de segregação entre a camada mais pobre dessa população, que vai ocupar, por muito tempo, o centro e seus cortiços ou seu entorno imediato (GOTTDIENER, 2010; CORRÊA, 2000).

Nesta perspectiva, esse processo de descentralização, essa constante procura de novas áreas para expansão mobiliza toda a população e seu entorno, instigando deles principalmente uma nova postura de futuros empreendedores. Entretanto, devemos ressaltar que o crescimento dessas chamadas novas centralidades, ocasiona diversas interferências diretas sobre as dinâmicas urbanas, como por exemplo, na organização dos transportes públicos, que precisam se reestruturar para melhor atender a necessidade da região. Destaque-se ainda a intensificada elevação dos preços de imóveis nessas áreas, manifestação direta do novo processo de valorização do espaço.

Portanto, a descentralização e a constituição de uma nova centralidade se associam às dinâmicas abordadas do objeto de estudo em questão, desde o entendimento da dinâmica dentro da cidade como a necessidade da criação de novas centralidades, devido à consolidação do comércio que ocorre nessas áreas centrais e à expansão da malha urbana. Segundo Tourinho (2006), essa fragmentação no acesso ao Centro vai sendo construída diferentemente de outras áreas da cidade, na medida em que frequentemente partem da área de fundação da cidade, no qual os benefícios econômicos relacionados aos diferentes agentes, foram instalados ao longo de distintos períodos.

Por outro lado, é necessário ressaltar que embora a diversidade de usos possa implicar em desinteresse para o capital, o acesso à área central ainda é essencial. Os objetivos dessa necessidade, relacionado aos agentes produtores, concorrem para a configuração de um quadro, revelando, conforme Tourinho (2006), um centro que dificulta a apropriação, integrado por fatores que impossibilitam a uniformização, e, por conseguinte este não se constitui como espaço democrático, na medida em que não é homogêneo ou cuja segregação é inexistente.

O processo de coesão se apresenta como uma concentração de atividades específicas, como setores varejistas, que possibilita a criação de áreas especializadas em determinado produto ou ramo. Em consequência disso, esse processo pode acontecer tanto na área central como em outro setor da cidade, por ser um processo presente tanto na centralização como na descentralização. CORREA (1979, p. 108) destaca que:

Este processo foi descrito por Hurd em 1903¹², ao mostrar que no setor varejista do centro da cidade há uma tendência de as lojas do mesmo tipo se aglomerarem, apesar de não manterem negócios entre si. Segundo Hurd, esta aglomeração forneceria garantias para todas as lojas porque haveria em direção àquele setor uma atração maciça de consumidores.

Em se tratando do processo de segregação podemos defini-lo como processos e formas espaciais vinculados, sobretudo à existência e reprodução dos diferentes grupos sociais. Referem-se, às residências e não às indústrias, comércio e serviços. Podemos destacar que a segregação segue um cunho especificamente de divisão social do espaço como também é dinâmica, envolvendo espaço e tempo, e este processo de fazer e refazer pode ser mais rápido ou mais lento, de modo que uma fotografia, um padrão espacial, pode permanecer por um longo período de tempo ou mudar rapidamente. Para Corrêa (1979, p. 106) podemos destacar que:

A segregação é um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de "forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas"¹⁶ • Estas áreas segregacionadas tendem a apresentar estruturas sociais que podem ser marcadas pela uniformidade da população em termos de renda, *status* ocupacional - operários, empregados de escritórios, profissionais liberais, diretores de firmas - instrução, etnia; fase do ciclo de vida - casais com crianças, casais idosos, solteiros - e migração, podendo-se falar em áreas sociais caracterizadas, por exemplo, por bairros operários com residências unifamiliares modestas, por bairros de

classe média com apartamentos, de baixa classe média ou pobres em prédios deteriorados ou em favelas etc.

A inércia é um processo que interfere na organização espacial da cidade, à medida que esse espaço vai sendo utilizado e se deve a uma série de fatores que dão valor à localização e uso da terra. Correa (2000, p.76) procura definir o processo da inércia da seguinte forma:

O processo de inércia atua na organização espacial intra-urbana através da permanência de certos usos em certos locais, apesar de terem cessado as causas que no passado justificaram a localização deles. O processo em questão vai traduzir-se na preservação simultânea da forma e de conteúdo, por isto seria, em realidade, o processo de substituição ou invasão ou sucessão.

Contudo, como já mencionado esses processos tendem a contribuir diretamente para a transformação e reorganização da cidade capitalista que é lugar privilegiado para contemplação da ocorrência destes, embora esses processos criam funções e forma em atuação no meio urbano para atividades que se materializam e conseguem constituir uma organização espacial urbana a cidade ela consegue ter uma singularidade dentro do seu tecido urbano.

Essa razão se dá através da busca de novas áreas para serem incorporadas à área da cidade, visto que essa é mais valorizada, sendo utilizada de diversas maneiras, seja industrial, comercial, residencial, dentre outras. A expansão urbana vem obtendo um crescimento significativo desde a revolução industrial, com destaque ao crescimento populacional. Já no Brasil, a expansão urbana teve início na década de 1930 com o advento da industrialização e em meados da década de 1970, quando houve um crescimento da população urbana.

Em diversas situações a expansão urbana vem apresentar fatores que incentivam o crescimento urbano. Dentre eles podemos destacar loteamentos que são vendidos a pessoas de baixa renda, como também a valorização de áreas próximas ao centro, o que incentiva os moradores dessas áreas a venderem seus imóveis e irem morar em bairros periféricos nas suas proximidades.

Por sua vez, segue as normas do capitalismo moderno. E esse processo que é bastante dinâmico atinge não só a parte econômica, mas também a social, sendo sua atuação melhor sentida nas grandes cidades por serem o local de intensa atividade de produção, comercialização e consumo. Segundo Silva (1993 p.59), podemos destacar que:

O espelhamento urbano pode ocorrer como consequência de dois processos: baixas densidades em zonas residenciais resultantes de grandes lotes individuais, e descontinuidade na ocupação do solo urbano, onde parcelas (lotes) ficam a princípio, sem uso, sendo utilizado mais tarde, quando zonas mais distantes forem ocupados.

No espaço da cidade os elementos necessários para a viabilização do sistema capitalista são reunidos de forma mais satisfatória e por isso o capital circula mais rapidamente, isto é, o ciclo que compreende o investimento, passando pela produção até o consumo do produto tem um menor tempo. Nesse local os componentes da produção em larga escala como a força de trabalho e os meios de produção estão concentrados e assim as principais decisões com relação ao sistema produtivo e a articulação desses elementos são resolvidas na cidade (SPOSITO, 2000).

Para Castells (2009), o organismo urbano é a concretização do capitalismo avançado e pode ser percebido através do estabelecimento de extensas áreas produtivas o que acaba forçando uma descentralização dos locais de produção e consumo. Ele evidencia o crescimento do número de assalariados que desencadearia uma modificação na estrutura social e as diferenças salariais, o que no espaço urbano seria notado pelas desigualdades no que diz respeito à habitação e o acesso a condições estruturais e serviços básicos, além do Estado, que tem o poder concentrado na cidade, organizando esse espaço.

O espaço urbano cresce tanto horizontalmente com o aumento da área urbana através da junção de espaços anteriormente considerados rurais, como verticalmente com a construção de novos condomínios. Esses agentes modificam a paisagem urbana e as estruturas sociais e econômicas com essa expansão urbana como já visto na sua definição acima, visto que o valor de uso da terra será alterado. Assim como a organização das classes sociais o processo de verticalização vem em destaque.

Uma das formas de valorização do solo urbano é a utilização de estratégias para alcance desse aumento de preço vinculado à atuação dos promotores imobiliários e dos promotores de produção. A exemplo são os loteamentos fechados que trazem consigo uma ideia de segurança, status, qualidade estrutural e ambiental vendendo uma maneira de viver diferente da encontrada na maioria dos lugares da cidade devido aos problemas urbanos. Essas características foram relatadas por Maia (2007) citado por França em que os cinco elementos principais dos condomínios fechados são a exclusividade social, sistema de segurança, qualidade ambiental, funcionalidade e autonomia administrativa.

Para Sposito (2009), a ocorrência da urbanização dispersa é promovida por diferentes agentes produtores do espaço urbano sob as mais diversas estratégias. Outro ponto importante para ser abordado, segundo Abreu, (2014, p. 40), que podemos destacar é:

Mattos (2010) chama atenção para o traço mais marcante do crescimento metropolitano que é sua tendência à suburbanização, a partir dos núcleos originais, o que provoca a expansão da mancha metropolitana de forma incessante e a ocupação de áreas rurais, enquanto para Lefebvre (2004), a produção dos subúrbios dá início a um processo de descentralização da cidade, processo esse orientado por uma estratégia classista com o objetivo de estabelecer operários e suas famílias em novos espaços.

Quando se fala de suburbanização pode-se pensar um processo ligado diretamente a condições de mobilidade da cidade, acompanhada por transformações e surgimentos de novos espaços periféricos em que justificam o crescimento urbano. Isso está ligado a processos que transformam o espaço urbano.

Desse modo, a suburbanização constituem etapas/momentos/fases do processo de urbanização que estão intimamente imbricados à relação campo-cidade. Ou ainda, como informa Sposito (2009, p. 4), são “o espraiamento do tecido urbano, seja ele analisado e/ou conceituado pelo seu caráter de dispersão, difusão ou descontinuidade territorial”.

3 OS CONTEXTOS ESPACIAIS DO PROCESSO DA EXPANSÃO URBANA DA ZONA NORTE DE TERESINA

3.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO PIAUÍ E A EVOLUÇÃO URBANA DE TERESINA

No início da história, os homens viviam em pequenas comunidades em que exerciam atividades agropecuárias no território brasileiro. No caso do Piauí, as suas origens iniciais se deram através de sua expansão de engenhos e das fazendas das criações. O Brasil, na metade do século XX, como já dito anteriormente, passava por um momento de modernização por meio do processo de industrialização. Isso refletiu diretamente no meio socioespacial do país, que resulta em alguns problemas sociais já comentados como violência, favelização, pobreza, dentre outros citados.

Castro (2016, p. 35) observa que “o fato é que as cidades brasileiras cresceram de modo desordenado, rápido e desigual, tendo em vista que as ações de intervenção estatal no planejamento e gestão urbana mostraram-se tardias e em sua maioria, ineficazes”.

No Piauí, as condições citadas acima não se diferem da realidade do país. O processo de urbanização no território piauiense intensificou-se a partir da década de 1950, tendo em vista que o processo de modernização culminou através do crescimento do comércio. Isso implica que, dentre as taxas de urbanização do país, o Piauí se enquadra na segunda menor taxa. Com isso, de acordo com Castro (2016) e IBGE (2010), 65,7% da população vivem em cidades. Castro (2016, p. 37) salienta que:

Em 1940, segundo dados do censo demográfico do IBGE, 84,81% da população piauiense vivia no campo e a partir de 1950, intensifica-se o processo de migração para a cidade. Desse modo, nas últimas duas décadas a taxa de urbanização no Piauí vem apresentando significativa evolução: cresceu de 52,95% em 1991 para 62,91% em 2000. Além dos fluxos migratórios campo-cidade, contribuiu também a criação de novos municípios, visto que aglomerações que antes eram consideradas rurais passaram a integrar as novas unidades políticas como urbanas.

O processo de urbanização no Piauí intensificou-se com migrações que ocorreram dentro dos próprios municípios piauienses. Esse processo de urbanização apresenta certa semelhança com a urbanização brasileira, como já caracterizada anteriormente. Com efeito, assim como no Brasil, no Piauí, o processo ocorre de forma desordenada e rápida além do não acompanhamento socioeconômico, gerando sérios problemas sociais. Assim, a urbanização

piauiense se estabeleceu em dois importantes períodos: o primeiro até a década de 1940 e o segundo após a década de 1950.

De acordo com Rebelo (1993 apud CASTRO, 2016), a origem e a evolução das cidades no Piauí refletem as diversas etapas do contexto político e socioeconômico brasileiro, nordestino e piauiense. Não é por acaso que as primeiras vilas e cidades do Estado surgiram a partir de fazendas de gado, nas planícies fluviais, situadas no interior do Estado. Santana (2001, p. 33) destaca que “a fazenda foi o núcleo fundamental da ocupação humana e, embora de estrutura tipicamente de subsistência, o principal foco de vida e formação da sociedade”.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve um significativo avanço no processo de urbanização pela ascensão de uma burguesia comercial e intervenção do Estado por meio da implantação de infraestrutura em suporte ao crescimento industrial no país. Após 1985, o país passava por um momento de redemocratização e isso motivou o estabelecimento de uma autonomia municipal. Esse mesmo período foi marcado por uma expressiva expansão emancipatória no Piauí. Sobre este período, Castro (2016, p. 39) propõe que:

Além da contribuição do processo emancipatório pautado no embate de forças políticas, a urbanização do estado, resultou da modernização e do surto industrial brasileiro no pós-segunda Guerra, que embora tenha sido concentrado na região centro-sul do país promoveu uma interdependência entre as diversas regiões brasileiras, provocando maior intercâmbio comercial e a formação de um mercado interno nacional. Ainda que pese a participação marginal do Piauí nesse processo, tendo um papel de simples fornecedor de matérias-primas e mão-de-obra na divisão territorial do trabalho produzida até então, o Estado também ganha um certo dinamismo socioeconômico e espacial.

Conforme já discutido, esses investimentos foram motivados pela crescente dinamização da capital e processo de urbanização no Estado do Piauí, com a chegada de vários órgãos e instituições da União, como a Universidade Federal do Piauí (UFPI). Alguns desses investimentos buscavam áreas de concentração populacional e espaços de intensa circulação de capital, muitos dos quais concentrados na capital piauiense.

Dessa forma, embora com uma atividade industrial ainda incipiente no Piauí, vale ressaltar que o tempo em que se intensifica o êxodo rural é especialmente nas décadas de 1960 e 1970, em direção aos principais centros urbanos, com destaque para Teresina, cidade que tem maior dinamismo econômico e que concentra a maior parte da infraestrutura e dos empreendimentos públicos e privados, consequentemente tornando-se um espaço de maior

concentração populacional, pelo seu intenso movimento migratório motivado pela concentração de comércios e de serviços na cidade. Rebelo (2000, p.50) destaca que:

O Piauí possui apenas uma cidade com mais de quinhentos mil habitantes, que é Teresina, a 21ª maior do Brasil, conforme dados do IBGE (2015). No entanto, Teresina só vai ganhar *status* de grande centro urbano após a Segunda Guerra mundial. Visto que, conforme dados do IBGE, somente em 1950 passa a figurar entre as 32 maiores cidades do País. Já na década de 1970 aparece na 23ª posição, enquanto em 1991 chega a ocupar o 16º lugar entre os grandes centros urbanos brasileiros, o que confirma o acelerado processo de urbanização da capital.

Com isso, a urbanização piauiense busca, a cada dia, um crescimento significativo, proporcionando ao Estado uma evolução não só na economia, mas também estabelecer uma reestruturação urbana em cada cidade, mesmo que isso ocorra de forma desordenada em cada município, mas que, aos poucos, aconteça esse processo e, assim, buscar melhores resultados ao Estado e à região que se insere.

Teresina destaca-se como o município mais populoso do estado do Piauí. Em conformidade com estimativas do IBGE (2017), sua população é de aproximadamente 850.198 habitantes. Esse fato resulta, sobretudo, da sua condição de centro político-administrativo e econômico do Estado. Porém, esta se caracteriza não somente como um centro regional no Piauí, no que se refere ao fluxo de atividades econômicas e de serviços, mas também do Nordeste, especialmente no setor de saúde, tendo abrangência entre alguns estados, atraindo, assim, populações, principalmente dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará, entre outros (LIMA, 2010).

À população pobre resta “a possibilidade de ocupar as antigas residências daqueles que se transferiram para outras áreas mais bem localizadas para a função residencial” ou ocupar “cortiços no centro e seus arredores, bem como favelas nas áreas públicas ou privadas ainda vazias”, criando bolsões de pobreza que figurariam décadas mais tarde como reservas imobiliárias (SCARLATO, 2003, p. 453). Tal processo de urbanização, contraditório e conflituoso, se reproduz em Teresina. Nessa perspectiva, Façanha (1998, p. 36) destaca que:

Analisar a cidade de Teresina é vislumbrar os limites e os avanços de uma sociedade que produz, consome e sobrevive diante das dificuldades impostas pela lógica do capital que privilegia uma pequena parcela dessa mesma sociedade, e que agoniza, segrega e limita, quanto aos direitos sociais, a maioria de sua população.

Teresina foi fundada em meados do século XIX, inicialmente sob a motivação da transferência da sede da Província que se instalava na cidade de Oeiras para a chamada Vila Nova do Poti, zona Norte da atual capital piauiense. A cidade foi planejada para que pudesse assumir a função política de capital do Estado do Piauí, servindo também como novo entreposto comercial do Estado, situado em ponto estratégico para o transporte hidroviário, sob a influência de dois rios, o Parnaíba e o Poti.

Logo após a fundação de Teresina como capital do Estado, na primeira década do século XX, percebia-se pouco as modificações dentro do espaço interno da cidade. Sua urbanização aos poucos foi se desenvolvendo a partir do crescimento do setor terciário na área central. Além disso, a indústria também contribuiu com esse processo, embora o parque industrial teresinense não tenha se desenvolvido de modo expressivo, como em outras cidades do país. De acordo com Façanha (2004, p. 183):

Nos anos 1950, aconteceu, de forma mais concreta, a ação dos industriais na produção da cidade, resultado do cenário nacional e regional, apesar de existirem pequenas unidades artesanais. Pode-se observar a evolução da indústria quando, entre o período de 1918 e 1950, foram instalados 0,4 estabelecimentos por ano, e entre os anos de 1950-1967, já se instalavam 7,5 indústrias por ano.

Diante disso, o espaço urbano de Teresina começa a vivenciar uma dinâmica de expansão mais intensa, a partir da ação de distintos agentes produtores do espaço. A cidade de Teresina desenvolve sua economia baseada no setor terciário e sua expansão atrela-se à distribuição e instalação de pontos, desenvolvendo de modo desigual e seletivo algumas zonas da cidade. A criação dos conjuntos habitacionais reforça a expansão urbana da cidade, inicialmente direcionada para as “zonas” Sul e Norte. Décadas depois esse processo se espalharia para a “zona” Leste da capital, movido por agentes imobiliários de capital privado.

A evolução urbana de Teresina permite destacar o período da década de 1950 a 1990 como o ápice da expansão urbana da cidade devido ao aumento populacional estreitamente ligado ao movimento migratório para a cidade e o dinamismo dos setores de serviços e comércio. Como afirma Lima (1990 apud SANTOS; VIEIRA, 2010, p. 2):

Teresina experimenta forte expansão urbana a partir dos anos 70. Seja por importantes investimentos realizados em urbanização, infraestrutura, educação, saúde e habitação, seja pelos fortes fluxos migratórios que trouxeram levas de deserdados do interior do Piauí e de Estados vizinhos fronteiriços, à cidade.

O Censo de Vilas e Favelas (TERESINA, 1999) reafirma o caráter atrativo da capital piauiense nesta época por conta da abertura de grandes avenidas, criação de um distrito industrial, implantação de equipamentos urbanos, tais como escolas, universidades e hospitais. No setor de infraestrutura, destacam-se os serviços de rede de energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário. Nessa conjuntura, a cidade se consolidava cada vez mais como um importante polo de atração aos que procuravam os benefícios desse progresso, aspirando à abertura de novos negócios, assim como às oportunidades de emprego ofertadas pela administração pública estatal.

Nesse viés de análise, Carlos (1994, p. 12) lembra que “o processo de produção do espaço é desigual [...] e decorre do acesso diferenciado da sociedade à propriedade privada e da estratégia de ocupação do espaço urbano”. Por conseguinte, a cidade se reproduz a partir dos conflitos entre as estratégias das empresas que produzem sobre o solo – uma estratégia que busca realizar o superlucro e pela estratégia dos movimentos sociais, que emergem como ocorrência do processo de ocupação do espaço capitalista, decorrente da apropriação privada da terra, que gera a segregação espacial.

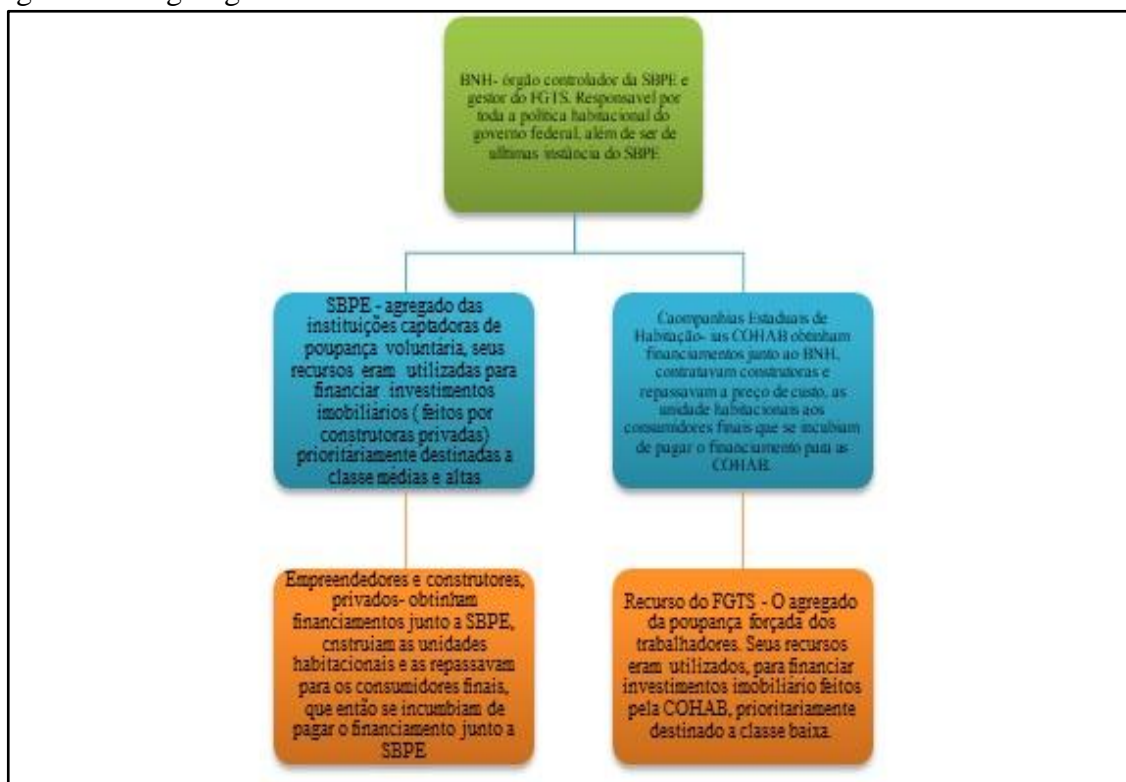
Para Façanha (1998, p. 31), “as cidades com suas áreas de conjuntos habitacionais, com seus bairros residenciais de alto status ou com os bairros de baixa renda, repletos de favelas, refletem toda a complexidade que é o espaço urbano”. Esse cenário de segregação residencial se reforça a partir da ação dos promotores imobiliários, revelando, as formas de apropriação do espaço urbano, pelos variados grupos sociais que lutam por um espaço próprio na cidade, objetivando a realização de sua produção e de sua reprodução social.

3.2 O ESTADO E A EXPANSÃO URBANA EM TERESINA

O estado, se tornou incapaz de atender a todos os meios carente mesmo em meio a propostas de investimentos e serviços básicos que pudessem atender a população que estaria em faixas de média e baixa renda.

O BNH era um órgão que se apresentava como responsável pela normalização e fiscalização dos recursos de financiamento destinados basicamente para construções de casas de interesse social e conjuntos habitacionais através da relação com a Companhia de Habitação-COHAB que visava a execução de programas para construção habitacional como abordado anteriormente. A Figura 1 mostra essas significativas contribuições do BNH e suas relações com os demais órgãos.

Figura 1 – Organograma do sistema do BNH



Fonte: Santos (1999). Organização: Oliveira 2019

Em virtude desses novos investimentos de moradia, através dos programas, Teresina obteve um crescimento populacional significativo, principalmente em meados das décadas 1950 a 1980, no sentido de buscar melhorias e qualidade de vida.

Em meados de 1980, a taxa de urbanização piauiense estava alta com o crescimento da população urbana, motivando o crescimento da cidade de Teresina, em que:

Entre as décadas de 1970 e 1980 se observou um aumento na demanda por moradias. Neste período registrou-se grande número de invasões e ocupações, tanto em áreas públicas como privadas, no território teresinense (LIMA; RODRIGUES NETO, 2006).

O crescimento da cidade de Teresina se deu pela construção de diversos conjuntos habitacionais em seu entorno, destinados à população de baixa renda, financiadas pelo BNH. Esses conjuntos se apresentavam com diversas necessidades de melhoria em sua infraestrutura básica para compor o tecido urbano da cidade.

Destarte, observa-se em Teresina a instalação de conjuntos habitacionais, a formação de vilas e, posteriormente, o aparecimento dos condomínios de luxo, reproduzindo esse palco de conflitos e contradições que é a cidade contemporânea. O primeiro grande empreendimento habitacional da cidade foi o Parque Piauí, localizado na “zona” Sul,

iniciando a expansão para espaços periféricos. Esse processo se reproduzirá nas “zonas” Sul e Norte da capital, sendo estas as que passariam a concentrar a maior parcela da população.

Apesar de o Estado manter um esforço para tentar conseguir uma transformação significativa na cidade de Teresina não foi suficiente para promover o desenvolvimento embora houvesse a tentativa de amenizar as necessidades que surgiam em meio ao processo de urbanização e atendimento a população.

A partir da década de 1980 a cidade se expandiu em todas as direções. Abriram-se grandes avenidas e construíram-se novas pontes, completando, dessa maneira, a interligação entre as demais regiões. A edificação dos conjuntos habitacionais situados em áreas distantes do centro ampliou “os espaços de localização dos setores pobres da população e constituiu uma nova periferia, não mais limitada às franjas das zonas Sul e Norte, mas que se espraiava em novos polos de adensamento populacional: o Sudeste e o Leste” (LIMA, 2010, p. 64). Conforme expõe Façanha (1998, p. 141):

Ao final da década de 80, foram construídas, na cidade, aproximadamente 23.179 unidades habitacionais, representando uma quantidade superior ao triplo da existente na década anterior. Essa produção expressiva de habitações, nas décadas de 70 e 80, demonstrou o grau de importância e de complexidade que adquiriram os conjuntos habitacionais na produção do espaço urbano de Teresina, estimulando a expansão da cidade em todas as direções.

Assim sendo, desenrolou-se em Teresina um processo de expansão que se deu mediante a construção de conjuntos habitacionais e a formação de vilas e favelas. A capital piauiense chega ao século XXI ainda em expansão, e conta atualmente com uma população de aproximadamente 814.230 habitantes (IBGE, 2010). Destaca-se regionalmente pela concentração de serviços de saúde e tem sua economia baseada principalmente no setor terciário, nas atividades comerciais e na prestação de serviços em geral.

Nesse início de século XXI, Teresina experimenta uma dinâmica de expansão a partir de processos diferentes daqueles desenvolvidos em meados do século XX. A expansão do setor imobiliário se dá, sobretudo, a partir do capital privado, embora conte com financiamentos públicos. As atividades comerciais, importantes na economia da cidade, passam a migrar da área central para novos pontos do espaço urbano.

A partir desse período, Teresina passou por importantes transformações decorrentes dos fatores da econômica, social, política, ambiental e conseqüentemente espacial, que vão contribuir diretamente para a atual configuração territorial da cidade. Na década de 1990, com

a chegada dos serviços de *shopping centers*, a intensificação da verticalização da cidade, o crescimento horizontal decorrente do crescimento populacional urbano e as ocupações do tipo vilas e favelas confirma-se o crescimento desordenado da cidade. Em resumo, esse período é marcado pela atuação de novos agentes produtores do espaço, os quais passaram a exercer influência na (re)organização do espaço urbano teresinense.

Embora Teresina tenha experimentado uma significativa expansão territorial, a problemática referente ao déficit habitacional mostrou-se ainda presente. Problemas de infraestrutura básica continuam marcando o cotidiano da população menos assistida, tais como: rede abastecimento de água, iluminação pública, pavimentação e equipamentos urbanos. Dessa forma, entende-se a necessidade de relacionar o aumento populacional na área urbana de Teresina com o surgimento de processo de favelização.

Assim, pode-se refletir sobre a produção de moradia popular, tendo em vista sua expansão, considerando aspectos populacionais e econômicos para a contribuição da expansão do espaço urbano da cidade a partir dos anos de 1950, para, assim, compreender os fatores que se relacionam com o crescimento de Teresina diante esses aspectos.

As atividades comerciais concentradas no centro da cidade exigem que a população realize um deslocamento até essa área central para poder adquirir mercadorias para consumo direto, tendo assim que lidar com as limitações dos sistemas de transporte público, das vias de circulação e sua capacidade de tráfego cada vez mais comprometida, tornando tais deslocamentos cada dia mais problemáticos. A deficiência no sistema de transporte coletivo, na maior parte das regiões da cidade, apresenta-se como um dos obstáculos à manutenção da concentração de atividades comerciais no centro tradicional, uma vez que parte da cidade sofre com a reduzida quantidade e qualidade da oferta de serviços de transporte.

Diante disso, a população dos bairros periféricos passa a configurar um mercado potencial fora da área central, expandindo o setor terciário. As atividades comerciais começaram a migrar para alguns bairros da cidade de Teresina devido ao crescimento de atividades advindas do centro, expandindo-se para áreas distantes do centro. Sobre esse processo de descentralização, Façanha (1998, p. 143) compreende que:

A área central de uma cidade capitalista chega a um momento de esgotamento, no seu processo de evolução e de construção. O uso intensivo do solo, com um conjunto de atividades econômicas, e a valorização do preço da terra nessa área, bem como uma limitada escala de crescimento horizontal, fazem com que várias dessas atividades de comércio, serviços e

de indústria fiquem localizadas em outras áreas da cidade, distante da área central. Tal processo é conhecido como descentralização de atividades.

A partir da expansão dessas atividades, percebe-se atualmente o crescimento da cidade impulsionado pela produção do espaço, como é o caso dos bairros Dirceu, Parque Piauí e Mocambinho, assim como dos espaços adjacentes aos bairros mencionados.

A expansão territorial dos bairros supracitados exemplifica o fortalecimento da atividade comercial em espaços periféricos, entendendo-se a periferia como um local habitado por pobres, socialmente segregado e onde o preço da terra é baixo, mas ao mesmo tempo também, como “um local mutante, sempre reproduzido em novas extensões de terra, enquanto velhas periferias são gradualmente incorporadas à cidade, ocupadas por novos moradores e reorganizadas pelo capital” (DEÁK; SCHIFFER, 2010, p. 253).

O desenvolvimento desses bairros, apesar de mobilizar o crescimento do setor terciário, destacadamente do comércio, também desencadeia alguns problemas, sobretudo ligados ao aumento da violência. A esse respeito, Façanha (2004, p. 200) assinala que:

Nos últimos anos, a violência urbana vem ganhando proporções alarmantes, gerando áreas de constantes conflitos entre grupos de adolescentes em várias zonas da cidade. São diferentes níveis de violência que se espalha na malha urbana, tais como: a violência das ‘gangs’ de bairros pobres, a violência dos menores de rua e a violência dos jovens em ‘pegas’ de automóveis nas áreas nobres. O cenário atual é de uma cidade contraditoriamente marcada por momentos de tranquilidade e pelo momento de ‘terrorismo urbano’, revelando uma cidade que convive com conflitos sociais.

A gravidade desses problemas se intensifica a cada instante, deixando explícito o caráter contraditório e conflituoso do desenvolvimento capitalista. Com isso, nota-se que Teresina tem passando por enormes transformações socioespaciais, advindas do crescimento populacional e urbano e da presença de novos agentes produtores do espaço, haja vista a chegada de grandes empreendimentos comerciais e industriais e o reordenamento territorial dos espaços socioeconômicos de sua área.

O processo de urbanização da cidade trouxe consequências. Uma delas foi o crescimento horizontal, reflexo da falta de moradia, da periferização e da favelização, inerentes ao dinamismo do capital. Nesse aspecto, a população carente passou a ocupar essas áreas da cidade, muitas vezes desprovidas de infraestrutura básica.

O direito à moradia no Brasil constitui tópico dos mais delicados. Não obstante esteja assegurado pela Constituição Federal de 1988, o acesso à moradia não contempla a

população de forma satisfatória, a despeito dos programas habitacionais. Nesse sentido, Stein Neto (2008, p.180) destaca que a “[...] moradia é uma necessidade elementar do cidadão [...] é um valor de uso que o capital transforma em valor de troca ou mercadoria”.

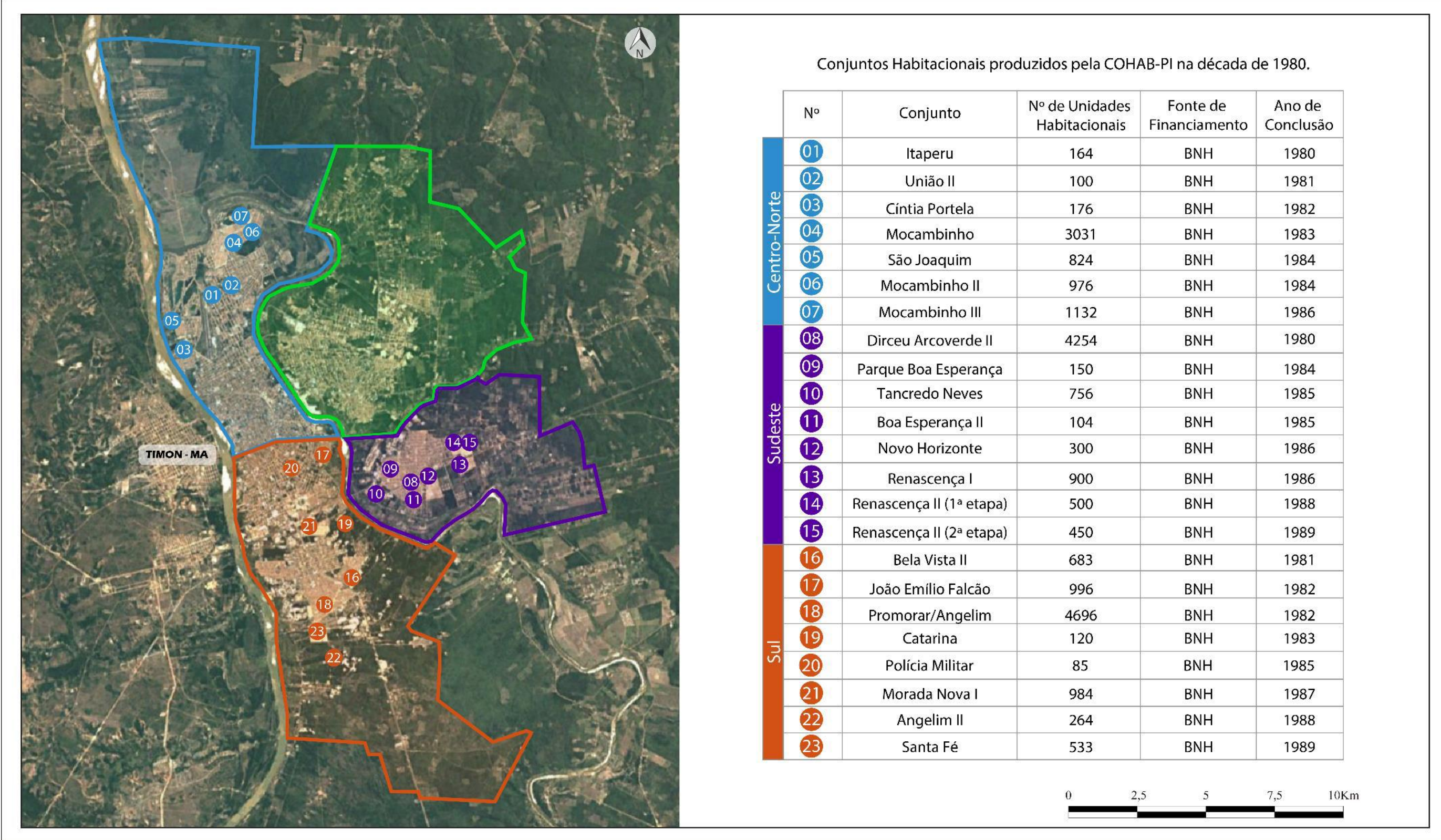
Em Teresina, o processo de construção de conjuntos habitacionais teve início em 1966, através da Companhia de Habitação do Piauí (COHAB/PI), órgão responsável pela construção dos conjuntos, tendo como grande financiador o Fundo de Garantia por Tempo e Serviço (FGTS). Os primeiros conjuntos habitacionais foram criados na década de 1960, sendo que a “zona” Norte foi contemplada com a criação de apenas um conjunto, a saber: Primavera I.

Na década de 1970, a expansão da cidade continua com a criação de mais conjuntos habitacionais, cujos projetos foram financiados para a casa própria, embora a intensificação tenha acontecido nas zonas Norte, Sul e Leste. Nesse período, os conjuntos da “zona” Norte pertenciam à União.

Na década de 1980, Teresina passa por um intenso processo migratório paralelamente à construção de vários conjuntos habitacionais. Lima (2010, p. 50) revela que o déficit habitacional, em 1987, nos segmentos da população de baixa renda, estava estimado em 27.000 unidades. Verifica-se, portanto, que a oferta de moradia não supria a demanda da população, fato que contribuiu para o aumento dos conflitos sociais, principalmente, os relacionados à moradia popular.

Conforme Façanha (1998), a década de 1980, no âmbito das ações do governo federal, foi marcada por uma crise econômica do modelo desenvolvimentista brasileiro, afetando seriamente as políticas sociais iniciadas nos anos anteriores. Nessa década o espaço urbano de Teresina passou por diversas transformações, decorrente do acelerado processo de urbanização e a situação econômica do país. No final da década o total de conjuntos construídos foi de 23, além de verificar-se que, na zona Norte, se destaca o Mocambinho I, Mocambinho II e Mocambinho III, como se observa na Figura 2.

Figura 2 – Conjuntos habitacionais da década de 1980, em imagem de Teresina de 1989.



Fonte: Google Earth (2017); Teresina (2002; 2016). Elaboração: Ilana Martins Ribeiro de Carvalho (2017).

A década de 1990 caracteriza-se pela redução de políticas habitacionais voltadas para atender a população de baixa renda. Nesse período a zona Norte reduziu a sua construção de conjuntos habitacionais, por ocasião da extinção do BNH.

Com a construção da ponte do Poti Velho (Mariano Castelo Branco) no ano de 1992, a cidade de Teresina obteve um crescimento significativo na sua parte Norte, com ocupações de grandes vazios demográficos que se estabeleciam após a ponte.

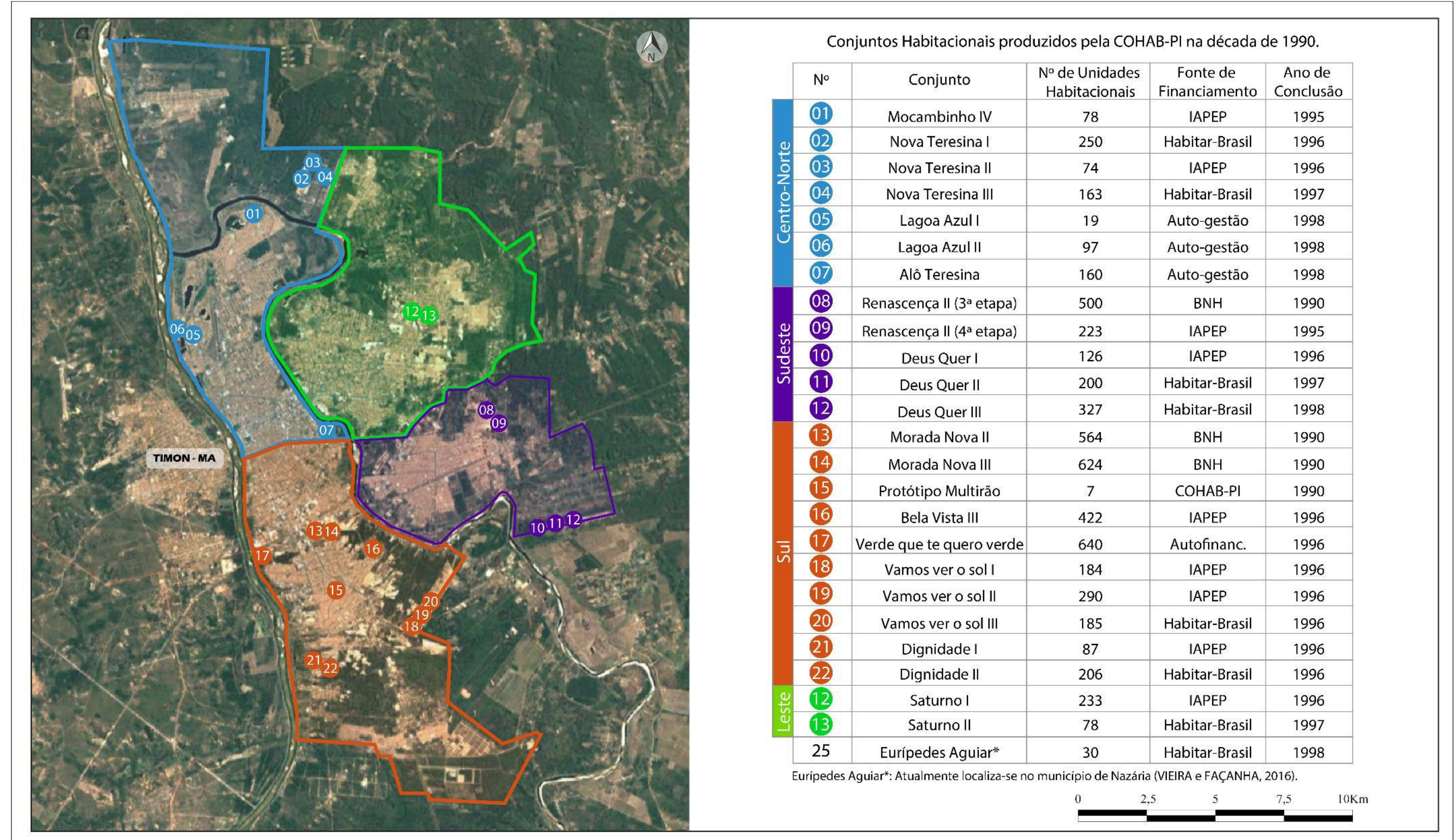
Nesse período da década de 1980 e 1990 devido à concentração populacional na zona urbana houve uma intensificação da expansão da cidade e conseqüentemente um acréscimo em demandas para a população residente da cidade, além de diversos outros impactos que possam contribuir para ampliação de diferenças e desigualdade no espaço citadino. Carvalho (2017 p.83) destaca ainda mais como importante desse período que:

Durante a década de 1990, o plano de governo, apoiado no planejamento estratégico, foi direcionado a tornar Teresina moderna e competitiva, tendo como um dos pilares a participação social (LIMA; RODRIGUES NETO, 2006). Além disso, a legislação urbana foi atualizada com dez alterações, incorporando novos bairros ao perímetro urbano (BORGES, 2016). Apesar das mudanças, as disparidades sociais permaneciam. Façanha (2003) relata que em 1993, baseado em diagnóstico sobre a quantidade de favelas, elaborado em 1991 pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, é realizado o I Censo de Vilas e Favelas de Teresina. Nele, diagnosticou-se que Teresina possuía “141 áreas consideradas vilas, favelas ou similares, com 14.077 moradias que abrigam 14.542 famílias, envolvendo 67.503 pessoas que constituem 10,52% da população do município” (TERESINA, 1996, p.16 apud FAÇANHA, 2003). O II e o III Censo ocorreram em 1996 e 1999, respectivamente. Sobre este último, Firme (2002) destaca a importância dos dados para reconhecimento aproximado da expansão e desenvolvimento urbano de Teresina, bem como informações sobre população, condições de habitabilidade, renda, escolaridade e ocupação/emprego.

Em se tratando de habitação social nesse período as iniciativas municipais e estaduais sofreram uma limitação financeira para suprir a demanda de moradia, com isso o surgimento de assentamentos, vilas e favelas nesse período foi bem significativo e houve uma expansão por conta do período de substituição do financiamento do BNH pela Companhia de Habitação (COHAB-PI) e apenas em 1997, quando foi instituído o Sistema Municipal de Habitação.

Na Figura 3, observam-se 25 conjuntos habitacionais, em que o número total de unidades habitacionais caiu de 23.111 para 5.797, sendo 3.209 unidades habitacionais na zona Sul; 1.376 unidades habitacionais na zona Sudeste; 841 unidades habitacionais na zona Centro Norte; 211 unidades habitacionais na zona Leste (CARVALHO, 2017).

Figura 3 – Conjuntos habitacionais da década de 1990, em imagem de Teresina de 1999.



Fonte: Google Earth (2017); Teresina (2002; 2016). Elaboração: Ilana Martins Ribeiro de Carvalho (2017).

Os anos de 2000 em Teresina foram marcados pela criação das Superintendências de Desenvolvimento Urbano Centro-Norte, Leste-Sudeste e Sul. Como afirmado por Façanha (2003), acreditava-se que a descentralização dessas atividades pudesse contribuir diretamente com a sociedade. Carvalho (2017, p.86) destaca que:

Após 11 anos de tramitação no poder legislativo federal, foi aprovado em 2001 o Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257/2001), dispositivo legal que colocava à disposição do poder público ferramentas e instrumentos voltados para a Política Urbana, para combater abusos contra o direito à propriedade. Com a instituição desta Lei, o poder municipal iniciou a elaboração do novo plano diretor de Teresina, o Plano de Desenvolvimento Sustentável, realizado a partir da convocação da população para participar do Congresso da Cidade.

Em 2001, importantes legislações se instituíram com a aprovação da Lei Municipal nº 3.075/2001 crescendo o ramo da habitação social, embora a tentativa fosse a participação popular que viabilizasse a implementação de programas sociais na área da habitação. Mas diante desse cenário houve em 2003 a criação do Ministério das Cidades com propósito de levantar questões habitacionais como prioridade da agenda pública federal. Carvalho (2017, p.86) apresenta ainda que:

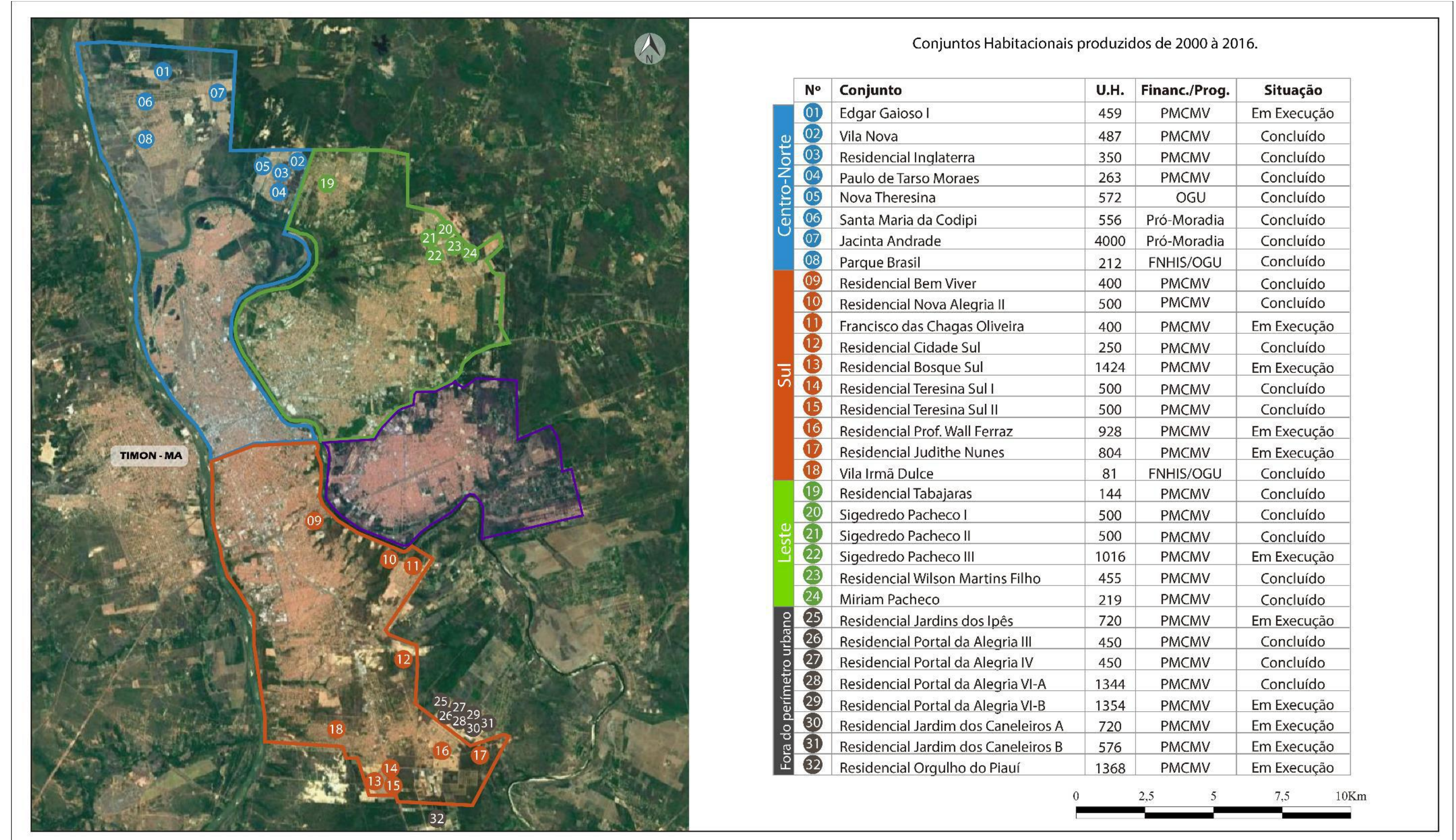
Em 2006, com a Lei Estadual 5.570, foi instituído o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS), instrumento para captação e aplicação de recursos para suporte financeiro dos programas de habitação de interesse social no estado; e foi criado o Conselho Gestor do FEHIS, responsável por sua gestão.

Segundo Vieira (2017), a expansão urbana de Teresina no transcurso dos anos 2000 decorreu da atuação do setor privado e do público com a atuação expressiva da Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH), criada através da lei nº 5.644, de 12 de abril de 2007.

Nesse contexto, destaca-se o conjunto Jacinta Andrade, situado no bairro Santa Maria da Codipi, zona Norte da cidade. Composto por 4.300 unidades habitacionais, o mesmo foi construído com recursos do Programa Pró-Moradia, do governo federal, vinculado ao FGTS (PIAÚÍ, 2012). Já no ano de 2012, Teresina teve a oportunidade de apreciar o Plano Local de Habitação de Interesse Social do município com o intuito de averiguar a situação habitacional e oferecer orientações no ramo habitacional e de cunho social com proposta de 2013 a 2023.

A produção habitacional no período de 2000 a 2016 foi responsável pela construção de 32 conjuntos habitacionais e 22.502 unidades de domicílio (Figura 4), sob competência municipal e estadual (CARVALHO, 2017).

Figura 4 – Conjuntos habitacionais produzidos com recursos do PMCMV, OGU, Pró-Moradia e FNHIS, no período de 2000 a 2016.



Fonte: Google Earth (2017); Teresina (2002; 2016). Elaboração: Ilana Martins Ribeiro de Carvalho (2017).

Do que esta representada na Figura 4 pode concluir em meio ao financiamento varia com o montante de R\$162.725.717,46 (PIAUÍ, 2016), e, ainda, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com investimentos de R\$ 802.619.359,73 (CEF, 2014 apud TERESINA, 2014).

Os conjuntos habitacionais foram um marco muito importante para estabelecer a expansão urbana de Teresina. Carvalho (2017, p.86) destaca que segundo o documento Teresina Agenda 2030 (TERESINA, 2015b, p. 38), “foram construídos, até o ano de 2001, em torno de 90 conjuntos residenciais populares, com aproximadamente 60.000 unidades”.

Nota-se, assim, que Teresina acelera seu processo de expansão à medida que a demanda pela criação de novos conjuntos aumenta. Como exemplo desse contexto, a “zona” Norte se configura como um espaço que está em transformação, e isso se deve a esse momento que a cidade de Teresina vivencia de forte atuação de novos agentes produtores.

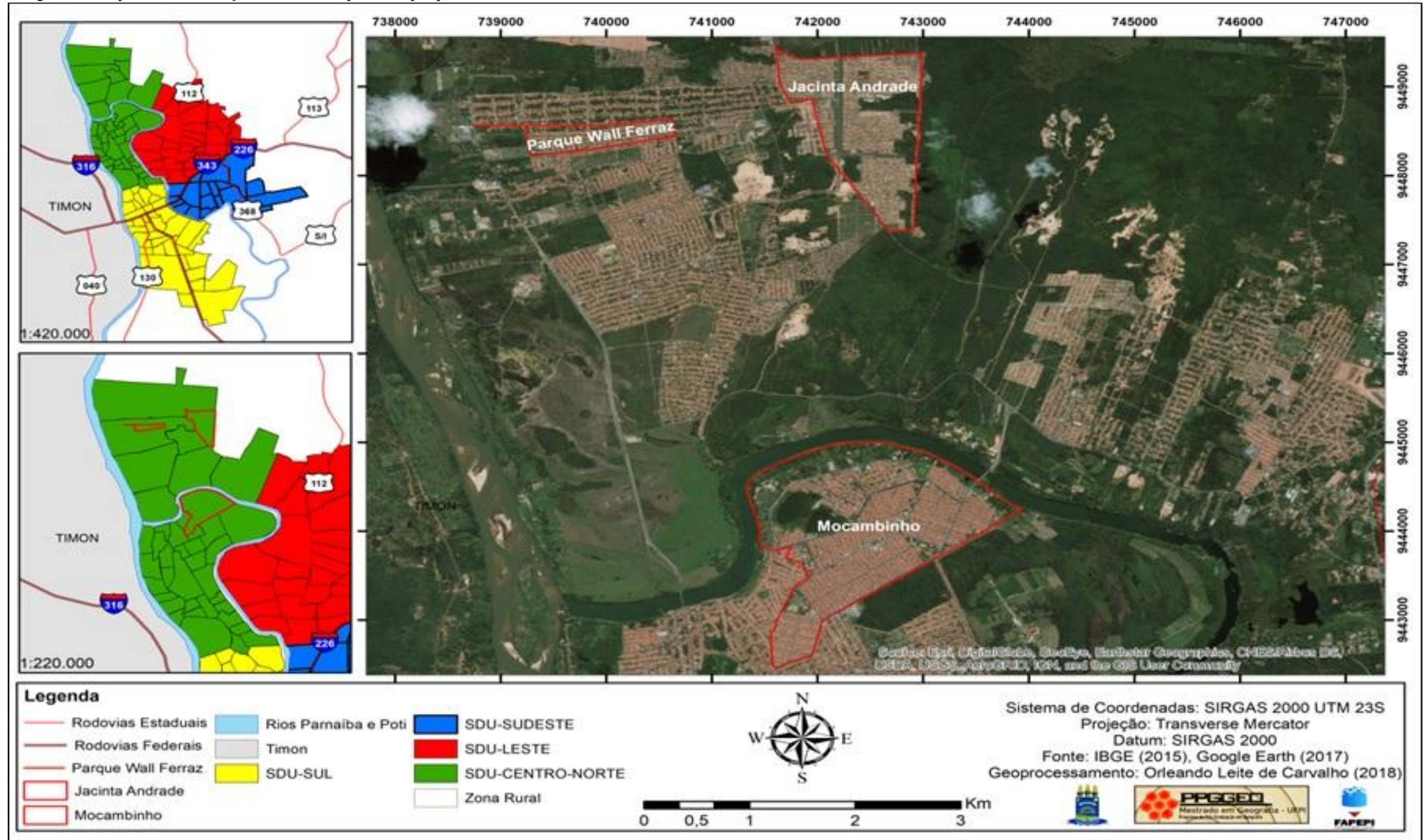
Embora se estabeleça uma relação com conjuntos habitacionais mais antigos responsáveis pelo crescimento da cidade durante décadas, como é o caso do (Mocambinho, Parque Wall Ferraz e Jacinta Andrade), o perímetro urbano de Teresina atualmente vem se expandindo devido ao surgimento de novos empreendimentos habitacionais que podem ser facilmente identificados ao analisar a zona Norte da cidade.

Em meio à reflexão sobre a expansão urbana da zona Norte de Teresina, podemos previamente elencar justificativa para a seguinte escolha da área de estudo: primeiramente ao analisar o bairro Mocambinho, a partir de seu surgimento na década de 1980, podemos perceber uma forte relação com os projetos ligados ao BNH, que fortemente contribuiu para acelerado crescimento da cidade nesse período.

Em seguida tivemos um olhar para o Parque Wall Ferraz com um intuito de promover uma compreensão através do contexto do recuo da Política Habitacional na década de 1990, período que ficou marcado por não construção de conjuntos habitacionais viabilizados por projetos de governo e sim a construção de ocupações irregulares.

Por fim, temos uma análise do Conjunto Habitacional Jacinta Andrade a partir dos anos 2000, em que fica explícito a retomada de projetos governamentais no setor habitacional para a cidade de Teresina, tornando-se um dos maiores empreendimentos já realizados pelo governo Federal aliado ao Projeto Minha Casa Minha Vida. Na Figura 5 observa-se a localização das áreas de estudo citadas: Mocambinho, Parque Wall Ferraz e Jacinta Andrade.

Figura 5 – Mapa com a delimitação do recorte espacial da pesquisa.



Fonte: IBGE (2015); Google Earth (2017). Elaboração: Orleando Leite de Carvalho (2018).

3.3 O MOCAMBINHO E A ATUAÇÃO ESTATAL NA EXPANSÃO URBANA DA ZONA NORTE DE TERESINA

Na década de 1980, Teresina passa por um processo de reorganização espacial devido à atuação de processos que interferem diretamente nesse espaço. Façanha (2003, p. 5) enfatiza que “Teresina, em 1980, já tem uma população total de 377.174 habitantes, com 339.042 habitantes residindo na zona urbana, equivalendo a 89,74%”.

Quanto aos conjuntos habitacionais, estes não ocupam grandes espaços, tendo em vista que seu surgimento nesse período veio de forma desordenada, ocupando não só espaços periféricos. O Mocambinho, a propósito, foi um dos mais importantes conjuntos a surgir nesse período.

Ressalta-se que Teresina deu um passo importante com o fortalecimento dessas relações das atividades econômicas na cidade, mantendo a construção da dinâmica espacial em vista do fortalecimento da economia da cidade. Façanha (2003, p. 5) destaca que:

O papel econômico das instituições federais, estaduais e municipais é expressivo, devido o peso do setor administrativo na economia da cidade, além de serem grandes consumidoras de espaços, a exemplo da EMBRAPA e do Aeroporto de Teresina na zona Norte; do Centro Administrativo e da CHESF na zona Sul; do Pátio de Manobras da REFSA e do Terminal de Petróleo Vale do Sol Nascente na zona Sudeste; e, por último, do Parque Zoobotânico e da Universidade Federal do Piauí na zona Leste.

Teresina ganhou expressão no processo de favelização na década 1980. A redemocratização tornou-se como algo que contribuiu para a intervenção dos grupos excluídos no espaço urbano. Em Teresina, alguns movimentos de luta ganharam espaço por conta da defesa da moradia, devido à ocorrência das inundações, e dentre outros aspectos que ocorreram de forma especial na zona Norte. Façanha (2003, p. 6) comenta que:

Surgiram as ocupações de terras, realizadas de forma organizada por grupos sociais excluídos, atuando de forma articulada com os movimentos sociais urbanos (Organizações não governamentais, associações de moradores, lideranças políticas etc.), principalmente com a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC) e a Federação de Associações de Moradores do Estado do Piauí (FAMEPI). Esse contexto cristalizou os movimentos de luta em defesa da moradia.

Em consonância com o que foi exposto acima, o bairro Mocambinho está situado na zona Norte da cidade de Teresina, capital do estado do Piauí. O bairro foi formado em três etapas (Mocambinho I, Mocambinho II, Mocambinho III), e se configura como um bairro

periférico localizado próximo ao centro da cidade, assim como os bairros Alto Alegre, Buenos Aires, São Francisco, Matadouro e Água Mineral (Figura 6).

Figura 6 – SDU Centro-Norte de Teresina, com destaque para o bairro Mocambinho.



Fonte: IBGE (2015); Google Earth (2017). Elaboração: Orleando Leite de Carvalho (2018).

De acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPPLAN) (TERESINA, 2013), o bairro apresenta desde seu surgimento um crescimento gradativo de

sua população, contando no censo de 2010 com 28.385 habitantes, em sua maioria mulheres, e configurando-se hoje como o terceiro mais populoso dos bairros da cidade de Teresina.

No seu processo histórico de formação, a denominação atribuída ao bairro chamado José Francisco de Almeida Neto está atrelada ao nome de uma fazenda que se localizava no exato lugar em que hoje se encontra o bairro, chamado Mocambinho, que leva como significado cabaninha. Tal área, em meados da década de 1980, encontrava-se em um grande “vazio urbano”, sem grande expectativa de evolução. Atualmente o bairro destaca-se como um dos maiores e mais desenvolvidos bairros da cidade e representa o papel de subcentro, oferecendo produtos e serviços que anteriormente eram disponibilizados apenas pelo centro da cidade, tornando-se um bairro bastante conhecido entre os populares de Teresina. (UCHOA; MACHADO; SILVA, 2011).

O conjunto habitacional José Francisco de Almeida Neto foi uma homenagem feita pelo governo de Lucídio Portella (1979-1983) ao engenheiro José Francisco de Almeida Neto, ex-presidente da COHAB-PI (MOCAMBINHO..., 1982). No entanto, perdurou o nome atrelado à antiga fazenda, sendo hoje mais conhecido como bairro Conjunto Mocambinho. Sua implantação ocupava uma antiga área de vazio urbano na periferia do núcleo urbanizado de Teresina, localização que visava “baratear o custo das moradias”, baseando-se a construção do referido conjunto “em um modelo de reprodução, construindo paisagens repetitivas e homogêneas” (UCHOA; MACHADO; SILVA, 2011, p. 5) (Figura 7).

Figura 7 – Perspectiva do Conjunto Mocambinho em Teresina-PI, 1979.

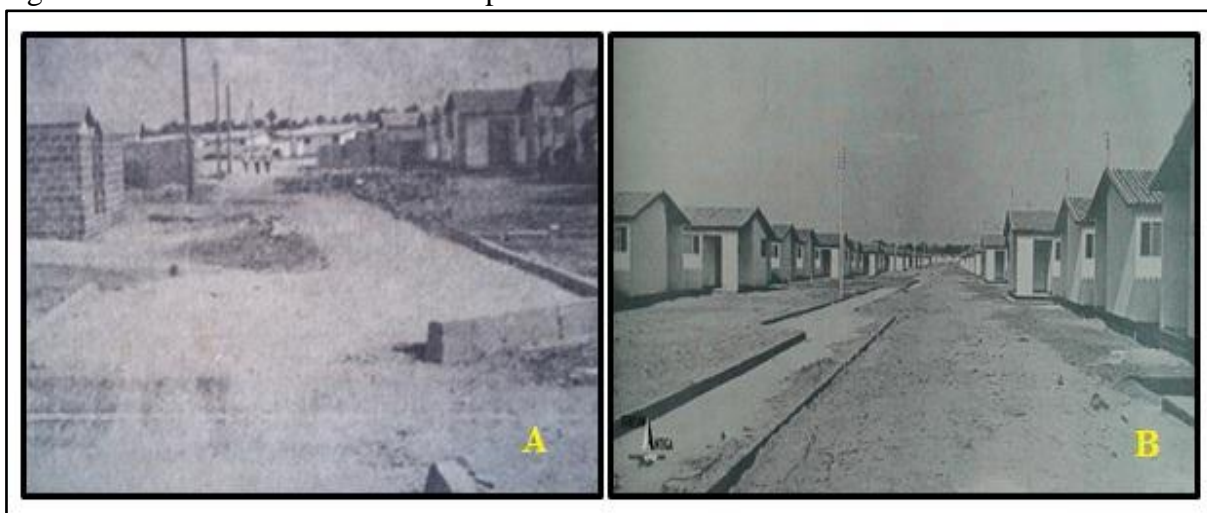


Fonte: Uchoa, Machado e Silva (2011).

O conjunto habitacional Mocambinho inaugurou sua primeira etapa em dezembro de 1982, com 780 unidades para entrega, equivalente ao sexto lote (Figura 8 A e B). Ao término

exato da entrega das unidades habitacionais do conjunto, 3.031 habitações foram construídas nessa área, contando com 70 unidades destinadas a pontos comerciais, 20 salas de aulas, 2 quadras de esportes, um posto de saúde e um posto policial, além de serviço de drenagem, abastecimento de água e energia elétrica, entre outros (MOCAMBINHO..., 1982).

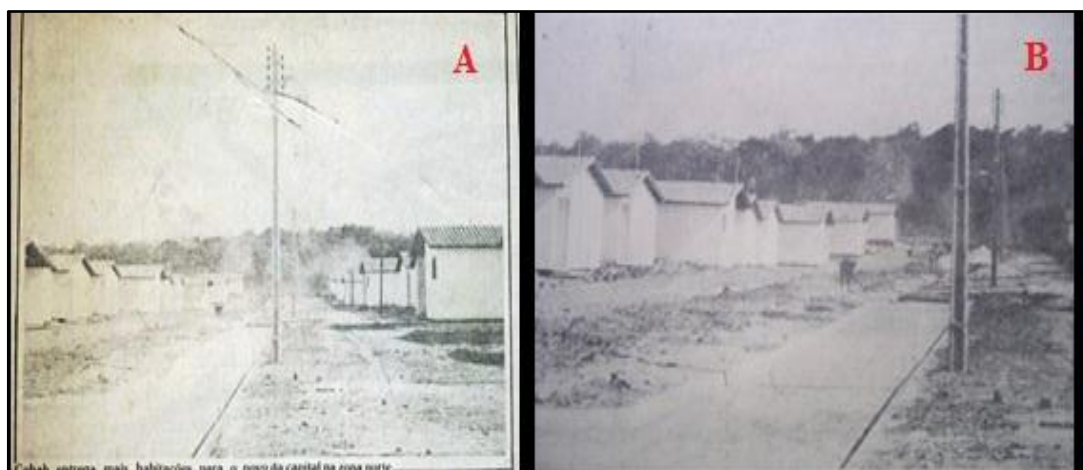
Figura 8 – Ruas do Mocambinho nos primeiros anos.



Fonte: Jornal O DIA (1983).

Embora com tal estrutura, o Mocambinho configurava-se como um conjunto de moradia popular, cuja paisagem retrata a simplicidade das habitações (Figura 9).

Figura 9 – Conjunto Mocambinho.

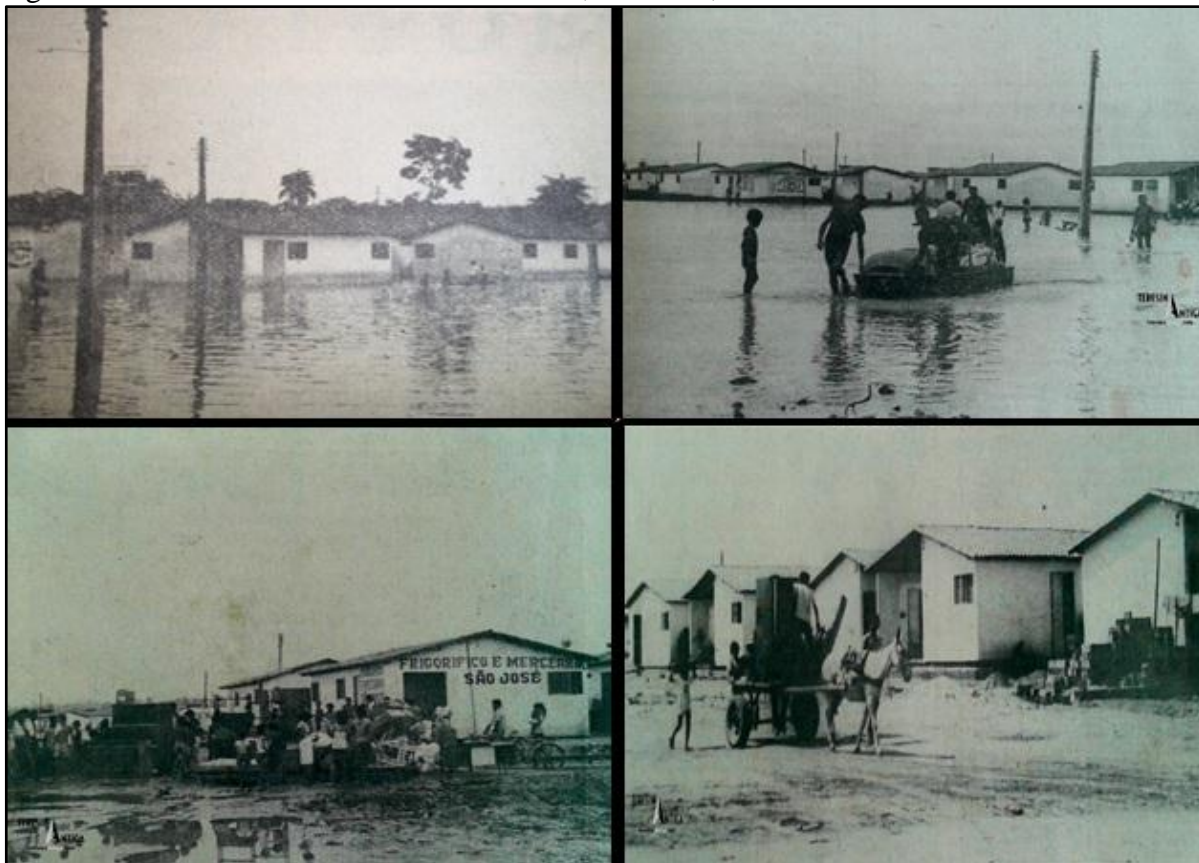


A: Trecho do conjunto Mocambinho em Teresina-PI, em 1982; B: Operários cuidando da limpeza para a inauguração do conjunto Mocambinho.

Fonte: MOCAMBINHO (1982); Acervo digital Teresina Antiga (1982).

As enchentes ocorridas no bairro no ano de 1983 afetaram não só diretamente a vida dos moradores, mas também a estrutura física do bairro, a quantidade de água foi capaz de destruir casas e deixar diversos moradores sem moradia (Figura 10).

Figura 10 – Enchentes no bairro Mocambinho, Teresina, Piauí.



Fonte: Jornal O DIA (1983).

Com o passar do tempo, houve uma relativa melhoria dentro da estrutura urbanística do bairro, tendo como base o que era proposto pelo projeto inicial. Embora o conjunto ainda necessite de melhorias em certos aspectos de sua infraestrutura e serviços básicos, as dinâmicas do comércio se intensificaram e o bairro destaca-se como ponto importante das atividades comerciais em Teresina, concentrando-se em suas duas principais vias de circulação, a saber: Avenida Josípio Lustosa e Avenida Freitas Neto (Figura 11).

Figura 11 – Localização das Avenidas Freitas Neto e Josépio Lustosa, Mocambinho, Teresina.



Fonte: Costa e Ferraz (2013), adaptado de Google Earth (2013).

Em 1995 começa a operar o Centro de Produção do Mocambinho, sendo mais tarde, em 1998, integrado ao projeto Vila-Bairro, elaborado e executado pela Prefeitura Municipal de Teresina, passando a denominar-se Centro de Treinamento e Produção do Mocambinho (o primeiro dentre os dezessete espalhados pela capital), conforme Cavalcanti (2005). Este espaço, hoje quase sem funcionamento, foi um dos embriões para muitos empreendimentos do bairro Mocambinho.

3.4 O PARQUE WALL FERRAZ NO CONTEXTO DO RECUO DA POLÍTICA HABITACIONAL

Na década de 1990, Teresina experimentou uma intensificação nos seus processos socioespaciais, favorecendo um dinamismo em diversos ramos do setor econômico, embora alguns momentos tenham apresentado dificuldades quanto à circulação de capital.

Devido a todos esses processos espaciais que despontam na capital e que se desenvolvem em descompasso ao planejamento, começa a evidenciar-se a fragilidade do controle urbanístico da cidade e a ausência de uma efetiva regulação do solo urbano, como destaca Façanha (2004, p. 187):

A necessidade de uma maior regulação no uso do espaço urbano se devia à própria complexidade em que se configurava Teresina. A emergência de novos processos espaciais revelava a construção de um território contraditório espacialmente e desigualmente socialmente. Em meados da

década (70), enquanto ocorria a construção de uma área de segregação residencial na zona leste da cidade, concentrando populações de alto poder aquisitivo, acontecia na cidade, resultado de fatores externos e internos à cidade, o surgimento das primeiras favelas. Ao mesmo tempo surgiam novos atores sociais que atuavam como mediadores das alianças e dos conflitos entre os agentes produtores no espaço.

Com isso, começam a surgir instrumentos por meio do poder público que procuravam normatizar o uso e a ocupação do solo na capital, como o Plano Diretor Local Integrado (PDLI), que foi o plano diretor da cidade e o Plano Estrutural de Teresina (PET I e II), que dividia oficialmente as zonas e bairros da cidade.

O alto contingente populacional da zona urbana agregou-se ao já elevado déficit habitacional e o aumento na demanda por moradias na capital intensificou a criação de loteamentos populares irregulares na cidade de Teresina, considerados inadequados para a moradia, pois, segundo o IBGE (2010), 80% da população de Teresina residiam em imóveis próprios. No entanto, grande parte destes imóveis situa-se nas regiões de vilas e favelas, por vezes em situação de coabitação, adensamento excessivo e saneamento básico inadequado.

Grande parte da população teresinense residia em zona urbana. O setor de comércio e serviços movimentava a economia e expansão da cidade. A expansão desse período foi motivada pelo surgimento de novas favelas, vilas e bairros na cidade, fazendo com que o setor imobiliário permanecesse em alta. Façanha (2003, p. 8) aponta que:

Em 1996, foi realizado o II Censo de Vilas e Favelas, capaz de detectar um decréscimo no número de vilas e favelas: “o número de ocupações é da ordem de 149 vilas, favelas e áreas de assentamentos, com 24.895 domicílios, abrigando 25.775 famílias e uma população de 94.617 habitantes, representando 12,83% da população do município, considerando que o Perfil de Teresina – 1993, estima sua população para 1996, em 737.450 habitantes”.

O IBGE (2010, p.30) classifica essas áreas de loteamentos irregulares como Aglomerações Subnormais, entendidas como:

É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade

do terreno há 10 anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: • urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou • precariedade de serviços públicos essenciais. Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente.

A estrutura urbana da cidade começa a apresentar caráter contraditório através da segregação residencial com a proliferação de unidades habitacionais de condições precárias e em áreas de risco ocupadas pela população de baixa renda e, em 2010, já somavam aproximadamente 35.127 unidades. De acordo com Lima (2010), essas moradias populares estão cada vez mais presentes em Teresina.

Em 1997, houve em Teresina uma ampliação no seu perímetro urbano, devido à lei nº 2.515, de 18 de abril, que criou o bairro Polo Empresarial Sul, na zona Sul; a lei nº 2.577, de 20 de outubro criou, por sua vez, o bairro Santa Maria da Codipi, na zona Norte; por fim, as leis nº 2.507 e 2.596 criaram, respectivamente, os bairros Parque Sul e Portal da Alegria, bairros localizados na zona Sul (FAÇANHA, 2003). Nesse período, faz-se perceptível a expansão estrutural da cidade, embora muitas vezes sem estrutura básica.

A zona Norte, assim como outros espaços da cidade, se revelava bem contraditória pelo modo capitalista. Diante dos obstáculos, a população busca alternativas que permitam organizar de forma mais adequada às ocupações irregulares (Figura 12).

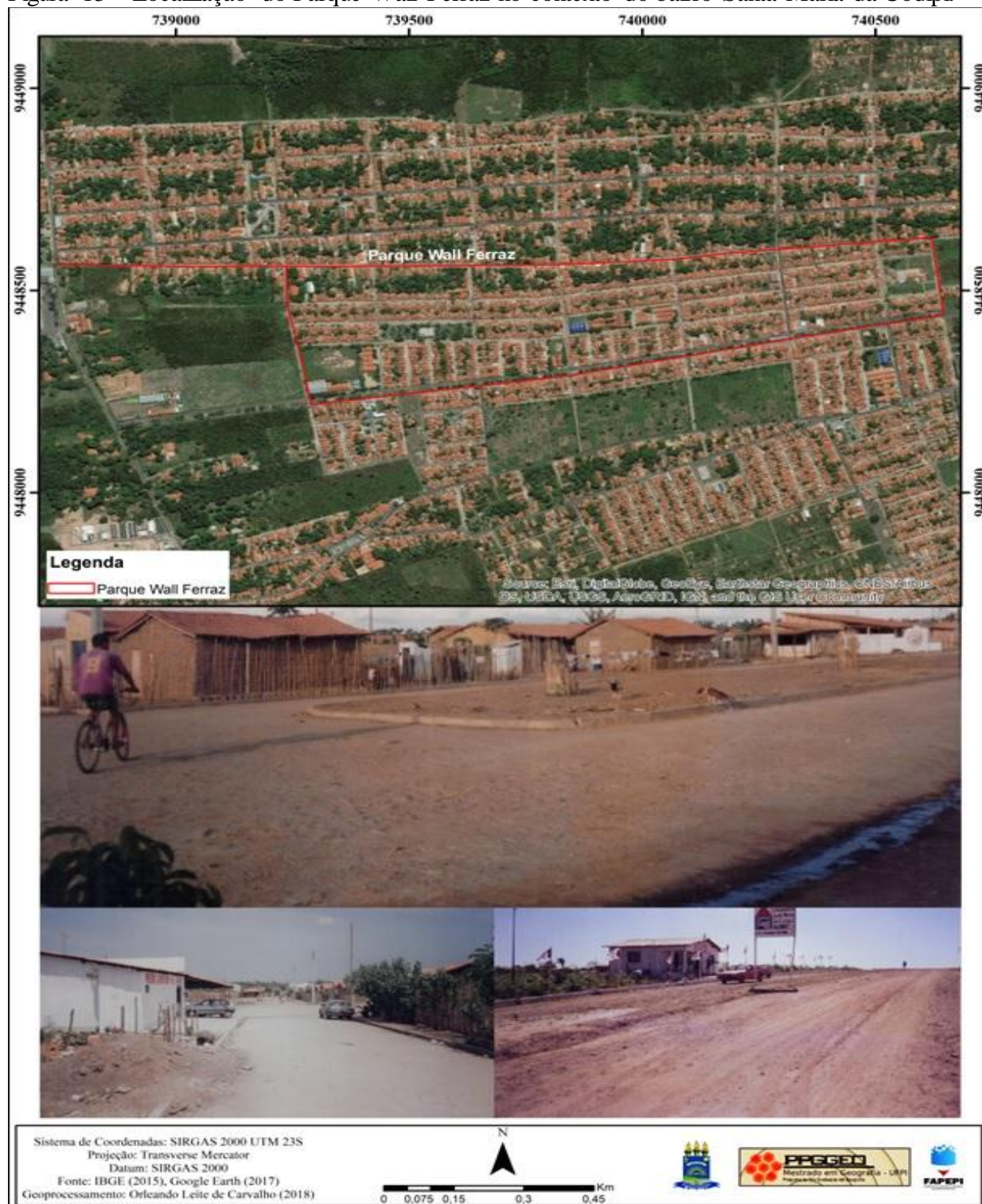
Figura 12 – Favela Francisco Alencar: ocupação em área de risco.



Fonte: Teresina (1999).

O Parque Wall Ferraz situa-se atualmente no bairro Santa Maria da Codipi, apresentando uma extensão territorial relativamente pequena, limitada entre as ruas 3 e 22 (Figura 13).

Figura 13 – Localização do Parque Wall Ferraz no contexto do bairro Santa Maria da Codipi.



Fonte: IBGE (2015); Google Earth (2017). Elaboração: Orleando Leite de Carvalho (2018).

O Parque Wall Ferraz é considerado como uma das “regiões” carentes da cidade de Teresina, devido à falta de diversos aspectos básicos que poderiam ser ofertados para que a população tenha uma boa qualidade de moradia e de vida. O que se pode observar que é o entorno do Parque Wall Ferraz também sofre precariedade (Figura 14).

Figura 14 – Parque Wall Ferraz, Teresina, Piauí.



A: Entrada do Parque Brasil; B: Olarias no Parque Wall Ferraz; C e D: Trechos de ruas do Parque Wall Ferraz. Fonte: Façanha (1997) e Jornal O Dia (1997).

Perante o enorme leque de problemas gerados a partir do déficit habitacional, faz-se premente a adequação das políticas públicas às necessidades e interesses dos principais prejudicados pela ausência de moradia e, por conseguinte, os reais conhecedores dos problemas existentes. Nesse caso a gestão deixa de ser centralizadora e tenta assumir um papel democrático no planejamento público, como considera Souza (2007, p. 130):

A democratização do planejamento e da gestão é, mais que um objetivo, um princípio fundamental. Mesmo no interior de uma sociedade caracterizada por uma separação estrutural entre dirigentes e dirigidos é possível avançar bastante nessa direção. O fundo de desenvolvimento deve ser gerido por um conselho de participação popular.

Após o ano de 1997 houve um crescimento da população de Teresina residindo em áreas irregulares, disso resultando o aumento da população urbana na cidade. Os jornais locais vinculavam diariamente essas ocupações e transtornos associados. Conforme os dados do Censo de Vilas e Favelas de Teresina (TERESINA, 1999), o aumento desse tipo de moradia foi significativo, como revela a Tabela 2, a qual mostra que o número de vilas, favelas, parques e residenciais passou de 149 para 150.

Tabela 1 – Vilas, Favelas, Parques e Residenciais em Teresina (1996 e 1999)

Dados	Censo de 1996	Censo de 1999
Nº de vilas, favelas, parques e residenciais	149	150
Nº de famílias	5.775	38.852
Nº de habitantes	4.617	133.857
Nº de domicílios	4.895	37.820

Fonte: Teresina (1999). Organização: Poliana Santos Ferraz de Oliveira (2018).

Tal processo se deveu ao crescimento populacional e à intervenção do poder público para ceder o título de posse a esses moradores e também pela implantação de programas, como o Vila Bairro. Cita-se que houve tentativas por parte do poder público para organizar o espaço urbano de forma mais adequada, na perspectiva de diminuir o número de vilas e favelas e promover uma moradia de “qualidade”.

Neste sentido, faz-se necessária a intervenção do poder público no espaço urbano enquanto agente regulador do uso do solo e produtor do espaço urbano, que vise a uma gestão adequada do processo de uso e ocupação do solo urbano na capital por meio de políticas públicas descentralizadoras através de um eficaz planejamento urbano.

3.5 O JACINTA ANDRADE E O RETORNO DA POLÍTICA HABITACIONAL

A partir dos anos 2000, a cidade de Teresina sofreu diversas intervenções no seu espaço urbano. Nesse período, a capital piauiense se destacou por um marco, a criação das Superintendências de Desenvolvimento Urbano (SDUs) Centro-Norte, Leste-Sudeste e Sul, que buscam expandir os serviços urbanos básicos. Nesse contexto, Façanha (2002, p. 232) destaca que:

Vale lembrar que antes do II PET, em 1988, a cidade era dividida em Centro, Norte, Leste e Sul. Após o II PET a cidade ficou regionalizada em Centro, Norte, Leste, Sudeste e Sul. Ou seja, deveria haver uma regionalização mais ampla, criando as secretarias regionais ou sub-Prefeituras devido ao intenso processo de expansão da cidade ocorrido na década de 1990. No ano seguinte, em 2001 o poder público cria o bairro Chapadinha, na zona Norte através da Lei nº 3.029 de 04 de julho expandindo a cidade no vetor Norte. No mesmo ano, o poder público dá início a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Teresina, intitulado Agenda 2015.

Enfim, é preciso pensar e (re)construir a cidade de Teresina, embora venha com marcas do passado e presente. Nesse sentido, é preciso repensar na possibilidade de transformá-la para sanar marcas já presentes. Segundo Teresina (2016 apud CARVALHO, 2018, p.107):

Atualmente, a zona Centro-Norte é formada por 40 bairros, com área territorial de 71,51 km² (29,8% da área urbana) e população de 228.906 habitantes. Nela predominam atividades de comércio varejista de pequeno e médio porte, estabelecimentos educacionais de nível superior, organizações governamentais, e, a partir de investimentos públicos e privados, um novo polo de saúde. Ao mesmo tempo, a região também foi fruto de uma ocupação mais recente, com incorporação de áreas rurais, ocupações irregulares por famílias sem domicílio, e inserção de conjuntos habitacionais populares - dentre os quais se destaca o Residencial Jacinta Andrade.

Ao pensar nesse (re)construir a cidade, destaca-se o bairro Jacinta Andrade, criado por meio da lei nº 4.423, de 16 de julho de 2013. A sua criação se deve à implantação do Conjunto habitacional realizado pela ADH e financiado pelo Governo Federal, cujo projeto contempla hoje 4.300 unidades habitacionais (TERESINA, 2016). A Figura 15 apresenta a localização do mencionado conjunto.

Figura 15 – Localização do Residencial Jacinta Andrade.



Fonte: IBGE (2015) e Google Earth (2017). Elaboração: Orleando Leite de Carvalho (2018).

Atualmente, o bairro Jacinta Andrade localiza-se na zona Norte de Teresina, cujo projeto arquitetônico pertence à Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH), desmembrada da Fazenda Canaã, propriedade do Deputado Federal Júlio Cesar. Nele,

apresentam-se construções de moradias para atender famílias que estejam no quadro de renda familiar de um a três salários mínimos.

Nesse entendimento, Carvalho (2018, p. 108) ressalta que “dos quais apenas 174.747,64 m² (10,10%) correspondem a áreas verdes. Para sua construção foi necessário, portanto, o desmatamento de considerável extensão de cobertura vegetal”. Como se pode observar na Figura 16, a qual mostra o antes (2008) e o depois do projeto (2016).

Figura 16 – Jacinta Andrade antes e depois da instalação do projeto MCMV.



Fonte: IBGE (2008); Google Earth (2017). Elaboração: Orleando Leite de Carvalho (2018).

O bairro Jacinta Andrade passa, desde o início, por momentos de fragilidade em sua estrutura urbanística, iniciada em 2009. Atualmente ocupa uma área de 172 hectares, contando com escolas públicas, delegacia, postos de saúde, quadras de esporte, centro cultural e mercado. Embora apresente uma condição de moradia básica à população, o bairro ainda apresenta limitações, tais como esgotamento sanitário deficitário, problemas com abastecimento de água, distância em relação ao centro da cidade, dificuldade com acesso do transporte público, insegurança, entre outros entraves.

Embora apresente diversos problemas, a construção do bairro Jacinta Andrade obteve também repercussão positiva, conhecido como maior obra de Programa de Aceleração e Crescimento no Brasil (PAC). Vale citar que seu licenciamento ambiental e residencial contou apenas com o Plano de Controle Ambiental (PCA). O projeto contrapõe-se à ideia de concentrar grandes obras em “áreas nobres” da cidade, possibilitando acesso à população de menor renda.

O próximo capítulo irá tratar sobre os agentes, processos e formas da Zona Norte (Mocambinho, Parque Wall Ferraz e Jacinta Andrade), destacando suas principais tendências.

4 AGENTES, PROCESSOS E FORMAS ESPACIAIS DA ZONA NORTE DE TERESINA E SUAS TRANSFORMAÇÕES ATUAIS

4.1 OS PRINCIPAIS AGENTES PRODUTORES E FORMAS DA ZONA NORTE DE TERESINA

A expansão urbana de Teresina está relacionada a uma série de fatores de ordem histórica e econômica, ligados diretamente à dinâmica de capital que são fundamentais para justificar e explicar o desenvolvimento e o seu crescimento a partir da produção de conjuntos habitacionais. A Zona Norte da cidade, que historicamente, passa a ser mais contemplada com a construção de unidades habitacionais só a partir da década de 1980, fato marcante no processo histórico da cidade.

Embora a real intenção seja compreender a ação dos agentes produtores, esses agentes são capazes de fazer uma vasta leitura de toda a área, sobretudo as formas espaciais da área de estudo. Como já visto o processo de descentralização se mostrou forte desde a década 1980, em que o comércio motivou essa aceleração, proporcionando valorizações de novos espaços da cidade e intensificando a expansão urbana.

Por sua vez, podemos destacar como elementar para o crescimento da Zona Norte de Teresina, a atuação direta desses agentes, com o surgimento de favelas, vilas e bairros que contribuíram fortemente para esse crescimento da cidade, através da descentralização comercial e assumindo novas estratégias nesses novos espaços. Façanha (2003, p. 5) destaca que:

Uma questão a destacar é em relação aos pólos de serviço institucional, que são importantes para o entendimento da dinâmica espacial da cidade. O papel econômico das instituições federais, estaduais e municipais é expressivo, devido o grande peso do setor administrativo na economia da cidade, além de serem grandes consumidoras de espaços, a exemplo da EMBRAPA e do Aeroporto de Teresina na zona Norte.

Hoje se percebe, a partir da expansão dessas atividades para outras áreas, o crescimento da cidade impulsionado pela produção de novas centralidades. Espaços antes periféricos, agora tornados dinâmicos, apresentando-se como novas centralidades urbanas na cidade de Teresina, como é o caso dos bairros Dirceu, Parque Piauí e Mocambinho e suas áreas de entorno imediato.

Esses bairros citados como exemplo representam o fortalecimento da atividade comercial em áreas periféricas de Teresina, não apenas numa periferia do ponto de vista mais geométrico em relação ao tecido urbano de Teresina, mas entendendo-se a periferia, consoante a Deák e Schiffer (2010, p. 253) como de fato um local habitado por pobres, socialmente segregado e onde o preço da terra é baixo, mas ao mesmo tempo também, como “um local mutante, sempre reproduzido em novas extensões de terra, enquanto velhas periferias são gradualmente incorporadas à cidade, ocupadas por novos moradores e reorganizadas pelo capital”, como se observa na Figura 17.

Figura 17 – Áreas de ação do agente identificado como Grupos Excluídos.



Fonte: pesquisa direta (2018).

Nessa dinâmica a periferia passa a figurar como espaço propício para a expansão dos mercados, desencadeando reestruturações nesses bairros periféricos a partir da expansão de atividades terciárias, como o comércio. Os setores secundários e terciários criaram, na cidade, verdadeiras cadeias de lojas e de empresas que estão localizadas tanto na área central quanto nos bairros periféricos, conseguindo proporcionar a reprodução de capital para as áreas de atendimentos, independente de suas distâncias viabilizando apenas suas inter-relações.

A expansão de segmentos do setor terciário em Teresina se deu inicialmente nos primeiros anos da década de 1970, tendo destaque no eixo de concessionárias, concentrando-se por quase toda a Zona Sul da cidade. Os eixos em destaque, que se concentraram na Zona Norte de Teresina, foram diferentes, evidenciando-se a concentração de novos pequenos comércios que começavam a se instalar nessas áreas consideradas distantes da área central. Esse processo se intensifica ainda mais no interior dos conjuntos habitacionais, espaços já

dotados de certa infraestrutura e com concentração elevada de população, agora vista como mercado em potencial.

O Mocambinho, em vista ao que foi exposto, se enquadra nessa característica de crescimento a partir do seu setor terciário, um fator importantíssimo para destaque do bairro atualmente. Embora parte dos moradores desfrute de seus serviços, existe uma parcela que não utiliza desses serviços do bairro, preferindo o deslocamento para a utilização do mesmo serviço em outras áreas.

O bairro atualmente conta com duas principais avenidas que concentram as principais atividades comerciais, a saber: Av. Josípio Lustosa e Av. Freitas Neto. A partir da Figura 18, observam-se diversos empreendimentos comerciais de pequeno, médio e grande porte concentrados nessas avenidas, assim como é marcante a presença de vendedores ambulantes.

Figura 18 – Atividades comerciais na Av. Josípio Lustosa, Teresina, Piauí.



A: concentração de empreendimentos comerciais de diferentes portes. B: presença de comércio ambulante.
Fonte: pesquisa direta (2018).

Através do contexto da compreensão dos agentes produtores, percebe-se o crescimento do bairro diretamente ligado pela atuação desses agentes na área, embora aconteça de alguns agentes tornarem-se imperceptíveis e o desenvolvimento do comércio e o sucesso dos empreendimentos aparecem assim como motivador para a fixação de outras empresas dentro do Mocambinho, mesmo na condição de um bairro periférico.

Podemos perceber esses agentes produtores agindo diretamente na dinâmica do bairro Mocambinho. Suas atuações refletem na construção do bairro pela movimentação de capital nessa área. Esse desenvolvimento do comércio no Mocambinho permitiu que os moradores tivessem hoje um acesso mais fácil e flexível a uma variedade de estabelecimentos

comerciais, que começaram a se estabelecer nessas novas áreas, transportando-se do centro tradicional da cidade, evitando-se com isso a necessidade do deslocamento até o mesmo.

Tais dinâmicas comerciais indicam um fortalecimento da economia no Mocambinho, uma vez que tanto os fluxos de capital quanto a criação de um mercado de trabalho local fortalecem as relações econômicas. Empreendedores residentes no bairro movimentam também tal comércio, consumindo produtos de outros segmentos que se instalam no próprio bairro. A aceleração dessas trocas desencadeia um processo de desenvolvimento no bairro que apresenta traços de estarem ainda no início de um processo de franca expansão. Entretanto, tal crescimento econômico é acompanhado de algumas contradições, como a crescente violência.

Outro agente que podemos dar destaque é a ação do Estado no bairro, apresenta-se um descaso com alguns estabelecimentos públicos no bairro, Lima (2001, p.45) destaca que:

É inegável a participação decisiva do Estado, através de seus agentes financeiros, na formação do espaço urbano de Teresina. O Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através de seus agentes promotores, de forma destacada a Companhia de Habitação do Piauí (COHAB/PI), foi responsável, em grande parte pela estruturação do espaço urbano de Teresina, a partir do momento que viabilizou a construção de vários conjuntos habitacionais.

Com a falta de manutenção perceptível por parte a ação do Estado nessa área podemos perceber o abandono e a perda do real valor que deveria haver (Figura 19).

Figura 19 – Equipamentos públicos no Mocambinho.



A: Ginásio Poliesportivo Pato Preto; B: Jardim Botânico.

Fonte: pesquisa direta (2018).

O bairro dentre essas questões de seu crescimento também conseguiu algumas melhorias no decorrer dos anos e até hoje vem crescendo, fato relatado pela própria atual presidente da Associação dos Moradores. A senhora Diva destaca que:

O saneamento básico, o que vai levar mais uns 2 anos, para a gente ser contemplado aqui no bairro Mocambinho. Então, começou pela lagoa né, pelo programa Lagoas do Norte, então pra eles fazer essa drenagem, eles vão precisar primeiro antecipar essa primeira etapa que eles já estão para entregar de cada lagoa, então pra isso eles tem que fazer também as galerias, como já graças a Deus conseguiram aquela que pega dali lá da vila Mocambinho 1 até a boca dela lá, lá na vila Mocambinho 2, tá entendendo. Então ali como é que você pode entrar com um processo do projeto sanear, sendo que você não tem como, se você não tem uma galeria que ele prefere. Dentro do projeto é uma galeria, eu não sou engenheira, mas como eles explicam lá na hora né, que é uma subestação né, separar o resíduo sólido né pra não poluir mais as lagoas, então eles despoluíram a lagoa, a lagoa ainda é poluída, mas eles tiraram todo lixo de dentro da lagoa, aguapés, mas os animais que lá estão vão permanecer. Lá não vai ter, porque muita gente quer ter um projeto de, daqueles pedalinhos para passear, mas não vai ser possível porque eles não vão poder mexer na questão dos animais que lá estão convivendo depois dessa poluição toda, lá tem cagados, jacaré, cobra, tudo tem lá. Então assim, devido ao projeto Sanear nós já temos aqui, que a é a evolução que nós temos, é só dali do setor C, que já sai ali da galeria pra lagoa até aqui, tem que chegar até o parque ambiental, mas parou bem aqui nessa rua, aí então eles dizem em reunião quando acontece a reunião com o banco mundial que eles querem saber do próprio morador o que evoluiu também , o que você tá fazendo aqui, então assim, ele também quer saber, até onde o morador tá com essa participação, até onde o morador tá sabendo, até onde ele também tá sendo dentro dessa evolução, como é que eu vou dizer, como é que o marado tá se sentindo tá entendendo, o que que melhorou. Perdemos muito com o Mocambinho, estamos ganhando na questão os de drenagem nós estamos ganhando com esse projeto aí do Programa Lagoas do Norte, tá entendendo, e aqui há um ano ou dois vai tá total o projeto Sanear, o bairro Mocambinho vai tá todo entregue, isso é a política que promete né, dentro do município.

Nota-se que o projeto esta em total crescimento, promovendo significativas transformações no bairro e uma relação de cuidado com a natureza, embora esteja em meia a cidade. Na Figura 20 podemos visualizar a área do projeto no bairro Mocambinho.

Figura 20 – Projeto Lagoas do Norte, bairro Mocambinho.



Fonte: Teresina (2017).

Considerando o contexto da ação dos agentes no bairro Parque Wall Ferraz, podemos perceber que diferente do bairro Mocambinho apresentado o perfil precário e carente, torna o Parque Wall Ferraz como uma área de não muito investimento público diversos aspectos básicos ofertados para que a população tenha uma qualidade de moradia e de vida.

O que se observa é que o entorno do Parque Wall Ferraz também sofre precariedade e assim não contribui para seu crescimento econômico, por estar situado em uma região considerada atualmente nas estatísticas do relatório Indicadores da Criminalidade pela Secretaria de Segurança Pública do Piauí (SSP-PI) como uma das regiões mais perigosas da Zona Norte de Teresina, a região do bairro Santa Maria da Codipi.

Em meio à ação dos agentes podemos perceber a atuação deles em meio essa dificuldade de crescimento do bairro. A ação do Estado é um dos agentes que pode ser percebido facilmente devido ao descaso percebido na região (Figura 21).

Figura 21 – Equipamentos públicos deteriorados.



A: Posto de Saúde do Parque Wall Ferraz; B: Centro de Produção do Parque Wall Ferraz.

Fonte: pesquisa direta (2018).

Podemos perceber a concentração da atividade comercial do bairro na Av. principal Min. Sérgio Mota, com a presença de comércio de pequeno e médio porte além da presença dos comerciantes informais como vendedores ambulantes (Figura 22).

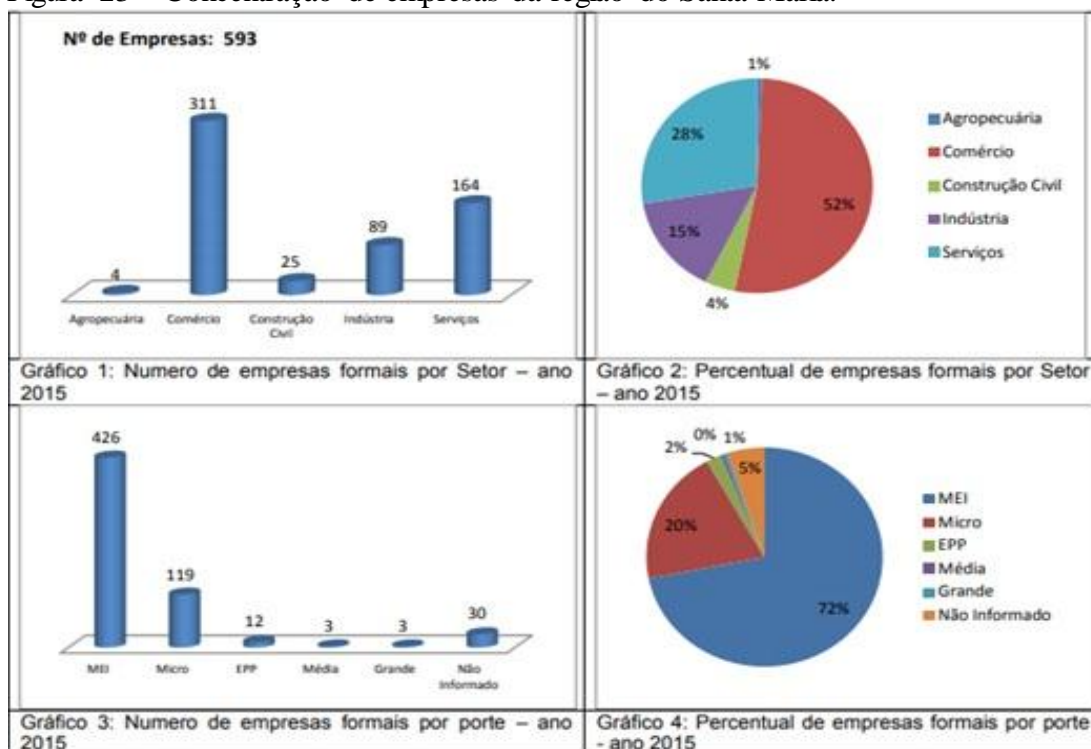
Figura 22 – Concentração de comércio na Av. Min. Sérgio Mota.



Fonte: pesquisa direta (2018).

Embora se perceba a tentativa de melhoria na área o bairro Parque Wall Ferraz, esta se caracteriza como uma área precária, tornando-se o agente produtor dos Grupos Excluídos fortemente ativo na área. A Figura 23 indica a distribuição de empresas comerciais instaladas nas principais avenidas da região da Santa Maria.

Figura 23 – Concentração de empresas da região do Santa Maria.



Fonte: SEBRAE (2015).

O bairro Jacinta Andrade apresenta diversidade na atuação dos agentes produtores através da expansão urbana da cidade de Teresina. Embora seja um bairro planejado e recente os problemas que afetam o bairro são os mesmos de todos os bairros periféricos da cidade, problemas como falta de abastecimento de água e de energia elétrica. Segundo Harvey (1980), “o fluxo do investimento capitalista para áreas preferenciais que não beneficia as classes mais desfavorecidas – fluxo que o capitalismo nunca vai reverter – só pode ser travado ou revertido pela mão do governo”, ou seja, por mais que se pense na área não há tanto investimento para a sua melhoria.

Podemos destacar no bairro Jacinta Andrade a atuação de agentes produtores na área, possibilitando uma compreensão de ações que são realizadas no bairro, como também as que deixam de ser realizadas. Na Figura 24-A verifica-se a atuação do Estado por intermédio do investimento em programas de moradia. A Figura 24-B destaca o agente dos Grupos Excluídos.

Figura 24 – Presença do agente Estado e do agente Grupos Excluídos no Jacinta Andrade.



A: distribuição das casas do Jacinta Andrade; B: Assentamento dos Cocais no Jacinta Andrade.
Fonte: pesquisa direta (2018).

4.2 REFLEXÃO SOBRE A DINÂMICA ESPACIAL DOS VAZIOS URBANOS DA ZONA NORTE DE TERESINA

É necessário fazer a discussão desses vazios urbanos dos bairros da Zona Norte no intuito de promover uma abordagem sobre sua produção, valorização e política de uso, embora haja diversas formas de abordar essa temática. Podemos destacar que:

Murillo Marx, em sua obra *Cidade brasileira*, publicada em 1980, foi um dos pioneiros ao tratar os espaços vazios como um dos elementos

estruturadores do espaço urbano; tema que ganhou maior visibilidade em meados de 1990. Sobre os espaços vazios, Marx destaca as ruas, as praças, os jardins e outros vazios – como várzeas, mangues, dunas e marinas desocupadas (MARX, 1980 apud ROSA, 2008, p 20).

Os vazios urbanos são um fenômeno comum a diversas cidades e dentro dela podemos analisar diversas escala de apresentação. Porém, Silva (1999) afirma que, se a produção dos vazios urbanos é uma consequência direta do modo de expansão da cidade, por loteamentos descontínuos, sua manutenção se deve tanto à falta de instrumentos para penalizar sua retenção. Santana (2006, p.30) destaca que:

[...] vazios não são considerados só os “terrenos vazios”, mas também os espaços edificados que se encontram vazios, ociosos ou subutilizados, que precisam ser entendidos para compreensão da dinâmica da sua formação e das suas conseqüências para os centros e para as cidades.

Como na maioria das cidades, Teresina possui diferentes tipos de bairros: comercial, industrial, residencial com forte especulação imobiliária e bairros periféricos que são responsáveis pela dinâmica de capital da cidade, porém a análise se restringe à Zona Norte da cidade especificamente os bairros Mocambinho, Parque Wall Ferraz e Jacinta Andrade.

Encontramos no bairro Mocambinho em sua maioria casas comerciais e residenciais e aparecendo em menor escala vazios urbanos, o bairro Parque Wall Ferraz é um bairro que possui em sua maioria vazios urbanos em seu entorno por ser uma área precária atualmente. E o bairro Jacinta Andrade mesmo sendo planejado apresenta área de vazios urbanos em seu entorno. Ambos os bairros estão localizados na periferia da cidade de Teresina, abrigando um elevado número de pessoas em suas áreas.

O bairro Mocambinho no decorrer dos anos foi se expandindo ao ponto de quase não apresentar vazios urbanos em sua área, bairro criado na década de 1980 desde então apresentou uma grande expansão de sua área principalmente devido a concentração de atividades comerciais, isso dá um destaque significativo ao bairro. Contudo, os vazios urbanos também podem ser espaços públicos em desuso, sem qualquer utilidade, edificações abandonadas com essa compreensão no Mocambinho foi possível identificar alguns pontos com essa característica, como exemplo o Centro de Produção, uma área de desuso atualmente (Figura 25).

Figura 25 – Centro de Produção do bairro Mocambinho.



Fonte: pesquisa direta (2018).

Podemos compreender os espaços urbanos como incômodo e transtornos aos moradores, percebemos essa característica presente no bairro Parque Wall Ferraz, encontramos áreas com forte presença de depósito ilegal do lixo domiciliar, área para cultivo de plantio horta comunitária que é utilizado para o sustento de alguns moradores sendo localidades propicia a fuga de marginais e áreas para prática criminal, tornando o bairro em destaque para a violência na região. Na Figura 26 podemos visualizar a área de plantio do bairro onde há essa marginalização.

Figura 26 – Área da horta comunitária do bairro Parque Wall Ferraz.



Fonte: pesquisa direta (2018).

Podemos destacar também áreas de vazios que são aproveitadas com projetos de revitalização da área, conforme pode ser visualizado na Figura 27.

Figura 27 – Projetos de revitalização no bairro Parque Wall Ferraz.



A: área do distrito do Parque Wall Ferraz em março de 2018; B: área do distrito do bairro Parque Wall Ferraz em Janeiro de 2019.

Fonte: pesquisa direta (2018).

No bairro Jacinta Andrade em particular o vazio urbano se apresenta de forma de grande especulação imobiliária, atualmente essas áreas não possui nenhuma função ao bairro, mas há especulação do que seja futuramente, em entrevista cedida a líder comunitária Anisia Silva destaca sobre o propósito que se tem dessas áreas:

A expansão ela, aqui foi assim, a gente vê a Santa Maria da Codipi ela é muito carente de infraestrutura né, o Jacinta Andrade eles idealizaram pra ser o coração ou o pulmão da Santa Maria da Codipi, ai o que que acontece... é difícil porque aqui não tem coisa boa não minha filha, tiraram o filé, o Júlio César esse maldito, ele tirou todo o filé, aqui você pode andar, num tem esse terreno vago todim é dele, tirou o filé inclusive agora nós estamos entrando nesse procedimento, é muita coisa até enlouquece. Eles fizeram, eles vendendo... lá disseram pra gente que a gente tinha direito e acesso a esses terrenos que era comercial, mas como é que uma pessoa que ganha um salário mínimo, um salário e meio ou dois salários, vamos botar dois salários, tem acesso à um ponto comercial de 130 à 150 mil meu fi, primeiro que um salário nem condiz com a realidade de um terreno desse, você já fica inibido porque 150 mil da pra mim ajeitar minha vida, até o resto da minha vida com 150 mil da pra mim ajeitar, botar um negocim ficar ali vivendo né. E aí aqui acontece isso né, o Jacinta Andrade foi criado pra gerenciar toda a Santa Maria da Codipi, mas o erro que tem aqui é porque não tem os investimentos.

O que podemos levar em consideração que parte de alguns bairros possuem esses vazios urbanos que ao final trazem um investimento ao proprietário com disfarce de propósito de melhoria ao bairro. Isso precisa ser questionado e melhorado no intuito de fato fazer valer as melhorias que são prometidas (Figura 28).

Figura 28 – Bairro Jacinta Andrade, Teresina.



A: área de vazios urbanos do Jacinta Andrade; B: área de construção da creche CEMEI no antigo espaço vazio do Jacinta Andrade.

Fonte: pesquisa direta (2018).

4.3 A ZONA NORTE ATUAL: TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS

A Zona Norte como visto anteriormente foi se moldando dentro do seu contexto da expansão urbana onde possibilitou a construção de novos projetos que estão transformando essa área, proporcionando principalmente uma especulação imobiliária mais ativa aos que moram nessa redondeza.

Acredita-se é que com o passar dos anos os espaços vazios foram sendo transformados em áreas que trouxeram uma comodidade aos moradores da área e também atrair mais pessoas devido as mudanças. Podemos analisar algumas transformações quem vem sendo bem significativas como exemplo na a construção de condomínios fechado na região do bairro Santa Maria em que viabiliza uma valorização do terreno atualmente (Figura 29).

Figura 29 – Condomínio Fechado na região do bairro Santa Maria.



Fonte: pesquisa direta (2018).

Outro ponto importante em decorrência dessa expansão urbana nessa área do Santa Maria da Codipi são os projetos que são pensado e idealizado de uma maneira e acontecem de outra, como é o caso da construção do Jacinta Andrade que foi pensado em ser o “coração” do bairro, mas infelizmente mantém uma infra estrutura carente e o domínio de sua melhoria não esta nas mãos de populares que apostam em uma regularização fundiária.

Em se tratando dessa questão de regularização fundiária é um assunto que se alastra por parte desses bairros periféricos e o caso da Zona Norte (Mocambinho, Parque Wall Ferraz e Jacinta Andrade) não é diferente todos eles sofrem do mesmo mal, em entrevista a líder comunitária do Jacinta Andrade Anisia Teixeira ela deixa claro como essa luta acontece em meio aos governantes, destacando que:

Agora a questão da regularização ela é muito importante por isso, porque você vai lá no cadastro da pessoa vê, inclusive a regularização ela não entra só no menor não, entra também o maior, por que que hoje o Ciro ou o Júlio César, tem esses milhões de terras e esses milhões de imóveis e ainda tem a especulação imobiliária e a especulação territorial do patrimônio da união, porque que um João Claudino tem terra nesse estado todo e no nordeste, porque a união permite os empresários terem acesso ao uso do solo do patrimônio da união né. Uma ocupação, nós estamos agora com uma ocupação lá em Piripiri que eles ocuparam o campo de aviação, era 400 e poucas pessoas agora ficou 209 porque lá já estão localizando né, lá a gente já tá pedindo a legalização, mas agora tá difícil, certas coisas tá difícil e aqui no Jacinta tem tido isso, esses processos jurídicos orientou muito, desnor-teou muitas pessoas aqui né, a gente entrou com eles e hoje pessoas procuram o ministério público, justamente o movimento sinalizou isso essa discussão mais jurídica.

O que podemos perceber é que esse assunto torna-se ao passar dos anos um desafio grandioso em toda Zona Norte por conter em sua maioria bairros que necessitam dessa regularização com urgência.

Podemos destacar como transformação importante da Zona Norte a construção do projeto Lagoas do Norte que apresenta uma repercussão por conta da sua grandiosidade, em que tem como objetivo principal viabilizar uma forte relação entre meio ambiente e cidade. A sua mais recente etapa parte recém-inaugurada esta localizada no bairro Mocambinho que conta com um investimento entorno de R\$ 10 milhões.

O projeto Lagoas do Norte vem proporcionando uma transformação significativa em toda sua região do bairro. Embora esse espaço da lagoa antes fosse um local de acúmulo de lixo, degradado, sem algum cuidado da prefeitura. Depois das obras, ele passará a ser um parque para o uso recreativo e para práticas esportivas, tornando-se um dos maiores parques

da cidade de Teresina. A presidente da associação do bairro Mocambinho Diva destaca alguns pontos em entrevista cedida na seção acima sobre o projeto Lagoa do Norte no bairro.

Figura 30 – Projeto Lagoa do Norte bairro Mocambinho.



Fonte: pesquisa direta (2018).

Por fim o que concluímos com análise é que a Zona Norte precisa ainda de muito para de fato se transformar, mesmo apresentando no decorrer dos anos crescimento em projetos que possibilitem isso. Os desafios cabe equiparar a velocidade do desenvolvimento e do crescimento econômico derivado das atividades desenvolvidas em cada bairro em questão incorporado esse espaço ao mercado imobiliário e às dinâmicas comerciais, tendo peso ainda o papel das redefinições políticas que planejam as intervenções públicas. Nesse processo, a Zona Norte apresenta uma tendência à consolidação da ocupação de seus espaços vazios, uma vez que as intervenções públicas quanto a política habitacional e à infraestrutura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização, que no Brasil se intensifica a partir da última metade do século XX, continua em curso, se reproduzindo a partir de novas dinâmicas, associadas ao acúmulo histórico de relações sociais estabelecidas no espaço urbano. O Espaço Urbano é compreendido como resultado da atuação dos agentes produtores que põem em curso processos espaciais que configuram e modificam a dinâmica socioespacial da cidade. A urbanização é então posta em curso a partir das ações de tais agentes e se dá na complexa teia de relações sociais permeada por seus distintos interesses.

A expansão urbana está relacionada com a alteração da concentração de atividades em áreas centrais nas últimas décadas, viabilizando seu deslocamento para os espaços periféricos, além da transformação de novas áreas que passam a criar e reproduzir formas atrativas à fixação e a circulação de capitais, transformando esses espaços em cenário da aceleração de atividades que atuam intensivamente na produção do espaço e tornam-se elementos centrais para compreender o crescimento urbano.

Nesse contexto, a atividade comercial contribui diretamente para a produção do espaço urbano, pois por meio dela os fluxos de capital tornam-se intensificados, fornecendo transações econômicas necessárias à população envolvida e assim expandindo a cidade.

O fortalecimento apresentado por essas atividades comerciais acaba por necessitar de novas áreas, motivando o processo de descentralização das áreas centrais. Como visto, o espaço urbano é movido por diversas desigualdades que se atrelam à movimentação do capital e do consumo, e isso motivou a refletir sobre a Expansão Urbana da Zona Norte de Teresina, em busca de analisar a Expansão Urbana na Zona Norte de Teresina a luz dos agentes produtores bem como suas formas espaciais relacionando a sua gênese, as suas dinâmicas e as recentes tendências espaciais.

A dinâmica da cidade de Teresina é movida principalmente pela circulação de capital que é responsável por grande parte das transformações que ocorrem no espaço urbano. A Zona Norte em especial oportuniza esclarecer as questões inerentes ao processo de expansão urbana, através da atuação dos agentes produtores e formas espaciais no decorrer dos anos, apresentando transformações nessa área. No início ela vem timidamente e aos poucos foi apresentando a ação deles fortemente em suas áreas atuais.

Os agentes produtores e formas espaciais encontrados na área de estudo são facilmente identificados dando destaque aos promotores imobiliários e a ação do Estado, todavia é notório a ação dos demais agentes.

Este é o espaço concebido pelo Estado e vivido pelos moradores de cada bairro apresentado na pesquisa: Mocambinho, Parque Wall Ferraz e Residencial Jacinta Andrade, bem como a constituição desses novos espaços urbanos e suas consequências sobre o mercado imobiliário, o mercado de trabalho e a qualidade de vida das populações que residem nestas áreas.

A expansão urbana da Zona Norte de Teresina se efetiva ao longo do tempo a partir da ação dos diversos agentes produtores do espaço urbano, que atuaram de modo distinto nos distintos bairros estudados, incorporado esse espaço ao mercado imobiliário e às dinâmicas

comerciais, tendo peso ainda o papel das redefinições políticas que planejam as intervenções públicas. Nesse processo, a Zona Norte apresenta uma tendência à consolidação da ocupação de seus espaços vazios, uma vez que as intervenções públicas quanto a política habitacional e à infraestrutura valorizaram (e seguem valorizando) a terra urbana nessa porção da cidade de Teresina

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- ANTUNES, E. G. P.; QUINTERO, C. A. S.; CARBONARI, L. T.; ROMAN, H. R. Análise das políticas públicas nacionais de habitação no Brasil, desde 1930. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA URBANA, O V SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA E O II SIMPÓSIO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, 2., Passo Fundo, RS, 2015. **Anais...** Passo Fundo, RS.
- BRAZ, Ângela Martins. **Do projeto a realidade: sobre as transformações do Conjunto Habitacional Mocambinho**. 2004. 165f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- CHAUÍ, M. **Convite á filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; JAENISCH, S. T. **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto. 2016.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- . Sobre Agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L de; SPÓSITO, Maria E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Contexto: São Paulo, 2012. p. 41-52.
- CARVALHO, Ilana Martins Ribeiro de. **Sustentabilidade nas habitações de interesse social: Análise do Residencial Jacinta Andrade, em Teresina, Piauí, Teresina, PI, Brasil**. 2018.147f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e meio Ambiente (PRODEMA). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.
- CASTRO, Fredson Anderson Brito de. **Regionalização, Planejamento e Gestão Urbana em Teresina: a cidade planejada e a cidade real, Teresina, PI, Brasil**. 2016. 231f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.
- CAVALCANTI, Lana de S. (Org.). **Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2005.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. Turismo, produção e consumo do espaço litorâneo. **Geografia em questão**, v. 5, n. 1, p. 147-162, 2012.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O Processo de Urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A Evolução Urbana de Teresina: agentes, processos e formas**. 1998. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

_____. **Desmistificando a geografia: espaço, tempo e imagens**. Teresina: EDUFPI, 2004.

_____. A evolução urbana de Teresina; passado, presente e... **Carta CEPRO**, Teresina, v.22, n.1, p.59-69, jan./jun. 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil 2013: resultados preliminares**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GOMIDE, Denise Camargo. O materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: JORNADA NACIONAL DO HISTEDBR, 11., Paraná, 2013. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/index.html>. Acesso em: 17 mar. 2018.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. – São Paulo: EDUSP, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: resultados preliminares – Teresina**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 21 out. 2017.

JORNAL O DIA. **Mocambinho terá 1ª etapa inaugurada**. 20 dez. 1983.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP**. São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.

LIMA, Antonia Jesuíta. **Gestão urbana e políticas de habitação social: análise de uma experiência de urbanização de favela**. São Paulo: Annablume, 2010.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MOCAMBINHO terá 1ª etapa inaugurada. **Jornal o Dia**. 20 de dez. de 1982.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Dinâmicas industriais e urbanização no Nordeste do Brasil. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 63-81, 2015.

PONTES, Daniele Regina; FRITZEN, Fabiano Milano; COELHO, Arthur; BERTOL, Laura Esmanhoto; MILANO, Giovanna; PONTES, Stefania Poeta; GUSSO, Ramon José; STUMM, Michelli Gonçalves; PILOTTO, Ângela; DINIZ, Renata. **Diagnóstico, vol. 1: Revisão do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Piauí**. Curitiba: Ambiens, 2010.

OS AGENTES Produtores do espaço urbano. 2005. Disponível em: <<http://www1.univap.br/~Sandra/agentes.pdf> >. Acesso em: 20 jan. 2018.

REBELO, Emília M. de C. G. A urbanização no Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 18, n. 1, p.99-114, 2000.

_____. **Processo de organização político-administrativo do espaço do Piauí**. Mimeo. s.d.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 2, São Paulo, 2009.

SANTANA, Lucycleide Santos. *Os vazios urbanos nos centros de cidades como lugar para habitação de interesse social: O caso de Maceió/AL*. **Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmicas do Espaço Habitado)** – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2001.

- SANTOS, Suzana Daniela Rocha; VIEIRA, Valdira de Caldas Brito. Sistema de informações geográficas do residencial Frei Damião – projeto piloto. In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS E TECNOLOGIAS DA GEOINFORMAÇÃO, 3., Recife, PE, 2010. **Anais...** Disponível em: <http://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOIII/IIISIMGEO_CD/artigos/CartografiaeSIG/SIG/A_86.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018.
- SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia: a construção do conhecimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização brasileira. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 4. ed. – São Paulo: EDUSP, 2003. p. 381-463.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia de São Carlos, São Paulo, 2010.
- SILVA, Silvana de Sousa. **(Re)produção espacial, intervenções urbanas e Agenda 2015: a área central de Teresina em questão**. 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.
- SILVA, Helena Menna Barreto. *Vazios urbanos – Requalificando o problema na grande São Paulo*. In: **Seminário internacional sobre vazios urbanos: Novos desafios e oportunidades**, Rio de Janeiro, 1999.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 4. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.) **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 53-64.
- SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008.
- STEIN NETO, Ataulfo. A ilegalidade na produção do espaço urbano. In: CALIXTO, Maria José M. S (Org.). **O Espaço urbano em redefinição: Cortes e Recortes para a Análise dos Entremeios da Cidade**. Dourados, MS: Ed. da UFGD, 2008.
- TERESINA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo. **Censo das vilas e favelas de Teresina**. Teresina: PMT, 1999.

_____. **Perfil dos Bairros – Bairro Jacinta Andrade**. 2016. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/JACINTA-ANDRADE-2016.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

UCHOA, Gabriela; SILVA, V. A.; MACHADO, C. B. Conjunto Habitacional Mocambinho: documentação e análise do espaço projetado e construído. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 2., Belo Horizonte. Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável – IEDS. **Anais...** 2011.

VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org.). **Praticando a geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental**. São Paulo: Oficina de textos, 2005.

VIEIRA, Ângela Oliveira. **Produção do espaço urbano, moradia e formas socioespaciais na cidade de Teresina (PI)**. 2017. 231f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para Presidente da Associação dos Moradores



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
(PPGGEO) CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA



Prezado(a) Senhor(a)

Tem esta o objetivo de convidá-lo (a) a participar da pesquisa intitulada **A EXPANSÃO URBANA NA ZONA NORTE DA CIDADE DE TERESINA** desenvolvida por Poliana Santos Ferraz de Oliveira, discente do curso de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sob supervisão da Profª. Dr. Antonio Cardoso Façanha. Peço a sua colaboração no sentido de fornecer as informações requeridas neste roteiro, a qual será fonte de pesquisa para a dissertação em andamento. As perguntas elencadas a seguir estão relacionadas à temática em questão e servirão somente para fins acadêmico-científicos. Seu nome ficará em sigilo. Antecipadamente, agradecemos a sua colaboração.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 01 Há quanto tempo está a frente da Associação, ou seja assumiu a presidência?
- 02 – Desde a fundação do bairro quantos presidentes já assumiram a Associação?
- 03- O bairro já possui registro? Comente como anda ou como foi esse processo.
- 04- Com relação as dinâmicas do processo de expansão urbana, quais as principais mudanças desde de sua fundação que ocorreram que contribuem para a valorização do bairro.
- 05- O que a Associação dos Moradores tem feito de benefício para a população do bairro e suas áreas circunvizinhas
- 06- Existe alguma política-pública do PMT para atender as necessidades dos moradores do bairro?
- 07- Quais as principais demandas que hoje você percebe no bairro?
- 08- Quais são as ações atuais de planejamento urbano para a melhoria do bairro?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para Líderes Comunitários



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
(PPGEO) CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA



Prezado(a) Senhor(a)

Tem esta o objetivo de convidá-lo (a) a participar da pesquisa intitulada **A EXPANSÃO URBANA NA ZONA NORTE DA CIDADE DE TERESINA** desenvolvida por Poliana Santos Ferraz de Oliveira, discente do curso de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sob supervisão da Prof.^a Dr. Antonio Cardoso Façanha. Peço a sua colaboração no sentido de fornecer as informações requeridas neste roteiro, a qual será fonte de pesquisa para a dissertação em andamento. As perguntas elencadas a seguir estão relacionadas à temática em questão e servirão somente para fins acadêmico-científicos. Seu nome ficará em sigilo. Antecipadamente, agradecemos a sua colaboração.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 01 – Qual sua relação como gestora social na trajetória da história do bairro ____ até os dias atuais? Destaque seus anseios e desejos.
- 02 – Como você vê a importância de um líder comunitário em seu bairro?
- 03- Com relação as dinâmicas do processo de expansão urbana qual a área ou processo tem feito com que o bairro apresentasse uma valorização de sua área?
- 04- Na discussão sobre expansão urbana em Teresina, qual a relevância a Zona Norte teve com a criação do bairro?
- 05- Existe alguma política-pública do PMT para atender as necessidades dos moradores do bairro?
- 06- Quais suas ações atuais de planejamento urbano para a melhoria do bairro?
- 07- Em meio ao crescimento do bairro, como é visto a participação dos moradores para contribuir nessas melhorias?

Quadro 1 – Síntese Metodológica

A EXPANSÃO URBANA NA ZONA NORTE DA CIDADE DE TERESINA				
OBJETIVO GERAL:				
Analisar a expansão urbana da Zona Norte de Teresina à luz dos agentes produtores, considerando suas formas espaciais relacionadas à sua gênese, dinâmicas e às recentes tendências espaciais.				
SEÇÕES	OBJETIVO ESPECÍFICOS	CONCEITOS	REFERÊNCIAS BÁSICAS	TÉCNICAS
1. Introdução 2. Espaço urbano e os agentes produtores: Revendo os contextos da Urbanização e os danos da Expansão Urbana brasileira	Reconhecer a urbanização brasileira e a construção do processo de Expansão Urbana através da ação dos agentes produtores	Urbanização Expansão urbana Espaço urbano Agentes produtores	Santos (1982) Santos (1987) Sposito (2008) Corrêa (2000) Santos (2008) Gottdiener (2010) Façanha (2004) Carlos (1994)	Pesquisa Bibliográfica
3. Os Contextos Espaciais do Processo Da Expansão Urbana da Zona Norte de Teresina	Revelar as dinâmicas do processo de expansão urbana de Teresina e Zona Norte, relacionando com os principais processos e formas espaciais nas últimas décadas.	Expansão urbana Agentes Produtores Espaço urbano	Façanha (1998) Villaça (2001)	Pesquisa Documental Levantamento Bibliográfico Registros Fotográficos Elaboração de mapas
4. Agentes, Processos e Formas Espaciais da Zona Norte de Teresina e suas transformações atuais	Discutir os agentes, processos e as formas espaciais recentes da Zona Norte de Teresina, contemplando uma interpretação sobre as tendências espaciais.	Expansão urbana Segregação espacial	Corrêa (2000) Carlos, Souza e Sposito (2016) Villaça (2001)	Pesquisa de Campo Registro Fotográfico

Organização: Poliana Santos Ferraz de Oliveira (2018).